

MÁRCIO DE MORAIS EMERY

**O IMPACTO DA ABERTURA AO COMÉRCIO EXTERIOR DA DÉCADA DE
1990 NO SETOR TÊXTIL BRASILEIRO.**

TESE DE DOUTORAMENTO

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SÃO PAULO
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MÁRCIO DE MORAIS EMERY

**O IMPACTO DA ABERTURA AO COMÉRCIO EXTERIOR DA DÉCADA DE
1990 NO SETOR TÊXTIL BRASILEIRO.**

**Tese apresentada à Banca Examinadora da
PUC/SP como exigência parcial para obtenção do
título de Doutor em Ciências Sociais - Relações
Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr.
Paulo-Edgar de Almeida Resende.**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SÃO PAULO
2007**

MÁRCIO DE MORAIS EMERY

**O IMPACTO DA ABERTURA AO COMÉRCIO EXTERIOR DA DÉCADA DE
1990 NO SETOR TÊXTIL BRASILEIRO.**

**Tese apresentada à Banca Examinadora da
PUC/SP como exigência parcial para obtenção do
título de Doutor em Ciências Sociais - Relações
Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr.
Paulo-Edgar de Almeida Resende.**

Banca Examinadora

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SÃO PAULO
2007**

**“O desenvolvimento deve ser concebido de maneira antropológica.
O verdadeiro desenvolvimento é o desenvolvimento humano.”**

Edgar Morin

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	VI
RESUMO.....	VII
ABSTRACT.....	VIII
LISTA DE TABELAS.....	IX
LISTA DE ACRÔNIMOS.....	X
INTRODUÇÃO.....	1
JUSTIFICATIVA DO TRABALHO.....	7
HIPÓTESE DE PESQUISA.....	9
OBJETIVO DO TRABALHO.....	10
DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	10
CAPÍTULO I - O SETOR TÊXTIL.....	13
A CADEIA PRODUTIVA DO SETOR TÊXTIL.....	13
AS ORIGENS DO SETOR TÊXTIL BRASILEIRO.....	20
O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL BRASILEIRA.....	27
RELEVÂNCIA ECONÔMICA E SOCIAL DO SETOR TÊXTIL.....	45
CAPÍTULO II – A ABERTURA COMERCIAL DA DÉCADA DE 1990.....	49
A POLÍTICA EXTERNA COMERCIAL BRASILEIRA.....	49
OS ANTECEDENTES DA ABERTURA.....	54
O CONSENSO DE WASHINGTON.....	65
A ABERTURA AO COMÉRCIO EXTERIOR.....	73
RELAÇÃO COM O MERCOSUL.....	80
A RELAÇÃO COM A CHINA.....	96
CAPÍTULO III – O SEGMENTO ALGODOEIRO.....	109
O ALGODÃO.....	109
O ALGODÃO NO NORDESTE BRASILEIRO.....	124
O ALGODÃO NO PARANÁ.....	127
O ALGODÃO NO CENTRO-OESTE.....	130
O ALGODÃO NO PARAGUAI.....	133
O ALGODÃO NA ARGENTINA.....	137
O SUBSÍDIO ESTADUNIDENSE.....	139
CAPÍTULO IV – A INDÚSTRIA TÊXTIL.....	147
O PÓLO DE AMERICANA.....	150
O PÓLO DE SANTA CATARINA.....	162
O PÓLO DO CEARÁ.....	164
CONCLUSÕES.....	168
BIBLIOGRAFIA.....	174
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	174
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS E NORMATIVAS.....	179

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Paulo-Edgar de Almeida Resende pela excelente orientação e pela enriquecedora convivência durante o desenvolvimento do trabalho.

À Prof. Dr^a. Janina Onuki e ao Prof. Dr. Gilberto Marcos Antônio Rodrigues pelas valiosas contribuições apresentadas na banca de qualificação.

À minha mulher Ana Paula, pelo estímulo, paciência, apoio, carinho e amor demonstrados em todos os momentos.

Aos meus pais, pelo incentivo e amor em todas as fases da minha vida.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a consecução deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho busca contribuir para o debate a respeito da política externa comercial. O objetivo é a identificação dos impactos percebidos pelo setor têxtil brasileiro, decorrentes do processo de liberalização do comércio exterior da década de 1990, distinguindo os impactos específicos sobre determinados segmentos, dos gerais distribuídos por todo o setor. A pesquisa parte da hipótese de que apesar de o impacto ter sido percebido de forma diferenciada pelos diversos segmentos do setor, se verificou um padrão comum: a mecanização da produção na busca de competitividade e a conseqüente eliminação de postos de trabalho no processo produtivo. Faz uma revisão do setor têxtil, considerando sua dinâmica, suas origens, seu desenvolvimento e sua relevância socioeconômica. Discute a abertura comercial da década de 1990 em seus diversos aspectos e segue com a revisão do impacto nos diversos segmentos têxteis. A representatividade e abrangência do setor fazem com que o rearranjo em sua estrutura de trabalho traga impactos complexos nos campos econômico e social.

Palavras-Chave: Setor Têxtil; Política Comercial Externa; Abertura Comercial.

ABSTRACT

This work tries to contribute to the debate regarding the foreign trade policy. The objective is to identify the impact on the Brazilian textile sector, result of the foreign trade liberalization of 1990's, distinguishing specific impacts for determined segments, from the broadly distributed for the entire sector. The research hypothesis is that although the impact was perceived in different ways by the various segments of the sector, there was a common standard: the mechanization of the production in search of competitiveness and the consequent workforce reduction in the process. It reviews the textile sector, considering its dynamics, its origins, its development and its socioeconomic relevance. It argues the foreign trade liberalization process of the 1990's in its diverse aspects and follows with the review of the impact in the various textile segments. The rearrangement in the textile sector's labor force brings complex impacts to the economic and social fields.

Key-words: Textile Sector; Foreign Trade Policy; Commercial Openness.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação do Setor Têxtil no PIB e na Produção Industrial	9
Tabela 2 – Consumo Brasileiro de Fibras e Filamentos Têxteis	14
Tabela 3 – Produção Brasileira de Algodão em Plumas	15
Tabela 4 – Pessoal Ocupado por Setor Industrial	47
Tabela 5 – Evolução das Taxas de Juros no Mercado Internacional	61
Tabela 6 – Evolução da Dívida Externa Brasileira	62
Tabela 7 – Participação do Comércio Exterior no PIB	74
Tabela 8 – Tarifas de Importação.....	77
Tabela 9 – Balança Comercial Brasileira	80
Tabela 10 – Balança Comercial do Brasil com o Mercosul	86
Tabela 11 – Dados Seleccionados dos Países Membros do Mercosul.....	88
Tabela 12 – Comércio Exterior da China	103
Tabela 13 – Informações Seleccionadas da Economia Chinesa	104
Tabela 14 – Importações Brasileiras Provenientes da China	108
Tabela 15 – Evolução das Importações Brasileiras de Algodão.....	112
Tabela 16 – Produção de Algodão em Carço.....	113
Tabela 17 – Distribuição Regional da Produção de Algodão em Carço.....	114
Tabela 18 – Área Plantada de Algodão.....	116
Tabela 19 – Produtividade Regional da Lavoura de Algodão	117
Tabela 20 – Evolução do Consumo Industrial Brasileiro do Algodão	118
Tabela 21 – Participação do Algodão Importado no Consumo Nacional	119
Tabela 22 – Distribuição das Importações de Algodão por Prazo.....	121
Tabela 23 – Projeção do Número de Trabalhadores Ocupados no Algodão .	122
Tabela 24 – Distribuição do Volume das Importações de Algodão	123
Tabela 25 – Área Plantada de Algodão no Norte/Nordeste	126
Tabela 26 – Projeção da Ocupação na Lavoura de Algodão Nordestina.....	127
Tabela 27 – Área Plantada de Algodão no Estado do Paraná	128
Tabela 28 – Produção de Algodão em Carço Estado do Paraná.....	129
Tabela 29 – Evolução da Produção de Algodão no Centro-Oeste	132
Tabela 30 – Composição da Renda do Produtor Estadunidense.....	145
Tabela 31 – Evolução da Produção Física da Indústria Têxtil Brasileira.....	148
Tabela 32 – Evolução da Força de Trabalho da Indústria Têxtil	148
Tabela 33 – Evolução da Produtividade da Indústria Têxtil.....	149
Tabela 34 – Evolução das Importações Brasileiras de Tecidos Químicos	154
Tabela 35 – Empresas Têxteis no Pólo de Americana.....	155
Tabela 36 – Evolução dos Empregos da Indústria Têxtil de Americana	157
Tabela 37 – Exportações Catarinenses de Confeccionados de Algodão.....	163
Tabela 38 – Exportações Cearenses de Fios e Tecidos de Algodão	167

LISTA DE ACRÔNIMOS

ABRAFAS	Associação Brasileira de Produtores de Fibras Artificiais e Sintéticas.
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste.
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração.
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio.
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas.
BCB	Banco Central do Brasil.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CLASPAR	Empresa Paranaense de Classificação de Produtos.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento.
CONCEX	Conselho Nacional de Comércio Exterior.
DGEEC	Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos del Paraguay.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FCIC	Federal Crop Insurance Corporation.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior.
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IEMI	Instituto de Estudos e Marketing Industrial.
ICAC	International Cotton Advisory Committee.
IEL	Instituto Euvaldo Lodi.
IIE	International Institute for Economy.
IFC	International Finance Corporation.
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.
MERCOSUR	Mercado Común del Sur.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
ONU	Organização das Nações Unidas.
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo.
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior.
SINDITEC	Sindicato das Indústrias Têxteis de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara do Oeste e Sumaré.
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
TPA	Trade Promotion Agreement.
USDA	United States Department of Agriculture.
WTO	World Trade Organization.

INTRODUÇÃO

Em 1965, Gordon Moore, que viria a ser um dos fundadores da fábrica de processadores Intel, percebeu um padrão na evolução da capacidade de processamento dos chips de computadores e publicou um artigo intitulado "*Cramming more components onto integrated circuits*" em uma revista especializada em eletrônica, a *Electronics Magazine*. Neste artigo, Moore¹ fazia a previsão de que por um prazo de 10 anos a capacidade de processamento dos chips de computadores dobraria a cada ano. Esta previsão veio a ser conhecida como a Lei de Moore.

Desde então, a capacidade de processamento dos chips de computadores dobra a intervalos que variam entre um e dois anos, em um ritmo ligeiramente inferior ao originalmente previsto. Muitos consideram a Lei de Moore uma profecia auto realizada, na medida em que passou a ser um padrão de crescimento da capacidade esperado pela indústria de informática. Quarenta anos depois da publicação do artigo de Moore, a revista *The Economist* publicou um artigo denominado "Moore's Law at 40 – Happy Birthday" reafirmando a verificação da expectativa e a tendência de continuidade para o futuro:

"And, indeed, for four decades, Moore's Law has served as shorthand for the rise of Silicon Valley [...] his law seems safe for at least another decade—or two to three chip generations—which is as far as he has ever dared to look into the future." (THE ECONOMIST, 2005)

¹ Cf. MOORE, 1965.

As possibilidades que decorreram deste crescimento exponencial da capacidade de processamento dos chips de computador propiciaram uma revolução na forma como se acessa a informação. As possibilidades de comunicação se multiplicaram na mesma proporção em que os custos se reduziram.

O acesso à informação foi disseminado, revolucionando a mídia e gerando uma acessibilidade até então inimaginável. O mundo interligado em rede cria um espaço mundial comum formado pela rede mundial de computadores. Disseminou-se o uso do e-mail. O desenvolvimento da tecnologia de conectividade permitiu comunicação móvel por meio do telefone celular. Computadores portáteis fazem acesso remoto à rede mundial de computadores.

Não se deve, entretanto, creditar a gênese do movimento de integração internacional ao desenvolvimento das tecnologias da informação. A integração internacional é um processo histórico em curso de longo prazo, que teve sua dinâmica acelerada pelo avanço tecnológico. Paulo Nogueira Batista Jr. questiona a visão de que a integração global verificada nas últimas décadas caracterize o início de uma nova era:

“Muitos dos fenômenos apresentados para sugerir o advento de uma nova era constituem a reprodução, sob nova roupagem, de tendências antigas. ‘Globalização’ é uma nova palavra para um processo que remonta, em última análise, à expansão da civilização européia desde o final do século XV.” (BATISTA Jr.,1998:180)

Gilberto Dupas apresenta visão que vai de encontro com a afirmação anterior:

“Foram intensos os impactos sócio-econômicos da internacionalização acelerada ocorrida nas últimas décadas. Podemos considerar que o início do processo de globalização data – no mínimo – do século XV, com a ativação do comércio marítimo mundial. A partir dos anos 80, porém, a difusão maciça da tecnologia de informação nas atividades econômicas deu-lhe características inusitadas e assombroso impulso.” (DUPAS,1998:124)

Os termos globalização e mundialização são comumente usados para fazer referência ao processo de integração global. Muitas vezes são apresentados de forma genérica, como se expressassem um único fenômeno. Neste enfoque mundialização seria simplesmente uma opção familiar às línguas neolatinas, enquanto a globalização seria sua versão de origem anglo-saxônica.

Renato Ortiz oferece uma distinção mais detalhada entre mundialização e globalização:

“Retiro um exemplo de minha própria pesquisa, quando propus, faz algum tempo, uma distinção conceitual entre ‘mundialização’ e ‘globalização’. Quando falamos de economia e de tecnologia nos referimos a processos que se reproduzem igualmente em todo o mundo. Há apenas uma economia global, o capitalismo, e um único sistema técnico (computadores, Internet, satélites etc.). Global remete-nos, assim, à idéia de unicidade. Seria entretanto inadequado sustentar essa mesma idéia quando se entra da esfera da cultura. Não há uma cultura global, mas um processo de mundialização da cultura, o qual se exprime em dois níveis: a) articulada às transformações econômicas e tecnológicas da globalização, a modernidade-mundo é sua base material; b) espaço de diferentes concepções de mundo, no qual formas diversas e conflituosas de entendimento convivem.” (ORTIZ, 2004:16)

Todas estas mudanças trazem implicações profundas na forma como os indivíduos se relacionam, apresentando novas soluções e novas problemáticas. Esta complexa mutação de paradigmas é explicitada por Octavio Ianni:

“Já não se trata mais apenas da controvérsia modernidade e pós-modernidade, ou universalismo e relativismo, individualismo e holismo, pequeno relato e grande relato, micro teoria e macro teoria, mas também de megateoria. A envergadura das relações, processos e estruturas de âmbito mundial, com as suas implicações locais, nacionais, regionais e mundiais, exige conceitos, categorias ou interpretações de alcance global. Esse o contexto em que se elaboram metáforas e conceitos tais como: multinacional, mundial, planetário e global; aldeia global, nova ordem econômica mundial, mundo sem fronteiras, terra-pátria, fim da geografia e fim da história; desterritorialização, miniaturização, ubiqüidade das coisas, gentes e idéias, sociedade informática, infovia e internet; sociedade civil mundial, estruturas mundiais de poder, classes sociais transnacionais, globalização da questão social, cidadão do mundo e cosmopolitismo; ocidentalização do mundo, orientalização do mundo, globalização, globalismo, mundo sistêmico, capitalismo global, neoliberalismo, neonazismo, neofascismo, neo-socialismo e modernidade-mundo.”(IANNI, 1998:34)

Jürgen Habermas faz uma clara associação entre o processo de mundialização do capital e a diminuição na capacidade dos Estados Nacionais tomarem iniciativas autônomas com o conseqüente esvaziamento do Estado Nacional e do processo democrático. As implicações no campo social são profundas e contundentes. A teoria liberalizante, que multiplica as possibilidades de interligação global, condena as conquistas associadas ao *Welfare State*. A idéia de que o Estado deve ter por objetivo o bem estar individual e social de seus cidadãos é afrontada pela busca de eficiência e produtividade empresarial. Habermas questiona os eventuais resultados da globalização levada ao seu limite:

“Admitamos que, em algum momento, se estabeleça uma liberalização completa da economia mundial, que permita a mobilidade irrestrita de todos os fatores de produção (inclusive da força de trabalho), realizando o equilíbrio global das praças e sedes de produção e visando ao estado final de uma divisão de trabalho simétrica. Mesmo sob essas premissas, seria necessário, pelo menos durante certo período de transição, levar em conta, em nível nacional e mundial, não somente um crescimento drástico da injustiça social e da fragmentação da sociedade, mas também uma corrupção dos padrões morais e das infra-estruturas culturais. É necessário, pois, perguntar: quanto tempo será necessário para atravessar este ‘vale de lágrimas’, e quais serão os sacrifícios exigidos até lá? Quantos destinos marginalizados permanecerão à beira do caminho e quantas conquistas da civilização serão engolidas por esta ‘destruição criadora’?” (HABERMAS, 2003:114-115)

O enfoque cultural é um dos mais afetados pela nova ordem. A exposição a outras culturas amplia horizontes de compreensão e conhecimento, multiplicando a capacidade de assimilar informações e aprender com o diferente.

Ao mesmo tempo, povos e nações assistem a desterritorialização de seus símbolos e valores culturais que assumem abrangência mundial. Em contrapartida assimilam valores estrangeiros integrando um imaginário coletivo global que redundando em homogeneização da cultura, desequilibrando a percepção da identidade do indivíduo.

Edgar Morin apresenta um conceito da mundialização por meio de uma analogia com um holograma:

“Não apenas cada parte do mundo faz cada vez mais parte do mundo, mas o mundo enquanto mundo está cada vez mais presente em cada uma de suas partes. Isso se verifica não só para as nações e povos, mas também para os indivíduos. Da mesma forma que cada ponto de um holograma contém a informação do todo de que faz parte, doravante cada indivíduo também recebe ou consome informações e as substâncias vindas de todo o Universo” (MORIN, 1995:35)

A mundialização dos mercados e o desenvolvimento das técnicas de informação viabilizam uma liberdade sem precedentes para o fluxo de valores financeiros. Esta liberdade dos fluxos propicia uma comparação permanente das rentabilidades de possíveis investimentos nos pontos mais diversos do planeta, colocando as empresas em uma ameaça constante de perder acesso ao mercado de capitais. Pierre Bourdieu explica este processo:

“Les entreprises elles-mêmes, placées sous une telle menace permanente, doivent s’ajuster de manière de plus en plus rapide aux exigences des marchés; cela sous peine, comme l’on dit, de «perdre la confiance des marchés», et, du même coup, le soutien des actionnaires qui, soucieux d’obtenir une rentabilité à court terme, sont de plus en plus capables d’imposer leur volonté aux *managers*, de leur fixer des normes, à travers les directions financières, et d’orienter leurs politiques en matière d’embauche, d’emploi et de salaire.” (BOURDIEU, 1998:3)

A eficiência e a competitividade são tomadas como valores maiores. Como consequência, as relações de trabalho são fortemente afetadas pela nova conjuntura. Diante da busca de competitividade, a substituição de mão de obra por máquinas se torna uma tentação muitas vezes irresistível. O desemprego e a reconfiguração geográfica do trabalho provocam exclusão social.

As legislações trabalhistas tendem a ser liberalizadas, eliminando proteções onerosas. Estas representam custos impeditivos à atração do capital internacional, que tem como alternativa qualquer lugar do planeta que apresente melhores condições. A terceirização da mão de obra e o uso de contratos temporários substituem as relações trabalhistas estáveis.

Regiões produtoras aparecem e desaparecem ao sabor das demandas e ofertas do mercado internacional. Funções e ofícios surgem ou deixam de ser necessários pela mudança de processos produtivos em curtos espaços de tempo e sem qualquer aviso prévio. Diferentemente do capital a força de trabalho não apresenta flexibilidade para acompanhar tais movimentos.

JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

O Brasil não foi uma exceção no processo de integração global da década de 1990. Recém saído de uma crise econômica de severas repercussões tanto no campo doméstico como no internacional, o governo brasileiro adotou discurso que associava a modernidade ao liberalismo econômico. As contradições e defasagens da estrutura produtiva foram associadas ao modelo econômico protecionista vigente até então.

O ideário liberal, enunciado na forma do Consenso de Washington, foi adotado como panacéia. O desgaste proveniente da conjuntura instável enfraqueceu o discurso desenvolvimentista e nacionalista. A abertura política criou um ambiente propício para a busca do novo e impôs urgência na implementação das medidas.

O resultado esperado por este novo modelo era de um choque de competitividade e eficiência do setor privado empresarial, por meio da ameaça constante das importações a preços inferiores.

Foi nesta conjuntura que na década de 1990 se experimentou um processo de abertura econômica ao exterior, permitindo o fluxo de capitais e baixando as restrições às importações. Deu-se uma reorientação na política comercial externa.

A abertura comercial não se deu de forma homogênea entre os diversos setores da economia nem mesmo dentro dos segmentos específicos de cada setor. Os diversos segmentos do setor têxtil foram impactados em intensidades distintas, que como regra geral pode-se associar ao grau de exposição ao comércio exterior pré-abertura.

Segmentos como o produtor de algodão e o de tecidos que se utiliza de fibras químicas, que produziam basicamente para o mercado doméstico, foram mais afetados pela exposição à concorrência. Em contrapartida, setores que produziam fios e tecidos de algodão e já eram tradicionais exportadores, sentiram a abertura de forma mais moderada.

O setor têxtil tem relevante importância econômica, apesar da redução de sua participação relativa na economia nacional verificada na década de 1990. Tanto a participação no Produto Interno Bruto quanto na Produção da Indústria foram reduzidos, como fica patente na tabela que segue.

Tabela 1 – Participação do Setor Têxtil² no PIB e na Produção Industrial

Ano	Participação no PIB	Participação na Indústria
1990	2,64%	6,82%
1991	1,99%	5,50%
1992	1,81%	4,68%
1993	1,79%	4,30%
1994	1,58%	3,95%
1995	1,45%	3,95%
1996	1,28%	3,69%
1997	1,08%	3,07%
1998	1,02%	2,95%
1999	1,22%	3,43%

Fonte: IBGE, 2007. Elaboração Própria.

Dentro desta conjuntura, a mecanização da produção foi uma constante em todos os segmentos do setor. Empresas que não se atualizaram foram inviabilizadas economicamente. Pesados investimentos foram realizados visando atingir padrões de competitividade compatíveis com outras nações produtoras. Como resultado a mão de obra foi, em significativas proporções, substituída por máquinas. Dada a representatividade do setor têxtil, qualquer rearranjo em sua estrutura de trabalho traz impactos complexos nos campos econômico e social.

HIPÓTESE DE PESQUISA

A abertura comercial da década de 1990 impactou de forma diferenciada os diversos segmentos do setor têxtil. O aspecto comum entre

² Consideradas as indústrias têxteis e de artigos do vestuário e acessórios.

todos os segmentos do setor foi a busca por eficiência e competitividade, por meio da mecanização da produção. Como consequência se verificou a eliminação de postos de trabalho no processo produtivo do setor.

OBJETIVO DO TRABALHO

O objetivo geral do presente trabalho é a avaliação do impacto do processo de liberalização do comércio exterior da década de 1990 sobre o setor têxtil brasileiro. Busca-se identificar os impactos que se estenderam a todos os segmentos do setor, e os que foram localizados, contextualizando suas razões.

Para tanto, foram estabelecidos objetivos específicos que incluem:

- Análise da cadeia produtiva do setor têxtil brasileiro.
- Revisão das origens e do desenvolvimento do setor têxtil.
- Estudo do processo de abertura comercial da década de 1990 e suas implicações na política comercial externa brasileira.
- Definição dos impactos gerais e específicos sobre os segmentos do setor e suas estratégias de adaptação ao novo paradigma de competitividade dentro do contexto do comércio global.

DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

O trabalho é dividido em quatro capítulos.

O primeiro é dedicado ao setor têxtil. O capítulo inicia com uma descrição da cadeia produtiva do setor, detalhando o processo de transformação da fibra têxtil em um produto confeccionado. Em seguida é feita uma descrição cronológica das origens do setor têxtil brasileiro no século XIX evoluindo com seu desenvolvimento até fins da década de 1980. O capítulo é encerrado com uma avaliação da relevância econômica e social do setor.

O segundo capítulo trata da abertura comercial da década de 1990. Começa com uma revisão da política externa comercial brasileira. Faz a retrospectiva dos eventos antecedentes que propiciaram o radical fechamento ao comércio da década de 1980. Segue com uma descrição da linha teórica liberal denominada “Consenso de Washington”, utilizada para justificar o processo de abertura. Encerra com uma descrição das relações com o Mercosul e com a China, importantes exportadores de produtos têxteis para o Brasil na década de 1990.

O terceiro capítulo trata da crise do segmento algodoeiro brasileiro da década de 1990, resultado da abertura comercial. Inicia com uma descrição da forma de produção encontrada antes de 1990 e mostra o impacto da abertura nas importações do algodão, nas diferentes regiões do país. Faz a comparação com a forma de produção do Paraguai e da Argentina, nossos maiores fornecedores. Em seguida, trata das distorções no preço internacional do algodão, especificando os subsídios estadunidenses ao produto.

O quarto capítulo descreve os impactos na produção, emprego e produtividade da indústria têxtil e contextualiza a evolução dos três maiores

pólos industriais do setor têxtil brasileiro, Americana, Santa Catarina e Ceará, na década de 1990.

CAPÍTULO I - O SETOR TÊXTIL

A CADEIA PRODUTIVA DO SETOR TÊXTIL

O processo inicial da cadeia produtiva do setor têxtil é a obtenção do insumo básico que é a fibra. O setor têxtil trabalha com um amplo espectro de matérias primas que podem ser classificadas em três segmentos.

O primeiro e maior deles é composto pelas fibras naturais, como o algodão, a seda, o linho, a lã e a juta.

O segundo grupo é composto pelas fibras sintéticas, derivadas de subprodutos de petróleo, como nylon, poliéster, lycra e polipropileno.

O terceiro e último dos segmentos utiliza fibras artificiais, obtidas a partir da regeneração da celulose natural, como a viscose e o acetato.

Tanto as fibras sintéticas quanto as artificiais são conhecidas como fibras químicas, e sua combinação com as naturais permite a criação de produtos com características diferenciadas. As fibras químicas buscam copiar e incrementar as características próprias das naturais e representam uma alternativa de matéria prima que vem reduzir a dependência de fibras naturais por parte da indústria. Nenhuma fibra, de maneira isolada, tem condições de suprir toda a demanda da indústria têxtil.

O algodão é com ampla margem a fibra de maior utilização, representando mais de 90% das fibras naturais consumidas no mercado

brasileiro³. A tabela seguinte mostra distribuição do consumo entre fibras naturais e fibras químicas:

Tabela 2 – Consumo Brasileiro de Fibras e Filamentos Têxteis

(participação percentual no mercado)

Ano	Fibras naturais	Fibras químicas
1970	78,3	21,7
1975	72,3	27,7
1980	71,3	28,7
1985	76,4	23,6
1990	71,7	28,3
1995	63,9	36,1
2000	61,8	38,2

Fonte: ABRAFAS, 2007.

As fibras químicas tem tido crescente aceitabilidade devido aos grandes desenvolvimentos tecnológicos que permitem a produção de tecidos de alta qualidade.

A produção do algodão verificou um declínio e uma realocação geográfica no decorrer da década de 1990. De um volume produzido de 665,7 mil toneladas de algodão em pluma de 1990 a produção foi reduzida para 520,6 mil toneladas em 1999 tendo atingido seu ponto mais baixo em 1997, com 305,9 mil toneladas. Esta redução foi verificada nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste tendo sido parcialmente contrabalançada por um crescimento na região Centro-Oeste, como pode se verificar na tabela que segue.

³ Cf. IEL, 2000:21.

Tabela 3 – Produção Brasileira de Algodão em Plumas

(em mil toneladas)

Ano	Norte Nordeste	Centro-Oeste	Sul Sudeste	Total
1990	88,1	74,0	503,6	665,7
1991	113,9	98,1	505,0	717,0
1992	81,2	92,4	493,5	667,1
1993	53,4	80,8	286,0	420,2
1994	122,2	105,0	255,9	483,1
1995	87,6	135,6	313,9	537,1
1996	76,4	127,6	206,0	410,0
1997	59,1	123,9	122,9	305,9
1998	25,1	213,4	172,5	411,0
1999	37,8	361,9	120,9	520,6

Fonte: CONAB, 2007.

O Processo de transformação da fibra em produto final envolve uma série de processos que são efetuados por empresas que possuem características diferenciadas, como explica Ely Mitie Massuda:

“A indústria têxtil caracteriza-se pela descontinuidade entre os segmentos. O produto final de uma etapa constitui-se na matéria-prima para a seguinte. Apesar de constituírem etapas, na maioria das vezes seqüenciais, cada um dos segmentos possui dinâmica própria, com especificidades tecnológicas de mercado e de matéria-prima, existindo empresas que se dedicam exclusivamente a uma delas.”
(MASSUDA, 2002:244)

De posse da fibra, o próximo passo na linha de produção é a fiação. O segmento de fiação é composto por empresas de médio e grande porte. A fabricação de fios requer significativos volumes de capital, uma vez que para a montagem de uma linha de produção economicamente viável

devem ser utilizados equipamentos que demandam uma escala de produção elevada⁴.

Isto caracteriza uma barreira à entrada de empresas de menor porte no segmento, implicando em concentração, diminuição do número de fábricas e aumento do tamanho médio destas. O segmento de fiação incorpora rapidamente novas tecnologias visando melhorias de produtividade e automação.

O processo de fiação consiste na transformação da matéria-prima bruta, seja ela natural, artificial ou sintética.

No caso de fibras naturais o processo é conhecido como paralelização, quando as fibras são orientadas em uma mesma direção e torcidas de forma a se prenderem umas às outras por atrito.

No caso de fibras artificiais, se trata de um processo de extrusão, onde uma substância química pastosa é pressionada através de um equipamento denominado fieira, tendo por resultado filamentos que uma vez solidificados se transformam em fios.

De posse do fio, o próximo passo é a tecelagem. No segmento de tecelagem se verifica uma maior heterogeneidade entre as empresas. Existem desde grandes indústrias integradas com a fiação até empresas independentes

⁴ Cf. GORINI; SIQUEIRA, 1997:2.

de menor porte e mesmo pequenas tecelagens chamadas faccionistas, que prestam serviços a outras indústrias quando existe excesso de demanda.

Diversos processos distintos podem ser utilizados para a produção de tecidos, sendo que os principais são a tecelagem de tecidos planos e a malharia⁵.

A tecelagem de tecidos planos é resultado do entrelaçamento de fios em ângulos retos, realizado por um tear. Para este processo, os fios devem ser previamente preparados por meio de processos de urdimento e engomagem. Por meio desse processo, são obtidos tecidos pesados como os brins, índigos, jeans, os popelines e tecidos utilizados para cama, mesa e banho.

O processo de malharia consiste na passagem de uma laçada de fio através de outra laçada, e tem por objetivo produzir tecidos de maior flexibilidade e elasticidade. Na malharia se produzem malhas de algodão puro ou com mescla de poliéster, utilizadas em meias, roupas íntimas entre outros. A malharia é um segmento que permite a coexistência de empresas de diferentes portes, uma vez que é menos intensiva em capital.

Finda a tecelagem, o tecido passa por um processo de acabamento que visa conferir propriedades específicas ao produto e que varia conforme as características do mesmo. Neste segmento são realizados

⁵ Cf. GORINI; SIQUEIRA, 1998:4.

tratamentos físicos e químicos que incluem lavagens, tingimento e a estamparia.

A última etapa do processo industrial têxtil se dá no segmento de confecção que envolve um espectro muito amplo de processos de produção e uma grande heterogeneidade das empresas envolvidas.

No segmento de confecção mesmo com os investimentos e modernizações verificados, a habilidade do trabalhador está diretamente ligada à qualidade do produto. A indústria de confecção oferece produtos diversos, que vão desde artigos de cama mesa e banho até peças de vestuário. Esta diversidade é acentuada pela existência de mercados consumidores com características múltiplas e peculiares. Desta forma as matérias primas, os processos produtivos e mesmo as relações de trabalho apresentam diferenças significativas⁶.

As barreiras tecnológicas do segmento de confecção são limitadas na medida em que o equipamento básico utilizado é a máquina de costura, e os investimentos exigidos não são proibitivos. A tendência internacional de grande pulverização do segmento de confecção em empresas de pequeno e médio porte é confirmada no Brasil.

A grande especialização necessária ao atendimento dos mais diversos tipos de demanda cria nichos de mercado desinteressantes para empresas de grande porte, que não possuem a flexibilidade necessária para se

⁶ Cf. BNDES, 1996:1.

adequar às mudanças. A capacidade de ajuste e a simplicidade administrativa beneficiam as unidades de menor porte.

Desta forma convivem empresas de portes diversos dentro do mesmo segmento, como enfatiza Ely Mitie Massuda:

“Uma das características do parque têxtil brasileiro repousa na heterogeneidade das indústrias, no porte e no estágio tecnológico das mesmas. Em relação ao porte, inclui desde grandes empresas integradas (da fiação ao acabamento) até micromalharias.” (MASSUDA, 2002:244)

O fato de ser uma atividade intensiva em mão de obra faz com que o custo de salário seja um diferencial competitivo. Isto justifica a migração desta indústria para países com mão de obra barata como, por exemplo, Brasil e China. A costura é a principal etapa do processo, tomando cerca de oitenta por cento do tempo despedido. O Informe setorial do BNDES para o segmento de confecção enfatiza a importância do custo de mão de obra:

“...o custo da mão-de-obra continua sendo a principal vantagem comparativa na localização de novas indústrias, sendo responsável pela participação expressiva dos países em desenvolvimento no comércio internacional de confecções” (BNDES, 1996:5)

Pela característica de divisão das tarefas entre as empresas do setor têxtil, é natural que as empresas se agrupem em pólos industriais visando ganhos logísticos⁷.

O maior pólo industrial têxtil do Brasil se situa na região de Americana, nas cidades de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara do Oeste

⁷ Cf. IEL, 2000:323.

e Sumaré, se destacando pela tecelagem especializada em tecidos planos baseados em fibras químicas. O segundo maior complexo têxtil brasileiro está situado nas cidades de Blumenau, Joinville e Brusque, em Santa Catarina. O terceiro pólo se situa em torno da cidade de Fortaleza no Ceará.

Para melhor compreensão do setor têxtil brasileiro se faz necessária a abordagem de suas origens e de seu desenvolvimento.

AS ORIGENS DO SETOR TÊXTEL BRASILEIRO

A origem do setor têxtil no Brasil se confunde com o processo de industrialização do país. No período colonial a característica fundamental era a incipiência da indústria têxtil, além de sua descontinuidade.

As diretrizes da política industrial eram ditadas pela metrópole, totalmente subordinadas aos interesses desta, sem qualquer foco nas carências econômicas ou sociais da colônia. Assim, era comum a adoção de políticas de estímulo ou restrição, segundo interesses portugueses ou necessidade de cumprimento de acordos comerciais com outros países. Francisco Iglésias descreve o pacto colonial:

“O essencial para entender a economia dos três primeiros séculos é a lembrança de ser parte do universo mercantilista, cuja base é o Pacto Colonial, ou seja, a Colônia existe para fornecer matéria-prima para a Metrópole. [...] É indispensável criar a riqueza: como a existente - madeiras, plantas, papagaios e outras espécies - é mínima e não admite exploração econômica consistente, tem de apelar para a agricultura. E esta se faz seguindo em grandes linhas o esquema clássico - monocultura, latifúndio, escravidão.” (IGLÉSIAS, 1993:78)

Como exemplo de instrumento restritivo à industrialização há o Alvará⁸ de D. Maria I, de 1785 que ordenava fechar todas as fábricas de tecidos de algodão, lã e outras fibras, com exceção daquelas que fabricavam tecidos grosseiros destinados à vestimenta de escravos e para enfiamento ou embalagens.

A determinação da extinção das fiações e tecelagens existentes no Brasil tinha como objetivo evitar o desvio de trabalhadores agrícolas para a indústria manufatureira, contrariando os interesses tanto dos produtores rurais que perdiam mão de obra, quanto de nações manufatureiras que perdiam mercados cativos.

Com a chegada de Dom João VI ao Brasil, o alvará de D. Maria I foi revogado, mas o desenvolvimento industrial que poderia ter se verificado não ocorreu. Ao contrário, foi liquidado em razão de medidas econômicas de interesse da metrópole que assinara em 1810 tratados de aliança e comércio com a Inglaterra⁹, concedendo privilégios aos produtos ingleses, reduzindo-se os direitos alfandegários a 15%, taxa inferior até mesmo à aplicada aos produtos portugueses que entrassem no Brasil.

Roberto Simonsen faz uma clara associação entre o apoio inglês à transferência da corte para o Brasil e a concessão de privilégios no comércio com a Inglaterra:

⁸ O Alvará de D. Maria I de 05/10/1785 explicita em sua redação as razões para tal restrição: “...porque havendo nele [*Brasil*] uma grande, e conhecida, falta de população, é evidente que, quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores;”

⁹ Cf. ALMEIDA, 2005:105.

“A mudança da família real para o Brasil operou-se sob o conselho e proteção da esquadra inglesa, de Sir Sidney Smith. Num de seus barcos, partiu, localizando-se no Rio de Janeiro, o embaixador, Lord Stranford, que representava em Portugal a política do gabinete de Saint James. Permaneceu vários anos, na Guanabara, a esquadra inglesa, para garantir a autoridade e fazer a defesa do Príncipe Regente. A ascendência britânica não tardou a manifestar-se pelos tratados de aliança e comércio que impôs, ainda em 1810, a Portugal e que refletiam a política imperialista, que Pitt¹⁰, em um de seus memoráveis discursos na Câmara britânica, deixou claramente delineada. Nesses tratados, os direitos aduaneiros sobre as mercadorias inglesas eram reduzidos a 15%; 1% menos do que os que incidiam sobre os próprios artigos portugueses.” (SIMONSEN, 1957:395-396)

Com isso, a incipiente indústria têxtil brasileira não tinha como competir com os tecidos ingleses, inviabilizando o processo evolutivo da industrialização brasileira. Nas palavras de Simonsen: “O tratado de 1810 aniquilava ainda o surto manufatureiro que se ia verificando no país, após a revogação, em 1808, do célebre decreto de D. Maria I, que proibia as indústrias no Brasil.” (SIMONSEN, 1957:397)

Nos primeiros vinte e cinco anos do século XIX as colônias de Portugal e Espanha na América Latina se tornaram politicamente independentes. Esta independência política vinha de encontro com os interesses comerciais da Inglaterra, e espelha a vulnerabilidade do poder português após a mudança da Corte para o Brasil. De acordo com Caio Prado Jr. a vulnerabilidade das potências ibéricas já era patente:

¹⁰ William Pitt (1759-1806) – primeiro-ministro britânico.

“Os domínios coloniais ibéricos, isto é, das coroas espanhola e portuguesa representam, pode-se dizer que desde o séc. XVII, mas sobretudo no seguinte, um anacronismo. As duas decadentes monarquias ainda conservavam a maior e melhor parte de seus imensos domínios, incorporados na fase brilhante de sua história: sécs. XV e XVI. Situação anômala, porque já não correspondia mais ao equilíbrio mundial de forças econômicas e políticas. Depois daquele passado já remoto do apogeu luso-espanhol, outras potências tinham vindo ocupar o primeiro lugar no plano internacional: os Países-Baixos, a Inglaterra, a França. No entanto, os domínios ibéricos ainda formavam os maiores impérios coloniais. Corpos imensos de cabeças pequenas...” (PRADO Jr., 1970:123)

Nesse momento a Europa Ocidental experimentava uma série de mudanças econômicas como consequência da industrialização. As economias européias necessitavam de mercados para consumir seus produtos industrializados e demandavam matérias primas e produtos tropicais. Dentro deste cenário a industrialização do Brasil não ia de encontro com os interesses das potências européias, particularmente da Inglaterra, maior potência na época. Caio Prado Jr. sugere a mudança de paradigma do capitalismo comercial para o capitalismo industrial:

“O antigo sistema colonial, fundado naquilo que se convencionou chamar o *pacto colonial*, e que representa o exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles, entra em declínio. Prende-se isto a uma transformação econômica profunda: é o aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial.” (PRADO Jr., 1970:123)

Neste cenário a agricultura, a extração mineral e o comércio eram as atividades econômicas que constituíam quase que exclusivamente a economia brasileira na primeira metade do século XIX.

O modelo econômico e social era baseado no uso intensivo de mão de obra escrava direcionado principalmente para a produção de açúcar, café e algodão e a extração de ouro e diamantes. Existia uma grande carência

de força de trabalho e a preocupação com a transferência desta para a indústria. Celso Furtado apresenta argumento nesta direção:

“Pela metade do século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alçasse 2 milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se quisesse realizar teria de chocar-se com a inelasticidade da oferta de trabalho” (FURTADO, 2003:123)

Este modelo baseado na mão de obra escrava teve profundo impacto no desenvolvimento industrial brasileiro, na medida em que desencorajava a vinda de imigrantes livres, além de absorver os capitais disponíveis, inibindo o desenvolvimento da indústria.

Em meados do século XIX, com as restrições ao tráfico de escravos, capitais então direcionados a esta atividade se fizeram disponíveis para alocação em outras atividades, inclusive nas industriais. Cabe ressaltar que naquela época agricultura e comércio eram atividades consideradas seguras e lucrativas, enquanto as manufaturas industriais eram vistas com desconfiança.

Do ponto de vista político, o país era comandado pelos interesses dos grandes proprietários rurais, fossem estes do nordeste açucareiro ou do sudeste cafeeiro. Sérgio Buarque de Holanda explicita esta relação política:

“Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio.” (HOLANDA, 2005:73)

Um dos primeiros incentivos à industrialização foi verificado em 1844 com a adoção de tarifa protecionista¹¹, conhecida como “Tarifa Alves Branco” em associação ao nome do então Ministro da Fazenda Manuel Alves Branco. Foram estabelecidas alíquotas significativas para a importação de produtos manufaturados, incluindo os tecidos de algodão, fato que provocou protestos de várias nações européias. A medida propiciou um estímulo à industrialização, especialmente para o ramo têxtil, que foi o pioneiro desse processo.

Em meados do século XIX, o Brasil já tinha uma razoável cultura algodoeira, matéria-prima básica da indústria têxtil e um mercado consumidor em crescimento. Outros fatores não-econômicos também influenciaram a evolução da indústria têxtil, dentre os quais: a Guerra Civil Americana, a Guerra do Paraguai e a abolição do tráfico de escravos.

A Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865) implicou em redução da oferta de algodão estadunidense no mercado internacional¹². Como consequência os preços subiram e o Brasil aumentou a sua produção, se beneficiando da conjuntura. Ao fim do conflito estadunidense, com a consequente volta dos Estados Unidos ao mercado se verificou um excedente de produção e oferta de algodão, ocasionando uma forte queda nos preços do produto entre 1873 a 1896.

¹¹ Cf. Decreto nº 376, de 12/08/1844.

¹² Cf. STEIN, 1979:58.

A Guerra do Paraguai (1865-1870) colocou as finanças públicas brasileiras em situação extremamente delicada o que incentivou o governo a elevar a cobrança de direitos alfandegários para fazer frente ao esforço de guerra¹³. Este aumento de tributo alfandegário inibia as importações de produtos têxteis e incentivava a produção local.

O tráfico de escravos era uma atividade de grande vulto e importância econômica, que consumia significativos montantes de capital e investimento¹⁴. Com a abolição do tráfico de escravos, capitais antes empregados nesta atividade se tornaram disponíveis para novos empreendimentos. O investimento em indústrias têxteis era uma alternativa.

Nas décadas de 70 e 80 do século XIX, os cafeicultores paulistas vivenciaram uma crise pelo efeito de esgotamento do solo, envelhecimento da mão de obra escrava (sem reposição pelas limitações ao tráfico) e ameaça de abolição da escravidão (que se verificou em 1888). Esta conjuntura incentivou os cafeicultores paulistas na busca de novas alternativas, diversificando e desconcentrando seus investimentos cafeeiros.

Ao fim do século XIX, as condições para o estabelecimento de uma indústria têxtil estavam dadas. A abolição da escravidão abriu espaço para a atração de imigrantes livres. Existia oferta de máquinas e equipamentos por parte da Inglaterra, França e Estados Unidos, assim como técnicos para fazer instalação e manutenção dos mesmos. A forma de produção

¹³ Cf. STEIN, 1979:31.

¹⁴ Cf. PRADO Jr., 1970:154.

predominante na época era baseada em uma fábrica integrada que fazia desde a fiação até o acabamento.

Apesar de em seus primórdios, a indústria têxtil utilizar mão de obra escrava, já a partir de meados do século XIX esta foi gradualmente substituída por trabalhadores assalariados. O governo facilitava a entrada de imigrantes, provenientes de países que verificaram a revolução industrial e dispunham de artesãos, mecânicos e técnicos com experiência em fiação e tecelagem. A necessidade de trabalhadores estrangeiros não se limitava a sua habilidade para executar funções operacionais, mas também para treinar a mão de obra local.

O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTEL BRASILEIRA

A crise agrícola verificada nas duas últimas décadas do século XIX abalou a confiança na capacidade das exportações de produtos agrícolas suportarem o crescimento da economia nacional. Celso Furtado ilustra a dimensão da crise do café, principal produto da pauta de exportações brasileiras então:

“A partir da crise de 1893, que foi particularmente prolongada nos EUA, começaram a declinar os preços no mercado mundial. O valor médio da saca exportada em 1896 foi 2,91 libras, contra 4,09 naquele ano. Em 1897 ocorreu nova depressão no mercado mundial, declinando os preços nos dois anos seguintes até alcançar 1,48 libra em 1899.” (FURTADO, 2003:186)

Neste mesmo período se verificou a articulação dos grupos industriais exercendo pressão sobre o governo, visando medidas protecionistas. Buscava-se identificar a indústria com progresso e patriotismo,

concluindo que a exportação de matérias primas retornava ao Brasil na forma de produtos manufaturados com seu preço multiplicado.

Neste ambiente, se desenvolveu um forte esforço para convencer o governo, a mídia e a opinião pública da necessidade de proteção governamental para fomentar o progresso industrial.

Quando da Proclamação da República, a indústria têxtil algodoeira do Brasil já possuía uma posição consolidada, dando início a um período de varias décadas de crescimento e rentabilidade. A estabilidade política e econômica verificada no início do século XX fez a indústria prosperar.

O setor têxtil, protegido pelas tarifas que dificultavam as importações, verificava generosos lucros com risco relativamente baixo. A propriedade das fábricas têxteis permanecia em mãos de um pequeno número de famílias. Os industriais têxteis calculavam seus preços não levando em conta os seus custos de produção, e sim o custo de importação artificialmente inflado pelas tarifas aduaneiras, o que permitia lucros extremamente altos.

Um aspecto significativo deste período foi a concentração da indústria têxtil na região sudeste, com ênfase para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Expansão econômica, urbanização e desenvolvimento da indústria têxtil deram origem a novos grupos sociais e novas questões polêmicas. Nas fazendas de café, a insatisfação do proletariado rural encontrava limitações em sua manifestação. A massa de imigrantes dispersa

por fazendas isoladas encontrava dificuldade no estabelecimento de uma ação reivindicatória. O operariado do setor têxtil localizado nas grandes cidades reunia condições de se organizar.

A primeira fase da industrialização era fundamentada na incorporação de grandes quantidades de mão de obra em detrimento de inovações tecnológicas e racionalização de processos. A imigração teve como incentivadores a crise agrícola que a Itália então experimentava associada ao subsídio por parte do governo brasileiro.

A mão de obra era usualmente direcionada para as lavouras de café, mas a intensiva atração de imigrantes era maior que a demanda da lavoura cafeeira. Este excedente de mão de obra se concentrava nas cidades. Cabe ressaltar que mesmo em momentos em que se verificava excesso na oferta de mão de obra, o governo mantinha os incentivos à imigração fazendo com que essa maior oferta reduzisse os custos com salários.

Neste período se verifica o surgimento dos sindicatos e das comissões de fábrica¹⁵. A fraqueza do movimento de mobilização dos trabalhadores está refletida na baixa representatividade e descontinuidade temporal da organização sindical. Em muitos casos os sindicatos não conseguiam grande adesão da categoria. Em outros casos o engajamento após um período de greve atingia níveis animadores, o que se exauria em pouco tempo. A fraqueza do movimento operário do início do século XX é fato

¹⁵ Cf. FAUSTO, 2000:21.

reconhecido hoje como o era na época. A organização patronal e a baixa especialização do trabalho faziam com que os esforços do movimento operário produzissem poucos e efêmeros resultados.

As condições gerais de trabalho na indústria têxtil eram de absoluta insegurança e exploração. Usualmente os trabalhadores alugavam unidades habitacionais das companhias têxteis em que se empregavam. Estas, por estarem localizadas muitas vezes longe de estabelecimentos comerciais, mantinham lojas para fornecer aos trabalhadores gêneros alimentícios e outros bens de consumo, usualmente praticando preços abusivos.

A jornada de trabalho declarada era de dez horas por dia, seis dias por semana, mas esta era geralmente extrapolada, chegando a dezessete horas por dia. Não existiam proteções ao trabalhador, e diante da desproporcional oferta de mão de obra, a situação era de exploração. Acidentes não eram indenizados, inexistia previdência social ou previsão de aposentadoria.

A indústria apresentava alta concentração de operários por unidade e alto grau de mecanização, dificultando a identificação do trabalhador com o produto manufaturado. Esta dificuldade de se identificar com o produto implicava em insatisfação no trabalho e distanciamento social, gerando relações de trabalho conflituosas.

A primeira greve de ampla adesão da indústria têxtil ocorreu em São Paulo em maio de 1907. Era pleiteada jornada de oito horas e aumentos

salariais. Os empresários industriais se negaram a fazer qualquer concessão e se entenderam com o governo a fim de buscar garantias aos operários que quisessem trabalhar. No fim de maio de 1907, os operários têxteis voltam ao trabalho alcançando pequenas concessões, mas sem atingirem seus objetivos. Entretanto, a greve trouxe à luz o conflito de classes da indústria em expansão. Boris Fausto descreve as medidas tomadas pelos empresários do setor têxtil para enfrentar o movimento reivindicatório:

“Alguns dias após o seu primeiro encontro, os industriais têxteis elegem uma comissão para tomar várias providências: entender-se com o governo do Estado, a fim de solicitar garantias aos que desejem trabalhar; empregar seus bons ofícios junto à imprensa, no sentido de conseguir que sejam as mais resumidas possíveis as notícias sobre a greve, evitando inculcar nos espíritos, entusiasmos pelos comentários pomposos ou exagerados, de modo a impedir que os operários, mais propensos sempre a seguir os exaltados ou desarrazoados, se deixem por eles arrastar ou suggestionar; estudar as atuais tabelas de salários para ver o que se poderia fazer em matéria de aumento e de redução de horas de serviço; tratar da organização de uma associação industrial, abrangendo todos os ramos fabris.” (FAUSTO, 2000: 147-148)

O setor têxtil concentrava metade da força de trabalho industrial do país e a mecanização reduzia o valor da mão de obra, atraindo mulheres e crianças. A força muscular não é tão necessária no setor têxtil mecanizado. As tarefas principais são de vigilância e flexibilidade manual, consistindo principalmente em reatar fios rompidos.

A visão geral do empresariado industrial considerava que o esforço do trabalhador teria pouco impacto na produtividade, e esta se alcançaria pela mecanização combinada com a disciplina da força de trabalho. Esta disciplina impõe uma nítida hierarquia social dentro da indústria de grande porte. No topo da pirâmide o patrão ou o diretor, figura inacessível que se usa

da gerência como barreira para amortecer as demandas da classe inferior representada pelos operários. Boris Fausto detalha esta relação:

“Não apenas a diferenciação de funções como a necessidade da disciplina impõe, no interior da grande indústria, uma nítida hierarquia social. No topo, o patrão ou o diretor, figura de difícil acesso com quem os trabalhadores não tem contato na vida quotidiana e que em regra se recusa a recebê-los por ocasião dos conflitos coletivos; como instância intermediária - barreira estancadora das queixas coletivas - surge o gerente; na base, o mestre e o contramestre, manifestações tangíveis da hierarquia. São eles os responsáveis imediatos pela disciplina em geral, pela violência contra as crianças - expressão exacerbada da pedagogia vigente na sociedade - pela dupla exploração das mulheres como força de trabalho e como objeto sexual.”(FAUSTO, 2000:115)

A introdução da força de trabalho feminina implica em atritos e ambigüidades. Os homens percebem o trabalho feminino como concorrente ou suplementação do salário familiar, conforme sua situação particular.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil que já dispunha de um importante parque têxtil, capacitação técnica e sistema de distribuição, viu-se incentivado pela redução da oferta de produtos por parte dos países envolvidos na guerra. Os trabalhadores rurais, operários de fábricas, empregados domésticos e outras categorias de trabalhadores urbanos precisavam de tecidos de algodão e consumiam o produto nacional.

A guerra pode ser considerada como fator decisivo na consolidação da indústria têxtil brasileira. A limitação da capacidade do país de importar propiciou a oportunidade de crescimento da produção interna no vácuo deixado pelo não-suprimento externo de tecidos. Assim, a interrupção do fluxo de entrada de artigos oriundos do exterior, pela concentração dos países

européus e dos Estados Unidos no esforço da guerra, funcionou como elemento de estímulo para o crescimento da indústria brasileira.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial a indústria têxtil nacional fornecia aproximadamente oitenta por cento dos tecidos de algodão consumidos no país, sendo que só os produtos importados de melhor qualidade podiam competir com os tecidos de fabricação nacional. Caio Prado Jr. apresenta dados que ilustram o impacto positivo da guerra na indústria brasileira:

“A Grande Guerra de 1914-18 dará grande impulso à indústria brasileira. Não somente a importação dos países beligerantes, que eram nossos habituais fornecedores de manufaturas, declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira. No primeiro grande censo posterior à guerra, realizado em 1920, os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13.336, com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários. Destes estabelecimentos, 5.936 tinham sido fundados no quinquênio 1915-19, o que revela claramente a influência da guerra.” (PRADO Jr., 1970:261)

O Brasil se vangloriava de que entre todos os países latino-americanos fora quem menos se ressentira da escassez de produtos europeus, chegando mesmo a exportar tecidos para a Argentina e Uruguai. Neste momento a indústria têxtil brasileira, para crescer sua produção, foi posta diante de duas alternativas. Exportar ou se concentrar na fabricação de tecidos de qualidade superior, que até então eram importados.

Entretanto, devido aos altos preços domésticos, as exportações não seriam competitivas com os produtos estadunidenses e europeus fora de

períodos de exceção como o caso da Primeira Guerra Mundial. Isto incentivou a melhora da qualidade e o desenvolvimento de produtos mais finos.

Com o fim do conflito na década de 1920, novamente arrefeceu a atividade têxtil pela retomada das importações de tecidos diante da dificuldade de competição com os similares estrangeiros que eram vendidos no Brasil a preços inferiores aos que eram cobrados em seus países de origem.

Os empresários têxteis vinham desenvolvendo seus laços com o governo. Na década de 1920, as entidades de classe dos industriais angariavam muito mais fundos para financiar partidos políticos que as organizações de classes dos fazendeiros de café. Este investimento retornava ao setor têxtil na medida em que os líderes da bancada do Senado e da Câmara faziam aprovar ou rejeitar legislações atendendo interesses do setor.

Se nos primeiros anos da República os fazendeiros de café de São Paulo detinham a mais alta influência política, ao fim da década de 1920 esta posição seria ocupada pelos industriais. Stanley Stein ressalta esta transição:

“A decadência do prestígio dos cafeicultores não chegou, porém, a deixar um vazio de poder. Os grupos industriais em ascensão dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, onde os proprietários das indústrias têxteis de algodão exerciam considerável influência, rapidamente suplantaram a influência da oligarquia agrária. Foi uma revolução que transcorreu sem alardes, quase despercebida, e que estava em gestão desde a primeira guerra mundial” (STEIN, 1979:141)

Em 1929, por meio do sistema de pressões da indústria têxtil, o governo aprova tarifa de importação de produtos têxteis que teve impacto

significativo na limitação das importações brasileiras¹⁶. Para se ter uma idéia do impacto, em 1928 o Brasil importou 8.310 toneladas de tecidos de algodão. Em 1930 a importação foi de somente 1.338 toneladas¹⁷.

A grande depressão verificada pela economia estadunidense em 1929, veio interromper o longo período de prosperidade que a indústria têxtil viveu desde ao início da República.

A exportação de matérias primas agrícolas era determinante para o poder aquisitivo dos consumidores brasileiros. A queda no preço internacional dos produtos agrícolas fez com que a demanda por produtos têxteis tivesse significativa retração.

Para se ter uma dimensão do impacto causado pela recessão no preço do café, então principal produto de exportação brasileiro, o preço de uma libra de café no mercado internacional caiu de 22,5 centavos de dólar em Setembro de 1929 para 8 centavos de dólar no mesmo mês de 1931¹⁸.

As exportações brasileiras declinam de maneira vertiginosa¹⁹. De uma média de 88,2 milhões de libras esterlinas-ouro exportadas em média entre 1926-1931, verificou-se uma redução para 38 milhões no período 1931-1935.

¹⁶ Cf. Decreto nº 5.650, de 09/01/1929.

¹⁷ Cf. STEIN, 1979:135.

¹⁸ Cf. FURTADO, 2003:195.

¹⁹ Cf. PRADO Jr., 1970:291.

Nem mesmo a proteção tarifária foi suficiente para fazer frente ao impacto da queda do preço do café no desaquecimento da economia brasileira, fazendo com que o país entrasse em recessão e por volta de 1930, diversas fábricas têxteis suspendessem as suas atividades ou operassem muito abaixo de sua capacidade.

Entretanto, a Crise de 1929 teve seu aspecto positivo para a indústria têxtil. A capacidade de importação foi drasticamente reduzida, levando praticamente todos os países a adotarem políticas de substituição dos importados pela produção interna das mercadorias necessárias a seu abastecimento. A substituição de importações abria espaço para a indústria têxtil ocupar.

A Revolução liderada por Vargas em 1930, consolidou a troca do eixo de influência do poder da cafeicultura para a indústria. A integração entre a indústria e a máquina governamental, na década de 1930, impressionou por sua rapidez. A aceitação por ambos do conceito de um Estado corporativista, intervencionista e planejado, tornava a colaboração mais efetiva. De acordo com Stanley Stein:

“No entanto ninguém seria capaz de prever a rapidez e facilidade com que se realizou o processo de integração indústria-governo na década de trinta. [...] A aceitação por ambas as partes do conceito de estado corporativista com ênfase na intervenção e no planejamento estatal (economia dirigida ou administrada), conceito tão próximo de muitos industriais brasileiros, tornou ainda mais efetiva esta colaboração” (STEIN, 1979:141-142)

O setor têxtil conseguiu convencer o governo revolucionário de que a única maneira de reduzir o excedente da produção de tecidos de algodão

seria impedir as importações de maquinário. Em 1931 o governo Vargas restringiu a importação de maquinário para indústrias cuja produção fosse considerada excessiva, a juízo do governo²⁰. A indústria têxtil foi enquadrada na categoria.

Isto ia de encontro com os princípios de uma economia administrada. O controle de importação de máquinas fixou a posição relativa das grandes indústrias, protegendo-as da ameaça de crescimento das demais, e limitando a competição. As restrições às importações perduraram por seis anos.

Após o fim das restrições, o setor têxtil ainda insistia na tese da superprodução e em 1938 o governo Vargas delega a questão ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, encarregado de efetuar um estudo detalhado da situação da indústria têxtil, buscando esclarecer a existência ou não de superprodução. A comissão concluiu pela não existência de superprodução.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial ocorreram excepcionais alterações na estrutura industrial brasileira. Como os fornecedores tradicionais do Brasil estavam envolvidos no conflito, abriu-se a possibilidade de o mercado ser suprido por meio do incremento da produção interna, com o surgimento de muitas fábricas em praticamente todos os setores da atividade manufatureira.

²⁰ Cf. Decreto nº 19.739, de 07/03/1931.

No ramo têxtil, as fábricas se ampliaram, passando a operar com mais de um turno de trabalho e produzindo mais para atender o mercado interno e, ainda, exportando para mercados importantes, principalmente da Europa e dos Estados Unidos.

A discussão sobre superprodução se tornou inócua, na medida em que toda produção excedente era importada pelos países beligerantes. Gradualmente produtos têxteis europeus e japoneses desapareceram do mercado. A primeira metade da década de 1940 foi marcada pela prosperidade da indústria têxtil, sendo surpreendida com oportunidades comerciais provenientes dos mais diversos países.

O extraordinário crescimento das exportações e dos lucros da indústria têxtil levou o Governo Federal a se preocupar com o abastecimento interno. A ameaça de congelamento de preços rondava o setor.

As entidades de classe do setor reagiram e negociaram com o Governo Federal o que ficou conhecido como “Convênio Têxtil”. O setor têxtil era representado por um comitê sediado na Associação Industrial do Rio de Janeiro. O convênio previa que no mínimo dez por cento da produção de cada fábrica seria direcionada a tecidos populares com preços fixados tanto no varejo quanto no atacado. Em retribuição o governo não congelaria os preços do restante da produção, fosse direcionado para mercado interno ou externo.

A intenção era abastecer as classes trabalhadoras uma vez que se os preços dos tecidos fossem submetidos às vicissitudes do mercado a

população de baixa renda simplesmente não teria acesso aos produtos têxteis básicos.

Em Julho de 1944, dentro do esforço de guerra, Vargas declara a mobilização²¹ da indústria têxtil, classificando-a como indústria de interesse militar. Cria uma Comissão Executiva Têxtil com poderes de definir as diretrizes administrativas e operacionais das empresas, caso a caso. Os direitos trabalhistas e individuais dos trabalhadores são parcialmente suspensos. Os contratos de trabalho somente poderiam ser rescindidos por justa causa, tanto por parte do trabalhador quanto da empresa. Trabalhadores do setor não poderiam “mudar de profissão” sem autorização do Ministério do Trabalho.

Ao fim da Segunda Grande Guerra, os tradicionais fornecedores de produtos têxteis aos mercados que o Brasil conquistou durante a guerra, se mobilizaram para retomá-los. Os preços do produto brasileiro eram extremamente altos e encontraram dificuldade na competição internacional.

Os benefícios percebidos pela indústria têxtil durante a guerra eram impactados na população na forma de produtos escassos e altos preços. Conforme Stanley Stein: “Durante a guerra, as fábricas de tecidos proporcionaram generosos dividendos aos seus diretores e acionistas. Aos consumidores, tocara a outra face desta prosperidade: A escassez e a carestia” (STEIN, 1979:176).

²¹ Cf. Decreto-Lei nº 6.688, de 13/07/1944.

Com a normalização paulatina do mercado internacional, o Brasil perdeu clientes externos e as exportações caíram a níveis insignificantes, fazendo com que as exportações se reduzissem a quase nada nos anos seguintes. Os investimentos foram suspensos e a defasagem tecnológica do equipamento em uso ficou patente²².

A partir da segunda metade da década de 1950 o setor têxtil, por influência sistêmica do desenvolvimento industrial da época, também começou a passar por grandes transformações.

Desenvolveu-se um modelo econômico baseado em uma política protecionista visando a substituição de importações por produtos nacionais, utilizando crédito público e atribuindo ao Estado um papel preponderante na planificação econômica. Esta planificação visava ao mesmo tempo proteger a indústria nacional da concorrência estrangeira e preservar a capacidade de importação de insumos que a indústria não tivesse condição de produzir.

No ano de 1957, o governo toma uma série de medidas na área de comércio exterior, visando fortalecer o viés desenvolvimentista. É feita uma reforma das tarifas alfandegárias²³, visando desestimular as importações de bens de consumo e viabilizar a importação dos bens de capital necessários ao desenvolvimento de atividades industriais. Neste mesmo ano o governo regulamenta as operações de câmbio²⁴. As operações de importação de bens,

²² Cf. STEIN, 1979:176.

²³ Cf. Lei nº 3.244, de 14/08/1957.

²⁴ Cf. Decreto nº 42.820, de 16/12/1957.

que apresentassem disponibilidade de suprimento satisfatória no mercado interno, estavam sujeitas a um regime de licença de importação e aquisição prévia de câmbio, que do ponto de vista prático dava ao governo pleno controle sobre as importações consideradas supérfluas. Desta forma se estabeleceu uma série de instrumentos de restrição não tarifária às importações.

A ênfase na política desenvolvimentista foi marcante na gestão de Juscelino Kubitschek. O Programa de Metas²⁵ do governo JK obteve resultados significativos em termos de crescimento da produção industrial. Apesar de não ser um dos segmentos focais do programa, o setor têxtil foi beneficiado pela melhora na capacidade de consumo da população e pelo desenvolvimento da infra-estrutura. Luiz Carlos Bresser-Pereira descreve a ênfase na industrialização:

“O que ocorreu em seu governo [*Juscelino Kubitschek*] foi o aceleração do desenvolvimento econômico, e principalmente a consolidação da indústria nacional, pela introdução de planificação setorial, com prioridades representadas por exigências e favores em relação aos setores industriais básicos. Terminando o seu governo, o êxito dessa indústria já era um fenômeno tão evidente que ninguém mais se aventurava a defender as teses do agriculturalismo.”
(BRESSER-PEREIRA,1963:17-18)

Em 1959 foi criada a SUDENE²⁶, estendendo diversos incentivos fiscais às empresas que se instalassem na região. Os incentivos foram ampliados quando em 1964 são concedidas reduções e isenções de imposto de renda²⁷ para projetos industriais instalados na região abrangida pela

²⁵ Cf. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DO GABINETE CIVIL, 1958.

²⁶ Cf. Lei nº 3.692, de 15/12/1959.

²⁷ Cf. Decreto nº 55.334, de 31/12/1964.

SUDENE. Isto levou muitas indústrias têxteis do Sudeste a migrarem para o Nordeste.

A partir da década de 60, o setor têxtil foi incluído entre os grupos preferenciais de indústrias incentivadas pelo Governo Federal, no âmbito do Plano de Ação Econômica do Governo, o PAEG²⁸ passando a receber crédito beneficiado por parte do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em 1970 foram concedidos incentivos fiscais²⁹ para a importação de máquinas e equipamentos, na expectativa de modernização do parque produtivo da indústria nacional. A conjuntura da Crise do Petróleo em 1973, que será tratada em maior detalhe no Capítulo II, levou o governo a tomar medidas visando evitar maior perda de reservas brasileiras em divisas estrangeiras.

Foram eliminadas as isenções de impostos de importação de equipamentos³⁰, o que levou a indústria a diminuir o ritmo de investimento e atualização tecnológica.

Pela mesma razão foram impostas limitações às importações de produtos acabados e matérias primas, incluindo o setor têxtil. Para impor tais

²⁸ Cf. MONTEIRO FILHA, 2002:3.

²⁹ Cf. Decreto-Lei nº 1.137, de 07/12/1970.

³⁰ Cf. Decreto-Lei nº 1.428, de 02/12/1975.

restrições, instrumentos não tarifários³¹ estabelecidos em 1957 foram aplicados com rigor, impedindo a entrada de produtores estrangeiros no mercado doméstico.

É assim que, a partir da década de 1970 a combinação de políticas de incentivos e proteções fiscais associadas ao crédito em condições favorecidas concedido pelo Governo Federal criou um ambiente protegido para a indústria têxtil, visando principalmente a substituição de importações e o aumento das exportações brasileiras.

O período que se estendeu até 1989 foi caracterizado pela proteção à indústria nacional por meio de alíquotas de importação restritivas ao produto importado associada aos subsídios, incentivos fiscais e crédito governamental. Diante destas condições, a postura da indústria era de buscar maximizar seus lucros por meio dos mínimos investimentos possíveis. As restrições às importações de máquinas e equipamentos influenciavam também a capacidade da indústria se modernizar.

Esta situação levou a indústria a uma séria crise, quando em 1990 o setor têxtil foi exposto à concorrência internacional por meio de redução de alíquotas de importação protecionistas, eliminação de barreiras não-tarifárias e por processos de integração econômica em blocos. Até a abertura econômica verificada no início da década de 90, a indústria têxtil brasileira era detentora de um mercado interno cativo e protegido das importações. Isto se verificava

³¹ Cf. Decreto nº 42.820, de 16/12/1957.

tanto para produtos acabados, quanto para insumos e equipamentos, o que desestimulava a realização dos investimentos necessários ao acompanhamento do processo de modernização que ocorria em outros países. Segmentos do setor têxtil que acessavam o mercado internacional já desenvolviam a percepção da necessidade de investimentos para se manterem competitivos.

Com a abertura do mercado local à concorrência internacional a indústria viu ser modificado por completo o cenário econômico que a havia levado a instalar-se e a crescer no país. Exposta de forma abrupta a um novo padrão de concorrência, teve de empreender um árduo esforço para se adequar e voltar a ser competitiva, só que, desta vez, em termos globais.

O processo de desenvolvimento da indústria têxtil brasileira, anterior à década de 1990, apresenta claros padrões que podem ser encontrados em diferentes intensidades em toda a sua trajetória:

- Dependência da proteção tarifária, impedindo a entrada de produtos estrangeiros.
- Grande influência política que a indústria têxtil exerce, participando ativamente do processo de definição de normativos e legislações que regulam o setor.
- Baixos investimentos em qualificação e tecnologia.
- Lucros provenientes de exploração da mão de obra barata e dos benefícios e proteções governamentais.

- Períodos de crescimento e de acesso aos mercados internacionais resultantes mais de ineficiência de concorrentes internacionais que da eficiência da indústria local. (ex. Guerra Civil Americana e as duas Grandes Guerras do século XX.)

Estas premissas foram severamente abaladas na década de 1990 quando um processo de abertura comercial radical foi posto em prática, expondo uma indústria tecnicamente defasada e acostumada a mercado cativo à feroz concorrência internacional.

RELEVÂNCIA ECONÔMICA E SOCIAL DO SETOR TÊXTIL

A importância da produção têxtil e sua responsabilidade econômica e social são mensuráveis em diversas dimensões. Dois enfoques serão utilizados para enfatizar a relevância de setor: A força de trabalho absoluta alocada no setor e a força de trabalho relativa a outros setores da indústria manufatureira.

Um primeiro enfoque é o número absoluto de trabalhadores envolvidos na produção. Mesmo com o impacto sofrido pelo setor têxtil durante a década de 1990 ele continua sendo de grande importância econômica e social. De acordo com o Censo Demográfico de 2000³², o setor têxtil contava com quase dois milhões de trabalhadores.

³² Fonte: IBGE, 2007.

Este número contempla tão somente os empregos diretos da indústria têxtil, não levando em conta os empregos indiretos gerados nos demais elos da cadeia produtiva, pelos fornecedores de insumos e prestadores de serviços apoiando a indústria. Neste universo não foram contados os produtores de fibras (sejam naturais, produzidas por agricultores, sejam químicas por tal indústria), os fabricantes de máquinas e equipamentos, embalagens entre outros.

Um segundo enfoque é comparativo com outros segmentos da indústria. Considerando que, conforme dados do Censo Demográfico - 2000 do IBGE³³, a indústria de transformação brasileira empregava aproximadamente 8,8 milhões de trabalhadores, o setor têxtil representava aproximadamente 21% da força de trabalho da indústria de transformação. A tabela que segue compara o pessoal ocupado na indústria têxtil com os demais segmentos da indústria de transformação. Pode-se ver que o setor têxtil não é segundo para nenhum setor da indústria de transformação, em termos de número de trabalhadores:

³³ Fonte: IBGE, 2007.

Tabela 4 – Pessoal Ocupado por Setor Industrial

(base ano de 2000)

Setor Industrial	Trabalhadores
Têxtil	1.852.421
Produtos alimentícios e bebidas	1.474.471
Produtos de metal ³⁴	831.115
Móveis e indústrias diversas	770.713
Produtos de minerais não-metálicos	515.017
Artefatos de couro	433.455
Fabricação de produtos de madeira	419.018
Produtos químicos	383.632
Edição, impressão e reprodução de gravações	356.929
Máquinas e equipamentos	336.001
Veículos automotores, reboques e carrocerias	332.985
Artigos de borracha e plástico	259.984
Metalurgia básica	163.863
Papel e Celulose	151.023
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	111.152
Outros ³⁵	365.261
Total - Indústria de transformação	8.757.040

Fonte: IBGE, 2007. Elaboração Própria.

Em 1999 o setor industrial têxtil³⁶ respondia por 1,22% do Produto Interno Bruto, representando 3,43% da produção da indústria nacional. São números significativos, apesar de muito inferiores aos 2,64% do Produto

³⁴ Exceto Máquinas e Equipamentos.

³⁵ O item Outros inclui as seguintes indústrias: “Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações; Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool; Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios; Fabricação de outros equipamentos de transporte; Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática; Fabricação de produtos do fumo; Reciclagem.”

³⁶ Consideradas as indústrias têxteis e de artigos do vestuário e acessórios.

Interno Bruto verificados em 1990 quando a participação na produção industrial brasileira era de 6,82%³⁷.

³⁷ Fonte: IBGE, 2007.

CAPÍTULO II – A ABERTURA COMERCIAL DA DÉCADA DE 1990

A POLÍTICA EXTERNA COMERCIAL BRASILEIRA

O estabelecimento das prioridades na definição da política externa de uma nação deve levar em conta sua conjuntura e prioridades. Clóvis Brigagão e Gilberto Rodrigues (2006) associam a boa política externa com a sua percepção da realidade:

“É crucial também que a política externa esteja calcada e vinculada com a realidade do país. Não se pode imaginar uma boa gestão de política externa se ela é derivada de concepções ‘fora da realidade’ de seus entornos de identidade cultural, das forças políticas e da própria organização e dinâmica da sociedade que sustenta essas aspirações internacionais.” (BRIGAGÃO; RODRIGUES, 2006:10)

No caso brasileiro o enfoque de comércio exterior tem importância significativa dentro da política externa, como instrumento de fomento do desenvolvimento nacional. Rubens Ricupero justifica uma atuação diplomática com objetivos econômicos:

“Para um país em desenvolvimento sem problemas de fronteiras, sem um contencioso político grave como o das Malvinas para a Argentina, que não é vizinho imediato de uma área de conflito regional como o Paquistão em relação ao Afeganistão, a ênfase da atuação externa tem de ser a de identificar e explorar as condições internacionais que viabilizem o desenvolvimento.” (RICUPERO, 1995:188)

Celso Lafer apresenta argumento na mesma linha, justificando o foco da atuação internacional para a agenda do desenvolvimento: “A consolidação pacífica do espaço nacional liberou o país para fazer do desenvolvimento o tema básico da política externa brasileira no correr do século XX.” (LAFER, 2000:261)

A política de comércio internacional é um instrumento de complexas repercussões. Uma política excessivamente aberta, ou aberta de forma abrupta expõe a produção nacional a risco de desaparecimento. Por outro lado, uma política excessivamente restritiva limita a necessidade de o produtor brasileiro oferecer seus produtos a preços competitivos no mercado interno. Pedro da Motta Veiga ilustra esta polêmica:

“De um lado, os defensores da abertura comercial atribuem a ela os ganhos de produtividade e o aumento da competitividade obtidos pela indústria ao longo da década. De outro, os críticos da liberalização vêem na abertura ‘precipitada’ a origem não só das dificuldades por que passou a indústria nesta década, mas até mesmo de um processo de desindustrialização cujo paradigma seria o setor de bens de capital.”(MOTTA VEIGA, 1999:1)

As políticas comerciais não tratam os diversos setores da economia de forma idêntica. Isto se explica por diversos fatores, como a capacidade doméstica de atender a demanda local e o enfoque da política industrial implantada pelo governo, na busca da maximização do desenvolvimento sustentável.

Entretanto, mais comum que raro, as políticas comerciais são influenciadas, e muitas vezes elaboradas, pelos grupos de pressão junto ao centro do poder. Nestes casos, os critérios que visam o interesse comum, como atendimento ao mercado interno e a busca do crescimento econômico são abandonados e o uso da influência política distorce a relação entre política comercial e prioridade nacional. Setores são protegidos quando esta proteção é mais onerosa que benéfica ao interesse nacional, e vice versa.

Claramente foi verificada “falta de critério” na seleção dos setores e na definição da velocidade de operacionalização das mudanças de política da década de 1990, como ressalta Pedro da Motta Veiga:

“[...] as características discriminatórias, em termos setoriais, das políticas de comércio e industriais praticadas nos níveis federal e subnacional definem, adicionalmente ao crescimento do grau de contestabilidade dos mercados proporcionado pela abertura comercial, um primeiro bloco de fatores condicionantes da evolução da indústria nos anos 90.” (MOTTA VEIGA, 1999:3)

Um dos aspectos mais complexos da política comercial está nos processos de combate ao *dumping*³⁸ e aos subsídios. É fundamental o estabelecimento de mecanismos legais eficientes assim como o monitoramento contínuo e o estabelecimento de ações diligentes para a aplicação de salvaguardas. Trata-se de processo muito dinâmico que exige técnica jurídica sofisticada. De acordo com Guida Piani, durante a década de 1990 o Brasil não estava preparado adequadamente para a missão:

“O que se destaca no caso brasileiro é uma grande fragilidade técnico-administrativa dos órgãos governamentais encarregados da administração das medidas antidumping, anti-subsídios e de salvaguardas, bastante agravada pelas sucessivas mudanças no organograma institucional de toda a área que cuida do comércio exterior, desde o início da década de 90.” (PIANI, 1998:10)

Mauro de Rezende Lopes (1997) apresenta argumento que confirma a incapacidade de se estabelecer proteções eficientes contra a importação de produtos subsidiados e exemplifica com o caso do algodão:

³⁸ Nos termos do Decreto nº 1.602, de 23/08/1995, a prática de dumping é caracterizada pela introdução de um bem no mercado doméstico a preço de exportação inferior ao preço efetivamente praticado para o produto similar nas operações mercantis normais, que o destinem a consumo interno no país exportador.

“Entretanto, na prática, pouco tem se conseguido para impedir a entrada de produtos subsidiados, devido, sobretudo, à fragilidade institucional do sistema brasileiro de defesa comercial. [...] Um exemplo eloqüente foram as importações subsidiadas de algodão que, por falta de imposição de direito compensatório, desmantelou a estrutura de produção, reduzindo, em poucos anos, o volume de produção a um terço da produção média nos anos anteriores à abertura; e que, agora, o governo e a indústria têxtil tentam, sem sucesso, reestruturar.”(LOPES, 1997:15)

Amado Luiz Cervo (2003) utiliza quatro paradigmas³⁹ para descrever a orientação da política externa do Brasil: O Liberal-Conservador, o Desenvolvimentista, o Normal e o Logístico.

O Paradigma Liberal-Conservador seria resultado da imposição por parte das potências européias de políticas de comércio exterior liberais, e mesmo de instituições políticas e sociais, o que se verificou no Brasil do século XIX até a Primeira República. Os tratados bilaterais eram os instrumentos de liberalização privilegiada das potências européias.

“O conteúdo essencial do modelo de relações internacionais definido pelos europeus era a chamada política das portas abertas. A periferia não tinha opção, quando firmava tratados: abria seu mercado aos manufaturados europeus e voltava-se para atividades primárias.”(CERVO, 2003:9)

O Paradigma Desenvolvimentista rompe com a diplomacia da exportação agrícola e incentiva o desenvolvimento econômico como

³⁹ “Um paradigma, em ciências humanas e sociais, equivale a uma explanação compreensiva do real. O uso que dele fazem as ciências exatas e naturais é diferente. Nessas últimas, o paradigma articula em uma teoria uma série de leis científicas que estabelecem, em princípio, relações necessárias de causa e efeito. Quando uma lei é rejeitada pela experiência, o paradigma cai. Nas ciências humanas, o paradigma também desempenha a superior função de organizar a matéria objeto de observação, porém não apresenta a mesma rigidez científica. Esse tipo de análise, nas ciências humanas, restringe-se à função de dar inteligibilidade ao objeto, iluminá-lo através de conceitos, dar compreensão orgânica ao complexo mundo da vida humana. Em razão dessa versatilidade e flexibilidade, não deve o leitor exigir de um paradigma o encaixe de todas as variáveis, dependentes, independentes ou intervenientes, na explicação de um tema de estudo.” (CERVO, 2003:6)

instrumento visando superar a dependência estrutural. Este paradigma insere as negociações econômicas na pauta diplomática, produz política externa autônoma e possui caráter nacional reforçado.

“Embora tenham sido lançados e definidos com bastante clareza durante a depressão capitalista e a Segunda Guerra Mundial, os parâmetros do paradigma desenvolvimentista seriam depurados e aperfeiçoados nas décadas seguintes, integrando, assim, o modelo de inserção internacional para o país por um período de sessenta anos.” (CERVO, 2003:12)

O Estado Normal é subserviente, se submete ao poder do capital internacional e aliena o controle dos aspectos centrais da economia. Baseado na concepção de uma globalização benigna e na busca da diminuição do tamanho e da ação do Estado entrega ao mercado a função de fomentar o desenvolvimento. Interesse Nacional ou Projeto Nacional de Desenvolvimento são luxos reservados às grandes potências. Nas palavras do autor: “Política exterior tornava-se conceito fora de moda, mero ornamento da ação do Estado, visto que não se lhe consignava mais a realização de interesses concretos...” (CERVO, 2003:19)

A percepção das assimetrias no desenvolvimento das nações e suas implicações, assim como do fato de que as grandes potências não aplicavam *ipsis litteris*, para si, os padrões do Paradigma Normal receitados aos países emergentes, levou à constituição do quarto paradigma, o Estado Logístico. Este busca a inserção global por meio do apoio à iniciativa privada, sem no entanto, abrir mão de seu caráter nacional. Recupera a autonomia decisória do Estado na busca da redução das assimetrias entre as nações.

“A política exterior volta-se à realização de interesses nacionais diversificados: dos agricultores, combatendo subsídios e protecionismo, porque convém à competitividade do agronegócio brasileiro; dos empresários, amparando a concentração e o desenvolvimento tecnológico; dos operários, defendendo seu emprego e seu salário; dos consumidores, ampliando seu acesso à sociedade do bem-estar.” (CERVO, 2003:21)

A década de 1990 seria marcada por uma mescla dos três paradigmas, resultado de políticas indefinidas. Assistiu ao desaparecimento do paradigma desenvolvimentista, conviveu com o Estado Normal e finalmente, ao fim da década, deu os primeiros passos na construção de um Estado Logístico.

“O pensamento político brasileiro aplicado às relações internacionais do Brasil desde 1990 não foi homogêneo, [...] Além de haver-se enfraquecido em razão da discordância interna e da prevalência de pensamento externo à casa, o processo decisório em política exterior do Itamaraty perdeu força sob outro ângulo também, na medida em que as decisões nas áreas da alfândega, das finanças externas e da abertura empresarial foram deslocadas para as autoridades econômicas, que aplicavam diretrizes monetaristas e liberais com desenvoltura e com conseqüências sobre a organização nacional. [...]A indefinição oriunda da coexistência paradigmática da política exterior brasileira desde 1990 levou à agonia do Estado desenvolvimentista, à emergência do Estado normal e ao ensaio de Estado logístico.” (CERVO 2002:6)

OS ANTECEDENTES DA ABERTURA

Para a compreensão do processo de abertura ao comércio exterior verificado na década de 1990 se faz necessária a análise da Crise do Petróleo verificada em 1973 e dos motivos do fechamento econômico verificado no período precedente.

Em setembro de 1960 os países exportadores de petróleo constituíram um cartel, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo –

OPEP como forma de se organizarem frente às companhias compradoras, estas notadamente estadunidenses, inglesas e holandesas.

Os objetivos incluíam o controle de preços por meio da limitação do volume de produção, as cotas. Entre os membros da OPEP tinham importância significativa os países árabes, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait e Qatar.

Quando da Guerra Israel-Árabe de 1973, também conhecida como Guerra do *Yom Kippur* (iniciada em 06/10/1973, dia do *Yom Kippur* feriado judaico conhecido como "Dia do Perdão") as nações árabes, se sentiram afrontadas pelo apoio das potências ocidentais ao Estado de Israel. Em decorrência iniciavam uma série de manobras no âmbito da OPEP visando desestabilizar as economias ocidentais, altamente dependentes do petróleo. Foi imposto um embargo ao comércio de petróleo com os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão.

A importância e impacto do embargo podem ser avaliados considerando o seguinte trecho do discurso *State of the Union*⁴⁰ do presidente Richard Nixon de Janeiro de 1974:

⁴⁰ O *State of the Union* é uma mensagem que os presidentes estadunidenses têm o dever constitucional de enviar ao Congresso, informando a conjuntura e sugerindo medidas. Tradicionalmente é anual, no mês de Janeiro e ocorre ininterruptamente desde 1790.

“In all of the 186 State of the Union messages delivered from this place, in our history this is the first in which the one priority, the first priority, is energy. [...] Because of this hopeful development, [*suspensão das hostilidades entre Israel e Egito*] I can announce tonight that I have been assured, through my personal contacts with friendly leaders in the Middle Eastern area, that an urgent meeting will be called in the immediate future to discuss the lifting of the oil embargo.” (NIXON, 1974:4)

Como resultado do embargo, o preço do petróleo quadruplicou em um prazo de três meses. Esta elevação de preços brusca e inesperada redundou em um grande rearranjo no sistema econômico internacional. Os países importadores se defrontaram com a necessidade de financiar significativos déficits em seus balanços de contas correntes. Como conseqüência as principais economias do mundo entraram em recessão, assistindo impotentes à alta do preço do petróleo e de seus derivados.

Os países desenvolvidos adotaram uma estratégia de adaptação rápida, repassando o custo ao consumidor final e reduzindo drasticamente e em curto prazo o consumo de petróleo, assumindo o impacto social da medida.

Frederick Engdahl em sua obra “A Century of War: Anglo-American Oil Politics and the New World Order” descreve o impacto da crise nos Estados Unidos:

“The social impact of the oil embargo on the United States in late 1973 could be described as panic. Throughout 1972 and early 1973, the large multinational oil companies, led by Exxon, pursued a curious policy of creating short domestic supply of crude oil. They were allowed to do so under a series of decisions made by President Nixon on advice of his aides. When the embargo hit in November 1973, therefore, the impact could not have been more dramatic.” (ENGDahl, 2004:154)

O governo brasileiro diante da crise, optou por uma estratégia de desaceleração progressiva e gradual da atividade econômica, visando amortecer o impacto social da crise.

O Brasil vinha de um período de forte crescimento econômico, sendo que a taxa média⁴¹ de crescimento do produto interno bruto foi de 11,2% no período de 1968 a 1973 e acreditava-se que um tratamento de choque geraria desemprego em massa, desorganização da cadeia produtiva nacional e crise econômica e social.

A estratégia brasileira consistia em manter as importações em níveis relativamente elevados evitando impacto exagerado na atividade econômica, até que fosse possível a substituição do petróleo por outras fontes energéticas ou a correção dos preços aos níveis anteriores à crise.

A combinação da alta do preço do petróleo com a severa recessão sofrida pelos Estados Unidos e pela Europa, e ainda, a alta dos juros internacionais, colocou a economia brasileira em situação altamente vulnerável. O Brasil dependia da importação e não tinha capacidade de geração de divisas para fazer frente aos crescentes desembolsos com petróleo e seus derivados.

Para cobrir o déficit das importações de petróleo o governo se endividava no mercado internacional ao mesmo tempo em que lançava

⁴¹ Variação do PIB: 1968 = 9,8%; 1969 = 9,5%; 1970 = 10,4%; 1971 = 11,34%; 1972 = 11,94%; 1973 = 13,97%. Fonte: IBGE, 2007.

medidas protecionistas à indústria nacional, estimulando as exportações e inibindo as importações de produtos considerados supérfluos.

Paralelamente, o governo mobilizava recursos para projetos energéticos, como a pesquisa e lavra do petróleo, construção de hidrelétricas, usinas nucleares e o programa do álcool, entre outros.

Diante da falta de poupança interna em níveis necessários para fazer frente aos investimentos, a estratégia do governo brasileiro se direcionou à captação de recursos no mercado financeiro internacional, que naquele momento oferecia créditos abundantes.

Esta estratégia culminou em um crescimento acentuado e acelerado da dívida externa brasileira. A combinação de empréstimos externos para investimentos e déficits comerciais provenientes da importação de petróleo, expunha o Brasil a uma grande vulnerabilidade e dependência do capital estrangeiro.

Antônio Delfim Netto, então Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, discursando na Escola Superior de Guerra em 24/06/1981 explica o processo de acumulação de dívida proveniente da importação de petróleo:

“... quando houve o choque do petróleo, só existiam duas formas de ajustar a economia: ou deslocar a curva [*de importações*] de novo para baixo - isto é, produzir uma rápida substituição da energia importada - ou acomodar um volume menor de produção. [...] O que fizemos, realmente? Confiando na possibilidade nacional de deslocar mais tarde essa curva [*de importações*] para baixo, nós mantivemos durante cerca de sete anos posteriores à crise do petróleo os déficits que iam aparecendo. Esses déficits foram-se acumulando. Esses déficits criaram, realmente, a dívida que nós vivemos. As pessoas normalmente se assustam com a dívida.” (DELFIM NETTO, 1981:7)

Em setembro de 1982, o mercado financeiro internacional foi afetado por diversos fatores, como a instabilidade política no Oriente Médio, a insolvência da Polônia, a moratória do México e a incapacidade do Fundo Monetário Internacional - FMI de criar um fundo de emergência para auxiliar países em dificuldades.

Esta conjunção de fatores provocou uma crise no mercado financeiro internacional forçando diversos países a renegociar suas dívidas externas. Como implicação desta crise, o Brasil experimentou a redução drástica na oferta de capitais. Em um curto espaço de tempo o Brasil viu as saídas de recursos externos serem maiores que as entradas.

Em 22 de novembro de 1982, o Brasil anuncia a decisão de recorrer ao Fundo Monetário Internacional⁴². Neste cenário, o Brasil se viu forçado a renegociar sua dívida externa, implicando no estabelecimento de um programa econômico visando reduzir a dependência do país aos créditos internacionais.

⁴² Cf. CERQUEIRA, 1996:17.

As principais medidas implicavam na redução dos investimentos públicos, na desvalorização da taxa de câmbio e no reajuste real dos derivados de petróleo. Ceres Cerqueira descreve as medidas:

“Essas medidas podem ser resumidas na drástica redução do déficit do setor público de cerca de 6% para 3,5% do PIB, principalmente por meio da queda real de 21% nos investimentos das empresas estatais; pelo reajustamento na estrutura da taxa de juros; pela eliminação gradual dos subsídios agrícolas; pela diminuição das pressões da dívida pública interna sobre as taxas de juros; pela desvalorização real da taxa de câmbio, com a aceleração no ritmo das minidesvalorizações em relação ao dólar americano a uma média mensal de 1% superior à inflação brasileira; e pelo aumento da produção doméstica de petróleo e seus derivados acompanhada da continuidade na política de preços de derivados de petróleo, reajustados acima da inflação doméstica.” (CERQUEIRA,1996;21)

As taxas de juros no mercado internacional dispararam, onerando significativamente as contas externas brasileiras já fragilizadas. A tabela que segue mostra a escalada das taxas de juros exatamente no período em que o Brasil aumenta seu endividamento. As taxas de juros dos Estados Unidos sobem de 6% a.a. em 1976 para 20,18% a.a. em 1980.

Tabela 5 – Evolução das Taxas de Juros no Mercado Internacional

Ano	Prime-rate (EUA)
1970	6,75%
1971	5,25%
1972	5,75%
1973	9,75%
1974	10,25%
1975	7,25%
1976	6,00%
1977	7,75%
1978	11,75%
1979	12,88%
1980	20,18%
1981	15,77%
1982	11,50%
1983	11,00%
1984	11,24%
1985	9,50%
1986	7,50%

Fonte: Banco Central do Brasil, 2007.

Programas de substituição de importações foram implementados, sempre visando evitar a perda de divisas por meio de importações. É desta época o slogan do governo brasileiro “Exportar é o que importa”.

Indiferente de todos os esforços empreendidos, a dívida externa brasileira não parou de crescer, saindo de US\$ 61 bilhões em 1981 para US\$107 bilhões em 1987.

Tabela 6 – Evolução da Dívida Externa Brasileira

(em milhões de dólares estadunidenses)

Ano	Pública	%	Privada	%	Total
1981	41.788	68,0%	19.623	32,0%	61.411
1982	47.402	67,5%	22.795	32,5%	70.197
1983	60.292	74,1%	21.027	25,9%	81.319
1984	71.756	78,8%	19.335	21,2%	91.091
1985	78.681	82,1%	17.176	17,9%	95.857
1986	87.118	85,6%	14.641	14,4%	101.759
1987	93.079	86,6%	14.435	13,4%	107.514
1988	91.041	88,8%	11.514	11,2%	102.555
1989	89.477	90,1%	9.807	9,9%	99.284
1990	86.975	90,1%	9.571	9,9%	96.546
1991	82.051	88,2%	10.945	11,8%	92.996
1992	94.597	85,3%	16.238	14,7%	110.835
1993	93.197	81,6%	21.073	18,4%	114.270
1994	94.920	79,3%	24.748	20,7%	119.668
1995	87.168	67,4%	42.145	32,6%	129.313

Fonte: Banco Central do Brasil, 2007.

A situação tomava proporções alarmantes e em fevereiro de 1987, o governo brasileiro se viu forçado a decretar uma moratória unilateral de sua dívida externa⁴³, suspendendo os pagamentos junto aos credores privados.

Brasílio Sallum Jr. (2003) associa a crise econômica da dívida externa com a abertura política da década de 1980 e a gestação de um ambiente propício a idéias econômicas liberais.

As políticas econômicas ortodoxas adotadas pelo governo militar para fazer frente à crise da dívida externa enfraqueceram o suporte sócio-

⁴³ Cf. Resolução nº 1.263, do Conselho Monetário Nacional de 20/02/1987.

político do governo militar. O empresariado nacional sob o impacto da crise deixa de apoiar a estratégia de ajuste econômico que restringe o desenvolvimento econômico e o governo como um todo por consequência. De acordo com Sallum Jr.:

“Foi no empresariado privado, porém, que ocorreu a fratura mais importante da base de apoio do Estado.[...] Essas reações surgidas no interior da elite empresarial e no sistema de empresas estatais favoreceram a atuação da oposição político-partidária no Congresso e seus esforços para mobilizar as classes médias e populares na luta contra a perpetuação do regime militar. Essa mobilização de massa resultou, entre janeiro e março de 1984, na mais importante demonstração pública ocorrida no Brasil em favor da democratização política – a campanha das ‘Diretas Já.’” (SALLUM Jr., 2003:37)

A mobilização acelerou o processo de aumento da participação popular, culminando com a implantação da Nova República e da Assembléia Constituinte. A redemocratização trazia grandes expectativas, entretanto a instabilidade econômica verificada na segunda metade da década de 1980 desarticulava a atuação do Estado. A inflação e a crise das contas públicas foram combatidas com sucessivos planos econômicos (Cruzado, Cruzado II, Bresser, Verão) cujo insucesso abria espaço para a tentativa de novas concepções. Neste ambiente as idéias do liberalismo econômico começaram a encontrar defensores. Nas palavras do autor citado: “Assim, embora o liberalismo econômico no Brasil só tenha se tornado politicamente hegemônico nos anos de 1990, essa hegemonia começou a ser socialmente construída ainda na segunda metade da década de 1980.” (SALLUM Jr., 2003:41)

A dívida dos países em desenvolvimento era considerada de recuperação impossível por parte dos bancos internacionais credores, os quais foram compelidos a lançar como prejuízo seus créditos.

Visando acomodar os interesses dos bancos credores dos países endividados, em 10 de março de 1989 é lançado o Plano Brady, cujo nome faz referência ao então secretário do Tesouro estadunidense Nicholas Brady.

O plano apresentava uma proposta diferenciada de reestruturação da dívida dos países em desenvolvimento, envolvendo a concessão de desconto aos países endividados e a substituição dos empréstimos por títulos que seriam negociáveis em um processo conhecido como securitização. De posse dos títulos negociáveis os credores poderiam receber ao menos parte do seu crédito pela venda dos títulos no mercado internacional.

Jeffrey Sachs resume as linhas gerais do Plano Brady e mostra a mudança de postura do governo estadunidense aceitando a renegociação da dívida e concedendo desconto aos devedores:

“The new initiative, announced by Treasury Secretary Nicholas F. Brady in March 1989, calls on U.S. commercial banks to accept an orderly process of debt reduction, and calls on the international financial institutions - the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank - to support this process through changes in their lending policies. The plan implicitly recognizes that many debtor countries will be unable to repay their commercial bank debts in full, even if repayment is stretched out over time. The focus on cutting the debt burden contrasts sharply with earlier Treasury policies, under both Donald Regan and James Baker, which had held that eventually all of the commercial bank debt should be repaid on market terms.” (SACHS, 1989:87)

A negociação do desconto concedido aos devedores seria realizada caso a caso com cada um dos países em desenvolvimento, levando em consideração o potencial de pagamento de cada um.

Desta forma, no início da década de 1990 o Brasil estava apto a acessar novamente os mercados internacionais de capitais. A redução da taxa de juros estadunidense verificada neste período fazia com que os investidores internacionais voltassem a buscar nos países em desenvolvimento uma alternativa de investimento.

O CONSENSO DE WASHINGTON

No início da década de 1990, verificou-se o fortalecimento de uma linha teórica neoliberal denominada Consenso de Washington. O Consenso de Washington é um termo atribuído ao economista John Williamson, do International Institute for Economy - IIE, sediado na capital estadunidense, que no artigo "*What Washington Means by Policy Reform*" elabora uma série de recomendações a países em desenvolvimento dispostos a reformar suas economias. Entre as medidas propostas incluem:

- Reforma tributária, com a imposição de rigorosa disciplina fiscal e eliminação de subsídios⁴⁴.
- Liberalização do comércio com a eliminação de barreiras alfandegárias⁴⁵.

⁴⁴ "Subsidies, especially indiscriminate subsidies (including subsidies to cover the losses of state enterprises) are regarded as prime candidates for reduction or preferably elimination." (WILLIAMSON, 1990:10)

⁴⁵ "The second element of an outward-oriented economic policy is import liberalization. Access to imports of intermediate inputs at competitive prices is regarded as important to export promotion, while a policy of protecting domestic industries against foreign competition is viewed as creating costly distortions that end up penalizing exports and impoverishing the domestic economy." (WILLIAMSON, 1990:13)

- Privatização das empresas públicas restringindo o papel do Estado.
- Diminuição ou eliminação de barreiras contra o fluxo de recursos e os investimentos estrangeiros.

As medidas propostas se espelhavam no eixo central da atuação do governo de Margareth Thatcher na Inglaterra na década de 1980. Um programa de privatização de empresas estatais, associado à liberalização da legislação trabalhista, a abertura comercial e a redução de carga fiscal teve resultados positivos no controle inflacionário, apesar do alto custo social decorrente do desemprego verificado.

A conjuntura econômica e social da América Latina era desanimadora. Dívida externa elevada, estagnação econômica, inflação crescente, recessão e desemprego. A prolongada crise econômica da década de 1980 abriu espaço para a defesa da tese de que a grande participação do Estado na economia e o fechamento ao comércio exterior eram a fonte do problema.

A solução proposta à crise dos países periféricos pressupunha que os desequilíbrios tiveram sua gênese no modelo de industrialização baseado na substituição de importações.

A convergência de idéias verificada no consenso de Washington marca uma mudança de discurso na justificativa da crise econômica verificada na América Latina.

Entre as principais conseqüências do modelo de industrialização baseado em substituição de importações, destacam-se:

- O descasamento entre a estrutura produtiva local e a dotação natural de fatores como mão de obra e recursos naturais abundantes por meio do investimento direcionado a setores intensivos em tecnologia e capital.
- Diversificação exagerada na matriz industrial, impedindo a obtenção de escalas, devido às limitações de tamanho do mercado local.
- Estabelecimento de um ambiente no qual o produtor local não recebe incentivo para incrementar sua produtividade.

O Consenso de Washington conciliava as agendas econômicas das principais instituições financeiras internacionais, do Federal Reserve, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, confluindo para propostas de reformas semelhantes, a serem postas em prática nos países em desenvolvimento.

A estabilização e o crescimento seriam resultados de um ciclo virtuoso, advindo da estabilização monetária e das reformas propostas. A operacionalização deveria ser executada em duas etapas. Na primeira se processaria a estabilidade monetária por meio do controle da demanda agregada, obtida através da limitação dos gastos públicos e restrição do multiplicador da moeda, o crédito.

Diante dos significativos superávits fiscais primários obtidos na primeira etapa se daria início à segunda fase que envolveria a abertura comercial, a reforma do Estado e a liberalização financeira, removendo as restrições ao mercado que são encontradas como resquício do modelo de industrialização por substituição de importações.

O Consenso de Washington não se limitava a propor reformas estruturais nas economias periféricas, mas buscava a criação de um novo modelo de desenvolvimento.

Os economistas neoclássicos criticam o modelo de industrialização dos países periféricos, pela alocação ineficiente dos fatores de produção, resultado da intervenção exagerada do Estado na economia. A utilização de subsídios à produção doméstica e as barreiras às importações, tarifárias e não-tarifárias, implicariam em distorções.

Os defensores do livre comércio justificam sua opção por meio de diversos argumentos, entre os quais se destacam:

- Diversidade da produção: Nenhum país tem condição de isoladamente produzir de forma competitiva todos os produtos disponíveis no mercado internacional. A abertura comercial permitiria o acesso a um leque mais completo tanto de insumos, bens de capital e bens de consumo.

- Eficiência técnica: A concorrência internacional obriga os produtores domésticos a incrementar a produtividade, aumentando a eficiência da economia.
- Ganhos de escala: O acesso ao mercado internacional permite a produção em escalas significativamente maiores, o que implica em custos unitários menores e melhores resultados.

A abertura comercial assumiria posição fundamental na política industrial desenvolvida para o Brasil na década de 1990. Ela impulsionaria o aumento de produtividade, recolocaria o país no mapa dos investimentos internacionais e estabeleceria o Brasil como *global player* no comércio internacional.

Uma crítica ao modelo liberal proposto se baseava no desequilíbrio provocado nas contas nacionais decorrente da abertura comercial. Os déficits da balança comercial, de acordo com os defensores do consenso de Washington seriam percebidos no curto prazo, mas tenderiam a desaparecer com o tempo, com a maturação dos investimentos. O caráter transitório deste déficit estaria vinculado ao aumento de importações necessárias à reestruturação da indústria nacional por meio de investimentos.

A liberalização do comércio repousa nos princípios da teoria econômica clássica. Em 1776, quando Adam Smith editou sua obra “An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations”, estabeleceu o que passou a ser denominado “Teoria das Vantagens Absolutas” onde pressupunha que a especialização internacional da produção contribuía para o

aumento do bem estar das populações. Cada país deve concentrar seus esforços no que pode produzir com custos mais baixos e trocar o excedente desta produção por produtos de menor custo em outros países. Nas palavras de Adam Smith:

“If a foreign country can supply us with a commodity cheaper than we ourselves can make it, better buy it of them with some part of the produce of our own industry employed in a way in which we have some advantage. The general industry of country, being always in proportion to the capital which employs it, will not thereby be diminished, no more than that of the above-mentioned artificers; but only left to find out the way in which it can be employed with the greatest advantage. It is certainly not employed to the greatest advantage when it is thus directed towards an object which it can buy cheaper than it can make.” (SMITH, 1978:194)

Trata-se de uma idéia de simples compreensão quando aplicada a escalas menores. Se em uma sociedade rudimentar um indivíduo se especializa em caça e outro em pesca é mais eficiente a troca de seus eventuais excedentes, do que ambos virem a aprender o ofício que não é sua especialidade. No mínimo haveria uma grande perda de eficiência de ambas as partes.

Smith, na mesma obra, demonstra compreender que a liberalização do comércio tem sua limitação nos interesses envolvidos, tratando-se de um exercício de política selecionar beneficiados e prejudicados, como fica patente no trecho que segue:

“To expect, indeed, that the freedom of trade should ever be entirely restored in Great Britain is as absurd as to expect that an Oceana or Utopia should ever be established in it. Not only the prejudices of the public, but what is much more unconquerable, the private interests of many individuals, irresistibly oppose it.” (SMITH, 1978:201)

O autor ainda sugere que as decisões de alteração de políticas protecionistas devem ocorrer de forma gradual e lenta, devendo ser postas em prática depois de um longo período de aviso. Deve-se conceder o prazo necessário à esfera produtiva para redirecionar seus meios de produção:

“The undertaker of a great manufacture, who, by the home markets being suddenly laid open to the competition of foreigners, should be obliged to abandon his trade, would no doubt suffer very considerably. That part of his capital which had usually been employed in purchasing materials and in paying his workmen might, without much difficulty, perhaps, find another employment. But that part of it which was fixed in workhouses, and in the instruments of trade, could scarce be disposed of without considerable loss. The equitable regard, therefore, to his interest requires that changes of this kind should never be introduced suddenly, but slowly, gradually, and after a very long warning.” (SMITH, 1978:201)

Em 1817 David Ricardo formulou a “Teoria das Vantagens Relativas” em complementação à teoria de Smith, acrescentando que o comércio exterior poderá ser eficiente até mesmo nos casos em que uma nação possa produzir internamente a preços mais baixos, desde que em termos relativos as produtividades sejam diferentes. Desta forma, por meio da especialização internacional da produção, o comércio exterior aumentaria a eficiência com que os recursos poderiam ser empregados em cada país.

As razões que levariam um país a ser mais produtivo que outro, vão desde as desigualdades de qualidade do solo, reservas produtivas, clima ou desigualdades estruturais de capital e trabalho. Os países exportariam bens produzidos com maior produtividade e importariam os produzidos com menor. Este aumento de produção e renda nos países envolvidos seria responsável pela melhora na qualidade de vida em ambos. Nas palavras de Ricardo:

“Under a system of perfectly free commerce, [grifo nosso] each country naturally devotes its capital and labor to such employments as are most beneficial to each. This pursuit of individual advantage is admirably connected with the universal good of the whole. By stimulating industry, by rewarding ingenuity, and by using most efficaciously the peculiar powers bestowed by nature, it distributes labor most effectively and most economically: while, by increasing the general mass of productions, it diffuses general benefit, and binds together, by one common tie of interest and intercourse, the universal society of nations throughout the civilized world. It is this principle which determines that wine shall be made in France and Portugal, that corn shall be grown in America and Poland, and that hardware and other goods shall be manufactured in England.” (RICARDO, 1933:81)

As teorias anteriormente citadas, não se contradizem e são baseadas em pressupostos comuns entre os quais se pode citar: competição perfeita entre os agentes econômicos, pleno emprego dos fatores de produção, imobilidade de trabalho e capital além das fronteiras nacionais. Os ganhos do comércio de um país são convertidos em gastos no mesmo local. Os preços de mercado refletem os custos reais dos bens produzidos.

As teorias de Smith e Ricardo, anteriormente descritas, encontram diversos obstáculos para sua aplicação prática. As limitações incluem os custos de transporte, desembaraço aduaneiro além das proteções tarifárias e os subsídios que os países aplicam, visando proteger suas indústrias locais contra o ataque de concorrentes mais eficientes e países que ofereçam restrições tarifárias contra seus produtos exportáveis.

Críticos à visão liberal fazem o contraponto, defendendo que o verdadeiro beneficiário do livre fluxo de mercadorias é o capital. Criticam a aplicabilidade das teorias de Smith e Ricardo principalmente pelos seus pressupostos.

Nos modelos desenvolvidos pelos teóricos liberais existiria competição perfeita entre os agentes econômicos e mobilidade de capital e trabalho dentro das fronteiras nacionais e imobilidade destes fatores entre nações.

A competição perfeita entre os agentes econômicos não poderia estar mais longe da realidade. Os cartéis, monopólios e subsídios governamentais têm participação relevante na formação de preços e definição de políticas industriais dos países capitalistas.

Quanto à imobilidade de capital e trabalho entre nações, mais uma vez são enunciadas premissas que não se verificam no mundo contemporâneo. O capital atravessa o planeta em fração de segundos. Especuladores buscam oportunidades de investimentos globalmente.

Ao mesmo tempo a questão da mobilidade do trabalho entre fronteiras nacionais é um drama contemporâneo e conflituoso. As nações desenvolvidas impõe restrições severas à migração de mão obra de países do terceiro mundo. Facilmente percebe-se que os pressupostos citados não se reproduzem no mundo real.

A ABERTURA AO COMÉRCIO EXTERIOR

Historicamente o Brasil possui uma baixa participação do comércio exterior em relação ao porte da economia. As razões que justificam este perfil incluem a proteção à indústria nacional, as dimensões continentais

do país, entre outras. O grau de abertura da economia é ilustrado pela relação entre o comércio exterior e o Produto Interno Bruto, conforme demonstrado na tabela que segue:

Tabela 7 – Participação do Comércio Exterior no PIB
(grau de abertura⁴⁶)

Ano	% do PIB
1990	11,10%
1991	12,98%
1992	14,55%
1993	14,85%
1994	14,11%
1995	13,65%
1996	12,03%
1997	12,94%
1998	12,90%
1999	16,58%
2000	17,19%

Fonte: MDIC, 2007.

Mesmo com a evolução verificada na década de 1990 a participação do comércio exterior na economia ainda é baixa comparada com a de outras nações.

Tomando como exemplo, com base no ano de 2000, o grau de abertura de algumas nações desenvolvidas verifica-se com 85,3% o Canadá, 65,9% a Alemanha, 58,2% o Reino Unido e 25,7% os Estados Unidos. Entre os

⁴⁶ O 'grau de abertura da economia', ou *Trade-to-GDP ratio*, é representado pela divisão do somatório de exportações e importações pelo Produto Interno Bruto.

emergentes apresenta-se com 76,6% a Indonésia, 67,6% a Rússia, 64% o México, 60,1% o Chile, 49,1% a China, 28,4 a Índia e 22,6% a Argentina⁴⁷.

Rubens Ricupero apresenta visão sobre o grau de abertura e intensidade comercial do Brasil que vai de encontro com a afirmação anterior:

“Se nos voltarmos para os países-monstro em desenvolvimento, o contraste é quase chocante entre os ‘introvertidos’ Brasil e Índia e os ‘extrovertidos’ China e Indonésia. O Brasil comparece com os números mais baixos, o que diga-se de passagem, sugere desde já a existência de apreciável potencial não utilizado para a expansão do comércio exterior, em termos relativos, sem necessidade de atingir, de imediato, as alturas absolutas dos outros” (RICÚPERO, 2001:80)

O início da década de 1990 foi marcado por mudanças radicais nas relações econômicas entre o Brasil e o resto do mundo. Foram eliminadas barreiras tarifárias e não-tarifárias que implicaram em significativa exposição do mercado doméstico ao concorrente internacional.

As alíquotas de impostos de importação foram fortemente reduzidas e em alguns casos inclusive eliminadas. A eliminação de barreiras não-tarifárias teve importância significativa, cabendo como exemplo a eliminação da lista de produtos cuja importação era proibida.

Esta abertura teve efeitos não negligenciáveis sobre o mercado de trabalho. Desde a Crise do Petróleo na década de 1970, passando pela moratória da dívida externa na década de 1980, a economia brasileira verificava um caráter altamente protecionista no comércio exterior, incentivando a substituição de produtos importados por itens produzidos localmente.

⁴⁷ Fonte: FMI, 2007.

A liberalização comercial no Brasil se iniciou em 1988, e se estendeu até meados de década de 1990. Nos anos de 1988-1989, foram postas em prática diversas alterações na estrutura tarifária, reduzindo tarifas, abolindo regimes diferenciados de exportação e unificando tributos.

A partir de 1990, com o Governo Collor de Mello, a liberalização comercial é formalizada na Política Industrial e de Comércio Exterior, a PICE⁴⁸. Esta se baseava na hipótese de que a liberalização indiscriminada das importações aumentaria a competitividade da indústria nacional. Em suas Diretrizes Gerais da PICE previa:

“A atual tarifa aduaneira - cuja média atinge 35% (trinta e cinco por cento), com níveis que variam entre 0% (zero por cento) a 105% (cento e cinco por cento) - é reconhecidamente elevada. Assim, urge implementar uma política de importações que defina a estratégia a ser seguida nos próximos 4 (quatro) anos. Pretende-se, para tanto, atingir, em 1994, níveis tarifários entre 0% (zero por cento) e 40% (quarenta por cento), com a tarifa média e modal em 20% (vinte por cento).” (Item 6.3 do Anexo da Portaria MEFP 365, de 26/06/1990.)

Fábio Erber (1997) ressalta que o PICE fora concebido subordinado ao pressuposto de que a estabilização econômica seria alcançada com as medidas do Plano Collor. A não confirmação deste pressuposto levou à radicalização liberal do processo de abertura.

⁴⁸ A PICE foi instituída pela Portaria MEFP nº 365, de 26/06/1990.

“O fracasso da política de estabilização ortodoxa da primeira fase do governo Collor levou ao abandono da PICE. Embora a maioria dos instrumentos que constituíam a política tenham sido mantidos, o propósito de ter uma política industrial que acelerasse e dirigisse a transformação do aparato produtivo foi abandonado. A transformação foi deixada à direção das forças de mercado. O fim da PICE assinala o ocaso da agenda desenvolvimentista no âmbito governamental e a completa hegemonia da agenda liberal, com a sua ênfase na estabilização de preços e nas reformas institucionais que facilitem a ação dos mercados” (ERBER, 1997:39)

As importações funcionariam como uma ameaça aos produtores nacionais que não se atualizassem tecnologicamente. Se a produtividade não atingisse níveis internacionais, a invasão de produtos importados com preços mais competitivos levaria a indústria nacional à falência.

A tabela que segue mostra a involução das tarifas de importação durante a primeira metade da década de 1990.

Tabela 8 – Tarifas de Importação

Ano	Média	Mediana	Intervalo
1990	32,2%	30%	0-105%
1991	25,3%	25%	0-85%
1992	16,5%	20%	0-55%
1993	13,2%	12,8%	0-34%
1994	11,2%	9,8%	0-24,7%

Fonte: KUME, 1996:3. Elaboração Própria.

Nos primeiros anos da década de 1990, o impacto da redução de tarifas visando a abertura comercial, foi sentido de forma amortecida, devido à Crise do Congelamento da Poupança Interna verificada no início do Governo Collor de Mello. A esterilização, por meio de confisco, de uma grande parcela

dos recursos disponíveis na economia levou o país a uma recessão⁴⁹, criando um ambiente pouco propício para o consumo e importações⁵⁰.

A combinação de taxas de juros reais extremamente elevadas com taxa de câmbio valorizada, que foram a âncora do processo de estabilização de preços que culminou no Plano Real, teve impacto seletivo sobre os diversos setores industriais.

A valorização cambial induzia a substituição de produtos locais por importados. As altas taxas de juros domésticas faziam com que os produtos importados oferecidos com prazos para pagamento se tornassem muito atrativos. O diferencial entre os juros locais e os juros internacionais era significativo.

Os financiamentos às importações são um importante benefício a ser considerado pelo importador, devido à possibilidade de realizar ganhos financeiros com a arbitragem de taxas de juros. O fato de importar uma mercadoria dá acesso a uma linha de financiamento, concedida por instituição financeira internacional ou pelo vendedor do produto, que oferece taxas de juros significativamente mais baixas que as disponíveis no mercado doméstico. Este diferencial de juros é um estímulo adicional ao fato de as linhas de financiamento de importações oferecerem prazos mais dilatados que os oferecidos nos financiamentos locais.

⁴⁹ Variação do PIB 1990 = -4,35%; 1991 = 1,03%; 1992 = -0,54%. Fonte: IBGE, 2007.

⁵⁰ Cf. BRESSER-PEREIRA, 1990.

Em 1990, iniciou-se o processo de liberalização da conta de capitais, que permitia que as instituições financeiras brasileiras constituíssem posições em moedas estrangeiras. Permitiu-se ainda que investidores estrangeiros fizessem investimentos nos mercados brasileiros de renda fixa e variável.

A liberalização da conta de capitais associada ao diferencial entre os juros domésticos e internacionais viabilizou a significativa entrada de capitais especulativos, buscando apenas a arbitragem de juros e sem compromisso com prazos de permanência.

Como era previsível, na década de 1990 verificou-se uma mudança de padrão nas contas de comércio exterior. De uma situação de fortes superávits comerciais do início da década, passou-se a conviver com déficits de montantes significativos, conforme se pode verificar na tabela que segue.

Tabela 9 – Balança Comercial Brasileira

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1990	31.414	20.662	10.752
1991	31.620	21.040	10.580
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.555	25.256	13.299
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.972	(3.466)
1996	47.747	53.346	(5.599)
1997	52.994	59.747	(6.753)
1998	51.140	57.714	(6.574)
1999	48.011	49.210	(1.199)
2000	55.086	55.782	(696)

Fonte: MDIC, 2007.

Estes déficits eram financiados com investimentos e empréstimos externos iniciando um novo ciclo de endividamento.

Dentro da política de abertura, no tocante ao setor têxtil, a relação com alguns parceiros comerciais merece destaque. A integração regional com Argentina, Paraguai e Uruguai apresentou grande relevância pela proximidade geográfica e pelo fato de Argentina e Paraguai serem países produtores de algodão, com capacidade de produzir em escala suficiente para exportar. Outro mercado relevante foi a China, que abriu sua economia para o comércio exterior de forma extremamente competitiva e seletiva.

RELAÇÃO COM O MERCOSUL

Desde o fim da Segunda Grande Guerra, tem se procurado opções de integração internacional por meio da formação de blocos de livre

comércio, visando o incremento das transações comerciais como forma de alcançar o desenvolvimento econômico sustentável. A América Latina não foi uma exceção nesta tendência. Em 1960 a Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC⁵¹ foi criada com metas ambiciosas para a época, prevendo o estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio abrangendo toda a América Latina, em um prazo estipulado de doze anos.

A conjunção da Crise do Petróleo, anteriormente descrita, com os objetivos ambiciosos da ALALC enfraqueceu a associação e provocou divisões internas, resultado dos interesses conflitantes. Rubens Barbosa contextualiza o impasse:

“A primeira crise do petróleo e o agravamento do processo de endividamento externo fizeram com que interesses extra-regionais prevalecessem sobre algumas tentativas, tímidas é bem verdade, de retornada das negociações em prol da integração, e determinaram a atitude dos países membros do TM-60⁵², a partir de meados dos anos 70. As políticas de ajuste econômico interno, visando a geração de megasuperávits pela contração das importações e aumento das exportações, agravaram as tendências protecionistas em praticamente todos os países da região e acentuaram o viés anti-integracionista. No final da década dos 70, havia clara percepção de que o processo de integração, tal como previsto no TM-60, estava superado.” (BARBOSA, 1996:144)

Em 1980, a ALALC é substituída pela ALADI⁵³ - Associação Latino-Americana de Integração, esta mais adequada à conjuntura, uma vez que tem por objetivo o estabelecimento de uma área de preferências comerciais, por meio de acordos de alcance parcial que amadureceriam e convergiriam para níveis superiores de integração. Esta flexibilidade permitiu

⁵¹ Cf. Decreto nº 50.656, de 24/05/1961.

⁵² Tratado de Montevideu assinado em 18/02/1960, ato constitutivo da ALALC.

⁵³ Cf. Decreto nº 87.054, de 23/03/1982.

que alguns Estados Membros negociassem sem que todos o fizessem, representando o nível de flexibilidade apropriado para a ocasião.

A Crise de Dívida Externa e hiperinflação verificadas por diversas economias da América Latina no início da década de 1980, foram fatores de restrição da eficácia da ALADI. Como explica Rubens Barbosa:

“A exemplo do que ocorreu em 1960, como pano de fundo, persistiram fortes tendências protecionistas, ainda decorrentes do modelo de substituição de importações, mas já agravadas, naquele momento, pela crise do petróleo de 1979 e pelo problema da dívida externa com a moratória mexicana de 1982; essas situações exigiram dramáticos esforços dos países da região para aumentar exportações e reduzir as importações com vistas a gerar saldos positivos nas balanças comerciais.” (BARBOSA, 1996:146)

A flexibilidade propiciada pela ALADI, sem a rigidez de uma integração plena e envolvendo todos os membros do acordo, incentivava a abertura de negociações. Assim criou-se um ambiente propício à constituição do Mercosul, como afirma Mario Rapoport:

“Pero esta nueva asociación [ALADI] se transformó pronto en una suma de acuerdos bilaterales extensibles a terceros países con problemas de desigualdades en el desarrollo económico de cada país parte y su debilidad permitió que años más tarde se firmara el Acuerdo de Asunción punto de partida del Mercosur, de características muy diferentes.” (RAPOPORT, 2002:33)

O Mercosul surge como resposta sul-americana aos requerimentos da dinâmica contemporânea da economia mundial e resulta do estreitamento da cooperação entre Brasil e Argentina enunciada na Declaração do Iguazu, assinada pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín em 30 de novembro de 1985. Gradativamente, foi firmada uma série de protocolos que tinham por objetivo a abertura seletiva dos mercados, buscando a adaptação

progressiva e respeitando os princípios de flexibilidade, gradualidade e reciprocidade.

Este esforço de integração ganhou novo fôlego com a troca de governo, quando assumem o poder Carlos Menem na Argentina (1989) e Fernando Collor de Mello no Brasil (1990). Ambos defendiam as políticas econômicas neoliberais enunciadas no Consenso de Washington e suportadas pelo Fundo Monetário Internacional, como o livre fluxo de mercadorias e capitais, a eliminação dos subsídios, a privatização das empresas públicas, a redução dos gastos públicos e a redução do papel do Estado na economia.

Esta conjuntura permitiu que em curto espaço de tempo fosse assinado o Tratado de Assumpção⁵⁴, o que ocorreu em 26 de março de 1991. Este tratado, além de Brasil e Argentina, incluía o Paraguai e o Uruguai e constituía oficialmente o Mercado Comum do Sul – Mercosul⁵⁵.

O tratado previa um período de transição, que se estenderia até dezembro de 1994, quando vigoraria a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países membros, ao mesmo tempo em que existiria uma tarifa externa e política comercial comum. Para o período de transição optou-se por um programa de liberalização comercial com um sistema de salvaguardas e solução de controvérsias, subordinado aos órgãos deliberativos do tratado.

⁵⁴ Cf. Decreto nº 350, de 21/11/1991.

⁵⁵ Ou Mercosur – Mercado Común del Sur, em sua versão de língua espanhola.

O Tratado de Assunção previa a formação de uma Zona de Livre Comércio, uma união aduaneira e a constituição de um mercado comum entre os países membros. Seus principais objetivos eram o incentivo ao comércio intra-regional, a modernização das economias locais e a viabilização da competitividade do bloco no mercado internacional.

O Tratado de Assunção prevê que o Mercosul seria constituído por uma série de iniciativas, cabendo ressaltar:

- Um programa de liberalização do comércio exterior com a eliminação de restrições comerciais de qualquer natureza, ou seja, tarifa aduaneira zerada para o comércio intrabloco.
- Coordenação das políticas econômicas, monetárias e industriais dos países membros.
- Estabelecimento comum de tarifas e políticas externas, propiciando os benefícios de uma negociação em bloco.
- Criação de um regime geral de origem e de um sistema de solução de controvérsias
- Harmonização das legislações nacionais adequando-as ao bloco.

O tratado originalmente previa a adoção plena destas medidas em 1º de janeiro de 1995, porém devido à complexidade econômica, política, social e cultural verificada, a integração plena foi adiada, sendo posta em prática de forma gradual. Diante da dificuldade de liberalização comercial com zeragem das tarifas para o comércio intra-regional, foi estabelecido um regime de

adequação⁵⁶, que visava proteger os produtos que cada país considerasse vulneráveis à competição externa.

A União Aduaneira, que visava harmonizar as políticas comerciais do Mercosul em relação a terceiros por meio de uma tarifa externa comum, foi adotada sujeita a uma lista de exceções. Esta possibilitava aos países membros se ajustarem às condições competitivas do mercado internacional, cobrando tarifas diferenciadas sobre determinados produtos importados de fora do bloco.

Visando evitar a importação indireta de itens produzidos fora do grupo, foram estabelecidas regras de origem, e os bens comercializados dentro do bloco somente se beneficiariam das tarifas diferenciadas se ao menos 60% dos insumos fossem provenientes da região⁵⁷. Isto se aplicaria inclusive a bens de capital e produtos listados como exceções.

Por conceito, em um mercado comum, bens, serviços, capital e mão de obra circulariam livremente entre os Estados Membros. Entretanto, diferentemente do intercâmbio de mercadorias e do fluxo de capitais, que se desenvolveu, o fluxo de mão de obra permaneceu altamente burocratizado e por consequência limitado⁵⁸. A inexistência de uma harmonização legislativa nos aspectos trabalhistas e previdenciários faz com que os processos de imigração sejam extremamente complexos.

⁵⁶ Cf. Decisão nº 5 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, de 05/08/1994, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 1.724, de 04/12/1995.

⁵⁷ Cf. Decreto nº 1.568, de 21/07/1995.

⁵⁸ Cf. FLORÊNCIO; ARAUJO, 1998:33.

As discrepâncias nas políticas econômicas verificadas entre os países membros impedem a ampliação da integração. Políticas cambiais, déficits públicos e fiscais e inflação deveriam ser coordenados para se atingir o objetivo do Mercosul. Esta padronização das políticas econômicas prepararia os países para a adoção de uma moeda comum, e os induziria a manter suas economias saudáveis.

Como resultado objetivo do Mercosul verificou-se um significativo incremento do comércio brasileiro com os demais países membros, conforme se pode verificar na tabela que segue:

Tabela 10 – Balança Comercial do Brasil com o Mercosul

(em milhões de dólares estadunidenses)

Ano	Exportações	Importações
1990	1.320	2.312
1991	2.309	2.243
1992	4.097	2.229
1993	5.387	3.378
1994	5.921	4.583
1995	6.154	6.844
1996	7.305	8.302
1997	9.047	9.426
1998	8.878	9.416
1999	6.778	6.719

Fonte: MDIC, 2007.

O período de transição não foi, no entanto, livre de conflitos entre os países membros. Após a efetivação do Mercosul, continuavam existindo diversas barreiras não-tarifárias. Essas barreiras constituíam o maior desafio à liberalização comercial, uma vez que não são transparentes e podem ser

utilizadas para obstruir o comércio, mesmo sem que isto seja ostensivamente claro.

Restrições legítimas, como por exemplo, a proteção às condições sanitárias nocivas à saúde, podem ser facilmente manipuladas por regulamentações discricionárias que tornem praticamente impossível a obtenção de todos os certificados e licenças para a efetivação da importação⁵⁹. A dificuldade na obtenção de consenso na harmonização de políticas não-tarifárias cria uma agenda mais técnica, complexa e traz no seu bojo maior potencial de conflito.

Cabe focar as expectativas e motivações de cada um dos Estados Membros para fazer parte do Mercado Comum. Segundo Roberto Bouzas, as motivações dos atores do Mercosul não são idênticas. O Brasil teria se associado ao Mercosul na expectativa de ampliar seu peso no cenário internacional em contraponto aos demais Estados Membros que visavam objetivamente o aumento do comércio. De acordo com Bouzas:

“Tradicionalmente se ha sostenido que la participación brasileña en el Mercosur fue motivada más por consideraciones estratégicas de negociación internacional que por razones puramente comerciales de alcance regional. En parte esto explicaría la inclinación brasileña hacia una integración del tipo “unión aduanera”, en oposición a un área de libre comercio. En cambio, para el resto de los miembros (especialmente para Argentina y Uruguay) las consideraciones comerciales siempre tuvieron una importancia mayor, en parte debido a las diferencias de tamaño relativo.” (BOUZAS, 2003:234)

Para Amado Luiz Cervo (2003:27) a estratégia da política externa regional brasileira prevalecente na década de 1990 buscava reforçar o

⁵⁹ Cf. FLORÊNCIO; ARAUJO, 1998:68.

Mercosul, se possível com políticas alinhadas a Argentina, visando assumir a liderança e a organização do espaço sul-americano, de forma autônoma aos Estados Unidos.

Esta explicação parece mais clara à luz dos números comparativos das escalas física, humana e econômica dos atores envolvidos. A tabela abaixo mostra o Produto Interno Bruto, a Área e a População do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai com base em 2005.

Tabela 11 – Dados Selecionados dos Países Membros do Mercosul

	PIB (Bilhões de USD)	População	Área (Km ²)
Brasil	794,1	186.404.912	8.514.880
Argentina	183,3	38.747.148	2.780.400
Uruguai	16,8	3.463.197	176.220
Paraguai	8,2	6.158.259	406.750

Fonte: World Bank, 2007.

Em 2005, o Brasil representava 79,2% do PIB do bloco, a Argentina 18,3% restando 1,7% para o Uruguai e 0,8% para o Paraguai. A representatividade do Brasil em todas as medidas sugere um papel de liderança natural. Roberto Bouzas percebe a dificuldade da Argentina em aceitar esta condição:

“El ‘problema argentino’ puede resumirse en la dificultad de la Argentina para aceptar un papel clave en la provisión de liderazgo por parte de Brasil. Dadas las asimetrías de tamaño, es difícil imaginar un escenario sustentable en el que Brasil no desempeñe un papel clave en la formulación de políticas y en el diseño de la forma que asumirá el MERCOSUR...” (BOUZAS, 2001:194-195)

Razões econômicas, políticas e mesmo culturais podem ser usadas para explicar as limitações de alcance do Mercado Comum.

O início da década de 1990 foi marcado pela tentativa de estabilização econômica tanto do Brasil quanto da Argentina. Menem e Collor assumiram o poder, renegociaram a dívida externa vencida, e seguiram o receituário liberal na busca da reorganização das finanças nacionais, em um processo que, respeitadas as particularidades de cada um dos países, apresentou diversos pontos em comum.

A Argentina atingiu seu objetivo de estabilização econômica antes do Brasil, quando em abril de 1991 estabeleceu a conversibilidade da moeda local com câmbio fixo em relação ao dólar estadunidense⁶⁰. Era um regime onde o governo limitava a possibilidade de por em prática políticas fiscais deficitárias. Diante de sua incapacidade de se endividar, o Governo Federal Argentino se viu compelido a limitar seus gastos às suas receitas, promovendo então um forte programa de privatizações e captação de empréstimos internacionais. Como resultado a inflação voltou a níveis aceitáveis e a economia voltou a crescer em ritmo acelerado. O receituário do Consenso de Washington foi seguido cegamente.

Neste momento, o Brasil ainda estava no início de seu processo de estabilização econômica. A inflação continuava alta e as contas públicas apresentavam desequilíbrio fiscal. A estabilidade só foi atingida a partir de 1994

⁶⁰ Cf. RAPOPORT, 2000:16-19.

com o Plano Real, que da mesma forma assimilou os princípios liberais. A diferença central entre a estabilização dos dois países foi a forma do estabelecimento do câmbio, que no Brasil era sujeito a uma flutuação administrada pelo Banco Central.

Quando chegou o momento de fazer valer os compromissos de abertura total dos mercados, verificou-se o retrocesso por meio de um regime de adequação e das listas de exceção à tarifa externa comum, o que reduziu o nível de integração e permitiu um relativo conforto aos Estados Membros.

Cabe ressaltar que em dezembro de 1994, Brasil e Argentina conviviam com estabilidade monetária e crescimento econômico, e a manutenção desta conjuntura era prioridade para ambos os países. O bom momento econômico fez a dimensão das diferenças menor e permitiu que, após a negociação de exceções, o Mercado Comum fosse posto em prática.

“Tal como lo demostró la experiencia del periodo 1995–1998, un contexto macroeconómico favorable y el rápido crecimiento de los vínculos económicos intrarregionales pueden ser perfectamente compatibles con un periodo de gran ineficacia normativa y pérdida de credibilidad. Incluso puede afirmarse que ese contexto favorable sirvió para ocultar los obstáculos más fundamentales que experimentaba el proceso de integración regional.”(BOUZAS, 2003:233)

Paralelamente, o governo estadunidense propõe em uma reunião denominada Cúpula das Américas, realizada em dezembro de 1994, o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. Na mesma oportunidade é assinada, por trinta e quatro chefes de estado americanos, uma declaração de propósito que incluía a resolução de dar início ao processo de integração:

“Resolvemos, portanto, começar imediatamente a construir a ‘Área de Livre Comércio das Américas’ (ALCA), na qual as barreiras ao comércio e ao investimento serão progressivamente eliminadas. Resolvemos ainda concluir as negociações da ‘Área de Livre Comércio das Américas’ o mais tardar até 2005 e concordamos em que até o fim deste século será feito progresso concreto para a realização deste objetivo.” (ALCA, 1994)

A complexidade envolvida na estruturação do bloco não era desprezível. Do ponto de vista brasileiro, significava assumir uma posição inversa em termos de equilíbrio de forças dentro do bloco. A ambição de coordenação regional teria de ser abandonada diante da óbvia liderança dos Estados Unidos. Rapoport enfatiza a incompatibilidade de ALCA e Mercosul coexistirem:

“La primera cuestión es que la enorme disparidad de las dimensiones económicas, tecnológicas, comerciales y financieras de Estados Unidos, por un lado, y los países latinoamericanos, por el otro, y, la aún mayor disparidad en las dimensiones políticas, estratégicas y militares, complica considerablemente el poder de negociación de los países menores. Si algunas diferencias de dimensión entre el Brasil y la Argentina o entre éstos dos países y el Paraguay y el Uruguay han causado problemas y controversias en la instrumentación del Mercosur, podemos imaginar los problemas que se generarían en las negociaciones y en los cursos de acción común con la hoy única superpotencia. En esa relación de fuerzas el ALCA y el Mercosur se tornarían rápidamente incompatibles y el ALCA terminaría absorbiendo al Mercosur.” (RAPOPORT, 2002:49)

A partir de 1995, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, verificou-se uma aproximação com o governo dos Estados Unidos. As afinidades pessoais entre os dois presidentes facilitavam o diálogo⁶¹. Esta aproximação significava incremento dos investimentos diretos estadunidenses no Brasil e a expectativa de apoio político e financeiro na eventualidade de uma

⁶¹ De acordo com Amado Luiz Cervo “Durante os dois mandatos do democrata Bill Clinton, a partir de 1993, manteve-se clima de entendimento, mesmo porque tinha ele com Cardoso uma relação pessoal afetiva.” (CERVO, 2002:21)

crise. Não se tratava de uma aproximação incondicional. Apesar das afinidades verificadas, o que estava em jogo entre Brasil e Estados Unidos, nas negociações da ALCA, era a disputa pela liderança regional.

Visando agilidade e mesmo a viabilidade das negociações de acordos de comércio exterior, desde 1974, a legislação estadunidense contempla um instrumento denominado *Trade Promotion Authority*, mais conhecido como *Fast Track*. Este instrumento, aprovado pelo Congresso por prazos determinados, concede ao Presidente poder de negociar acordos comerciais dentro de determinados parâmetros, mas sem a anuência do legislativo para os aspectos operacionais. Após as negociações concluídas o congresso ratifica ou nega o acordo realizado, sem a possibilidade de alterações no teor negociado. Alan Blinder explica e justifica o *Fast Track*:

“When the U.S. government negotiates a trade agreement, many issues are on the table. Because it is certain that any agreement will create both winners and losers, the relevant interest groups are mobilized for battle. If Congress were to vote on each component of a trade pact individually, politics-as-usual would probably pick any proposed agreement apart - leaving our trade negotiators in an untenable position. So Congress typically grants the administration ‘fast track’ negotiating authority for a limited period of time, and under certain stipulations. When negotiations are complete, Congress votes yes or no on the entire package with no amendments permitted.”
(BLINDER, 1997, 125)

As ambições estadunidenses foram restritas diante da incapacidade do poder executivo, sob o comando do Presidente Bill Clinton, de obter o *Fast Track*. Em setembro de 1997 o Executivo tira o *Fast Track* da pauta de votações diante da iminente derrota, e finalmente em setembro de 1998 é votado e negado pelo Congresso estadunidense. O Executivo estadunidense só voltou a ter o mandato legislativo para negociar acordos em

2002, já na administração do Presidente George W. Bush, mesmo assim sujeito a uma série de restrições, como afirma Paulo Nogueira Batista Jr.:

“Depois de um impasse de nove anos de duração, a TPA [*Trade Promotion Authority*] de 2002 foi aprovada, em agosto, com grande esforço do Executivo e complexas negociações na Câmara de Representantes e no Senado. Arrancada a fórceps, essa TPA proporcionou ao governo Bush um mandato para negociar uma nova rodada na OMC, a Alca e alguns outros acordos comerciais. Esse mandato encontra-se, entretanto, rigorosamente condicionado por ressalvas de vários tipos e minuciosos mecanismos de consulta e monitoramento.”(BATISTA Jr., 2003:285)

Outra frente de negociação aberta foi em relação ao mercado europeu. De acordo com Amado Luiz Cervo (2003:23) o governo francês, receoso com a possibilidade de concretização da ALCA, toma a iniciativa de estabelecer um acordo entre o bloco europeu e o Mercosul. Em dezembro de 1995, Mercosul e União Européia assinaram um Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional, entretanto sem chegar a objetivos concretos até o fim da década. José Augusto Guilhon Albuquerque ressalta a complexidade das negociações intrabloco Mercosul e União Européia:

“A UE constitui o outro caso. Do ponto de vista das negociações comerciais e paracomerciais (isto é, de *trade and trade-related issues*), a integração econômica inter-regional com a UE é um processo tão ou mais complexo quanto o da Alca. Do ponto de vista da multiplicidade de atores, são quinze países de um lado e quatro do outro, teoricamente cada lado falando em uníssono mas, de fato, uma negociação pelo menos em dois níveis (se for excluído o nível doméstico de cada país dos dois blocos).”(ALBUQUERQUE, 2002:34)

A negociação com a Europa, diferentemente da ALCA, não é incompatível com a existência do Mercosul e por conseqüência com o plano de posicionamento estratégico do Brasil na região. Trata-se de um acordo inter-

regional e não de criação de um novo bloco. Amado Luiz Cervo explicita esta possibilidade:

“O ativo estratégico erguido na Europa fortalecia a liderança do Brasil na América do Sul e sua disposição de não sacrificar interesses essenciais nas negociações com os Estados Unidos, como estava disposto a fazê-lo seu sócio principal, a Argentina.”(CERVO,2002:29)

Um dos maiores entraves às negociações entre o Mercosul e a União Européia está na proteção concedida por esta aos produtores rurais. A Política Agrícola Comum está prevista no tratado que instituiu a Comunidade Européia⁶² e tem entre seus objetivos maximizar a utilização da mão de obra, assegurando a renda da população agrícola, aumentando seu rendimento, estabilizando os mercados e assegurando preços razoáveis aos consumidores.

Os subsídios concedidos tornam os preços dos produtos agrícolas artificialmente mais baixos que os níveis do mercado internacional. Esta distorção de preços relativos inviabiliza o comércio intrabloco.

A Crise do Leste-Asiático de 1997 e a Crise Russa de 1998 tiveram como consequência o fechamento do mercado financeiro internacional para os países emergentes em um processo generalizado de restrição de crédito aos países em desenvolvimento.

Na segunda metade de 1998, a moeda brasileira sofre um ataque especulativo⁶³ e o país recorre ao Fundo Monetário Internacional que

⁶² Cf. UNIÃO EUROPÉIA, 2007. (O Art.33 do Tratado que institui a União Européia dispõe sobre a Política Agrícola Comum.)

⁶³ Cf. Ministério da Fazenda, Exposição de motivos nº 756, de 07/12/1998.

disponibiliza 18,1 bilhões de dólares estadunidenses em créditos, anunciados formalmente em 13 de novembro de 1998.

Diante da queda do nível de reservas internacionais, em janeiro de 1999, o governo brasileiro se vê forçado a mudar o regime cambial de taxas administradas vigente desde o Plano Real para um regime de taxas livres⁶⁴.

O mercado passa a formar a taxa de câmbio e desobriga o Banco Central de vender moeda estrangeira, se desfazendo das reservas internacionais do país. O resultado foi uma desvalorização cambial de grandes proporções. A taxa cambial de reais por dólares estadunidenses era de 1,2087, no fim de dezembro de 1998. Ao fim de janeiro de 1999 a mesma paridade era de 1,9832. A moeda brasileira se desvalorizou aproximadamente 64% durante o mês de janeiro de 1999⁶⁵.

Com a desvalorização do Real a partir de janeiro de 1999, o conflito dentro do Mercosul ficou evidente. A competitividade dos produtos brasileiros cresceu em relação aos produtos Argentinos. O choque produzido pela desvalorização da moeda brasileira ameaçou a economia Argentina limitada por um câmbio fixo que incentivava a importação de produtos brasileiros e penalizava as exportações argentinas. As divergências produziram obstáculos à agenda intra-regional e o clima político degradou. Roberto Bouzas descreve a conjuntura pelo enfoque argentino:

⁶⁴ Cf. BCB, Comunicado nº 6.565, de 18/01/1999.

⁶⁵ Fonte: BCB, 2007.

“Condicionado en sus opciones de política por la caja de conversión y un alto grado de dolarización de los activos y pasivos del sistema financiero, las autoridades argentinas vieron la devaluación del real como un shock al que llevaría tiempo ajustarse y que agravaba las condiciones externas adversas que enfrentaba la Argentina (apreciación del dólar y caída en los precios de las commodities de exportación). Así, a las divergencias preexistentes en el ámbito de las políticas microeconómicas se sumó una brecha en el plano de las políticas macroeconómicas, introduciendo fuertes tensiones sobre la marcha del proceso de integración regional.” (BOUZAS, 2001:190)

Desta forma o Mercosul chegou ao fim da década de 1990 com diversas fraturas na sua estrutura e sem efetivar a aliança com os Estados Unidos ou a Europa.

A RELAÇÃO COM A CHINA

Após a conquista do poder por parte do Partido Comunista em 1949, a China se manteve por um longo período isolada de países não comunistas. Este cenário começou a mudar no início da década de 1970, quando a China deu os primeiros passos em direção a uma abertura de sua política externa. Passou a fazer parte da Organização das Nações Unidas – ONU, assinou um tratado de paz com o Japão e reatou relações diplomáticas com os Estados Unidos (1972), assim como com o Brasil (1974).

Esta reaproximação com o ocidente se explica pelo desconforto causado tanto nos Estados Unidos quanto na China pela crescente influência da União Soviética e sua disposição de intervir em outros países socialistas, no que ficou conhecido como Doutrina Brezhnev⁶⁶.

⁶⁶ Cf. HARDING, 1992:174.

De acordo com a interpretação de David Shambaugh:

“Mao [Tsé-tung] e Zhou [Enlai]⁶⁷ perceived the balance of power between the super powers to be shifting, with the Soviets on the offensive and American power waning. [...] On the American side, President Nixon and National Security Advisor Henry Kissinger also perceived a heightened Soviet threat to Central Europe, North-East Asia, the Middle East and Africa.” (SHAMBAUGH, 1996:198)

A normalização de relações com os Estados Unidos colocou fim a um período de isolamento de mais de vinte anos, e teve como resultado o fim do embargo comercial à China⁶⁸.

Nos anos seguintes os Estados Unidos se tornaram o segundo maior parceiro comercial da China, perdendo apenas para o Japão. Este processo permitiu que a China viesse a ter acesso ao mercado de capitais internacionais, seja na forma de financiamento, seja como investimento direto.

Paralelamente, a China articulou importantes acordos econômicos e industriais com o Japão e estabeleceu relações de comércio com a Europa Ocidental, notadamente Inglaterra e França. Neste momento deu-se início a uma política de inserção internacional pragmática, com enfoque no desenvolvimento do país por meio do que ficou conhecido como as quatro modernizações: reforma nas esferas econômica, política, social e cultural.

Com a morte de Mao Tse-Tung em 1976, e a ascensão de Deng Xioaping ao poder em 1977, os conceitos econômicos foram lentamente

⁶⁷ Zhou Enlai – Primeiro Ministro da República Popular da China de 1949 até sua morte em 1976.

⁶⁸ Cf. HARDING, 1992:23.

substituídos, mediante a aplicação de políticas liberais de desenvolvimento econômico. De acordo com Steven Levine: “When Deng [*Xiaoping*] consolidates his power, he proclaimed an end to the tumultuous ideological politics of the Maoist era in favor of the mundane task of development” (LEVINE, 1996:31)

A primeira fase das reformas⁶⁹, ocorridas entre 1978 e 1984, era dirigida às zonas rurais e visava aumentar a produção e a produtividade da agricultura chinesa. Naquele momento, 80% da população vivia no campo. O objetivo era a busca da auto-suficiência na produção de alimentos, o que serviria de base para o desenvolvimento urbano e industrial.

A estrutura produtiva era baseada em comunas agrárias que foram substituídas por um sistema denominado de Contratos de Responsabilidade⁷⁰, onde o produtor dispunha livremente de 90% da produção e os 10% restantes eram entregues ao governo em troca de sementes, insumos e equipamentos agrícolas.

A segunda fase, iniciada em 1985, possuía caráter urbano e envolveu uma descentralização administrativa, concedendo maior autonomia aos governos locais e incentivando a coexistência de propriedade privada estrangeira ou associada a capitais chineses.

⁶⁹ “The Third Plenum of the Chinese Communist Party’s 11th Central Committee in December 1978 is said to mark the beginning of market-oriented reforms in China.” (IFC, 2000:8)

⁷⁰ “The contract responsibility system evolved into a fundamental reform in agriculture because economic management devolved to households.” (IFC, 2000:9)

No decorrer da década de 1980, as empresas estatais chinesas assumem personalidade jurídica, estabelecendo um marco que viabilizou relações entre empresas públicas e privadas e o capital internacional.

Foi adotada a política gradual de abertura da economia chinesa ao exterior, que foi materializada na década de 1980 por meio das Zonas Econômicas Especiais⁷¹.

As Zonas Econômicas Especiais foram a forma de experimentar o modelo capitalista, funcionando como laboratório para as reformas econômicas. Tinham por meta atrair o capital externo, obter novas tecnologias, aprender métodos capitalistas de gestão empresarial e acima de tudo demonstrar a viabilidade da coexistência dos dois modelos econômicos, capitalista e comunista. As liberalidades concedidas a Zonas Econômicas Especiais, foram gradualmente estendidas às demais regiões do país. Wei Ge descreve a motivação da implantação gradual:

“To gain experience and to avoid unnecessary economic and social instabilities that a sudden, drastic policy switch could cause, precautions were taken by the Chinese leadership; reform and opening up were to proceed, but only at a gradual pace. Moving in that direction, the State Council of China granted in July 1979 special economic privileges to the southern coastal provinces of Guangdong and Fujian, allowing them to experiment with, on a trial-and-error basis, nonconventional, market-oriented, and outward-looking measures in promoting economic development.” (GE;1999, 1268)

As décadas de 1980 e 1990 foram caracterizadas por elevadas e persistentes taxas de crescimento econômico, em média, superiores a 10% ao ano. Este crescimento não encontra equivalente em nenhum outro país na

⁷¹ Cf. GE, 1999:1267.

história contemporânea. Zuli Hu e Mohsin Khan resumem os resultados mensuráveis das reformas na economia chinesa:

“While pre-1978 China had seen annual growth of 6 percent a year (with some painful ups and downs along the way), post-1978 China saw average real growth of more than 9 percent a year with fewer and less painful ups and downs. In several peak years, the economy grew more than 13 percent. Per capita income has nearly quadrupled in the last 15 years, and a few analysts are even predicting that the Chinese economy will be larger than that of the United States in about 20 years.” (HU;KHAN, 1997:1)

Entre os motivos para justificar este crescimento, verifica-se a existência de um governo estruturado, centralizado e autoritário, o que facilita a viabilização das mudanças.

A China é o terceiro maior país do mundo em extensão territorial, ficando depois de Rússia e Canadá, e o primeiro em população. A grande restrição chinesa está na baixa disponibilidade de terras agricultáveis, de aproximadamente 15% do total, conforme explica Antônio Luiz Machado de Moraes:

“Desde os tempos de Mao, o grande desafio enfrentado pela agricultura chinesa é alimentar adequadamente os habitantes do país, cerca de 20% da população mundial, e reter os rurícolas no campo, dadas suas limitadas disponibilidades de terras agricultáveis, da ordem de 120 a 140 milhões de hectares, equivalentes a 15% da sua superfície ou 7% das terras cultivadas no globo.” (MORAES, 2004:59)

A competitividade das exportações chinesas é resultado do baixo custo e abundância de mão de obra, da inexistência de um sistema previdenciário e de seus conseqüentes encargos, economias de escala e a manutenção de uma política cambial indutora de exportações.

O crescimento das exportações e o aumento da produtividade estão diretamente interligados. A China viveu um processo conhecido como aprendizado por meio de exportações, onde as exportações viabilizaram a transferência e o desenvolvimento tecnológico, fazendo com que este atinja outros segmentos da economia. O fato dos mercados de exportação serem exigentes e competitivos determina que somente produtores de alta eficiência sobrevivam. Trata-se de um mecanismo de seleção natural. De acordo com Xiaolan Fu: “The export-oriented industries do appear to be more efficient than the non-export industries. Exporting also enables the export-oriented industries to enjoy higher scale efficiencies.”(FU, 2004:21)

As principais políticas chinesas para incremento de exportações incluíam a depreciação da taxa cambial, créditos fiscais favorecendo exportadores, financiamento ao comércio exterior e políticas beneficiando investimentos diretos estrangeiros em empresas orientadas ao mercado externo.

Como resultado as exportações chinesas verificaram um crescimento significativo, de US\$ 18 bilhões em 1980 para US\$ 249 bilhões em 2000, o que transformou a China no sexto maior exportador do mundo⁷².

Os produtos manufaturados tiveram uma evolução ainda mais impressionante. A exportação dos mesmos saiu de US\$ 9 bilhões em 1980 para US\$ 224 bilhões em 2000, o que representa uma taxa de crescimento

⁷² Fonte: FUNCEX, 2006.

superior a 17% ao ano, fazendo com que em 2000, 90% das exportações chinesas fossem representadas por produtos manufaturados⁷³.

A tabela que segue mostra o crescimento do comércio externo da china.

⁷³ Fonte: FU, 2004:1.

Tabela 12 – Comércio Exterior da China

(em bilhões de dólares estadunidenses)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1978	9,7	10,8	-1,1
1979	13,6	15,6	-2,0
1980	18,2	19,5	-1,3
1981	22,0	22,0	0,0
1982	22,3	19,2	3,1
1983	22,2	21,3	0,9
1984	26,1	27,4	-1,3
1985	27,3	42,2	-14,9
1986	30,9	42,9	-12,0
1987	39,4	43,2	-3,8
1988	47,5	55,2	-7,7
1989	52,5	59,1	-6,6
1990	62,0	53,3	8,7
1991	71,9	63,7	8,2
1992	84,9	80,5	4,4
1993	91,7	103,9	-12,2
1994	121,0	115,6	5,4
1995	148,7	132,0	16,7
1996	151,0	138,8	12,2
1997	182,6	142,3	40,3
1998	183,7	140,1	43,6
1999	195,5	165,7	29,8
2000	249,2	225,1	24,1

Fonte: FUNCEX, 2006.

Entre os motivos do sucesso da economia chinesa devem ser considerados alguns aspectos, como as elevadas taxas de poupança doméstica e o controle estatal dos setores considerados estratégicos ao crescimento sustentável no longo prazo.

Os principais canais de crescimento da produtividade foram a economia de escala, o aprendizado por meio de exportações e o desenvolvimento e pesquisa de novas tecnologias, seja por meio de desenvolvimento próprio ou por meio de aquisição internacional.

A China concentra aproximadamente 20% da população mundial e em todas as medidas econômicas, as escalas são extremamente significativas. Em 2004 a economia mundial cresceu aproximadamente 5%, sendo que um quarto deste crescimento ocorreu na China⁷⁴.

A tabela que segue mostra dados selecionados da evolução da economia chinesa. O significativo crescimento da participação no PIB mundial vem associado ao crescimento da participação no comércio. Em contrapartida, a participação relativa na população mundial vem decrescendo, refletindo políticas governamentais de controle da natalidade.

Tabela 13 – Informações Selecionadas da Economia Chinesa

Ano	1980	1990	2000
Participação na população mundial	22,1%	21,6%	20,9%
Participação no PIB mundial ⁷⁵	3,2%	5,7%	10,9%
Participação das exportações no comércio mundial	0,9%	1,8%	3,9%
Participação das importações no comércio mundial	1,0%	1,5%	3,4%

Fonte: FMI, 2007.

A penetração de produtos manufaturados chineses é significativa nas principais economias do mundo contemporâneo. O crescimento desta

⁷⁴ Fonte: FMI, 2007.

⁷⁵ Avaliado em paridade de poder de compra.

participação reflete uma forte vantagem comparativa na produção e montagem de bens em que custo de mão de obra e escala são determinantes.

A indústria têxtil usualmente é a primeira indústria manufatureira a se desenvolver. Isto ocorreu na Inglaterra quando da Revolução Industrial, nos Estados Unidos, no Japão, no Brasil e mais recentemente na China. Nas últimas duas décadas, a China se tornou um grande produtor e exportador de produtos têxteis. As exportações chinesas destes estão sujeitas a várias ações *antidumping* por parte de diversas nações, sem, no entanto, atingir o objetivo de restringir significativamente o volume das exportações chinesas.

O rápido crescimento da indústria têxtil chinesa revolucionou o mercado mundial destes produtos. De acordo com dados da divisão de estatísticas das Nações Unidas, as exportações têxteis chinesas em 1970, representavam 14% das exportações de todos os países em desenvolvimento. Em 1994 esta participação atingiu 21,2%. Entre os produtos confeccionados, o crescimento é ainda mais significativo, saindo de 4,8% em 1970 e atingindo 25,6% em 1994⁷⁶. É importante lembrar que a produção de vestuário é mais intensiva no uso de mão de obra que os demais têxteis.

As empresas não estatais na China apresentam melhor desempenho que as estatais em praticamente todas as indústrias, entretanto o contraste no setor têxtil é mais significativo que em outros setores⁷⁷. As empresas privadas são mais flexíveis em seus métodos de produção e de

⁷⁶ Fonte: UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION, 2007.

⁷⁷ Cf. YANG; ZHONG, 1998:11.

marketing e usualmente oferecem salários inferiores aos das públicas, sendo assim, mais lucrativas.

A maioria da produção têxtil chinesa se concentra na região litorânea. O crescimento acelerado verificado nas últimas duas décadas, culminou em carência de mão de obra, provocando migração das áreas centrais, apesar das restrições governamentais sobre estes movimentos.

Yongzheng Yang e Chuanshui Zhong afirmam:

“Most of China’s textile and clothing exports are produced in the coastal region, with Guangdong, Jiangsu, Shanghai, Fujian, and Shandong in the lead. After rapid economic growth over the past one and half decades shortages in unskilled labor have begun to emerge in some of these areas, drawing large migration from inland areas despite government restrictions on migration.’ (YANG; ZHONG, 1998:11)

A China apresenta grandes variações no custo de mão de obra, considerando suas diversas regiões. Grandes quantidades de desempregados e subempregados nas áreas rurais representam recursos humanos praticamente inesgotáveis, desde que geograficamente remanejados.

O registro de residentes é a maior restrição sobre a migração, e esta é permitida de maneira controlada, visando atender as demandas por recursos humanos, sem os custos sociais provenientes de uma migração em massa sem controle. Esta concentração industrial no litoral faz com que exista uma grande distorção em termos de renda entre o litoral e o interior.

As condições de troca verificadas nas transações de comércio Brasil-China são extremamente heterogêneas. A pauta de exportações brasileiras para a China é altamente concentrada em um pequeno número de

produtos básicos de origem agrícola e mineral. Produtos siderúrgicos, minério de ferro, soja e seus derivados são preponderantes nas importações Chinesas.

Por outro lado, as importações brasileiras são muito mais diversificadas, predominando produtos manufaturados, com ênfase naqueles intensivos no uso de mão de obra e que requeiram economia de escala na produção. Esta relação transfere empregos do Brasil para a China na medida em que se exporta o insumo em estado bruto e importa o produto manufaturado.

As importações brasileiras provenientes da China verificaram um aumento vertiginoso no correr da década de 1990, apresentando um crescimento superior a 360% no período, como se pode verificar na tabela que segue.

Tabela 14 – Importações Brasileiras Provenientes da China

(em milhões de dólares estadunidenses)

Ano	Importações
1990	247,5
1991	205,5
1992	176,5
1993	453,8
1994	713,6
1995	1.485,6
1996	1.463,9
1997	1.576,5
1998	1.405,6
1999	1.147,4

Fonte: MDIC, 2007.

É importante lembrar que estes números são os oficiais constantes nos documentos aduaneiros e por razões óbvias não computam os valores contrabandeados ou subfaturados.

CAPÍTULO III – O SEGMENTO ALGODOEIRO

O ALGODÃO

O algodão é a fibra têxtil de maior importância econômica para o Brasil. A cotonicultura até o fim da década de 1980 era uma lavoura baseada em pequenas e médias propriedades, muitas vezes arrendadas, que produziam de forma não mecanizada em uma atividade intensiva em mão de obra.

O Brasil produz duas variedades distintas de algodão, o arbóreo e o herbáceo. A primeira se assemelha a uma pequena árvore, é uma cultura permanente com ciclo de cerca de cinco anos e com níveis de produtividade muito reduzidos, sendo encontrada principalmente no nordeste. A espécie herbácea é uma cultura perene, de ciclo anual e se assemelha a um arbusto⁷⁸.

A estrutura da cadeia produtiva do algodão brasileiro apresentava algumas particularidades que a diferenciavam das principais nações produtoras de algodão. Os consumidores industriais não se envolviam na produção, apesar da grande dependência do insumo, não existindo integração produtiva. O algodão era negociado após a colheita.

Em outros países produtores é comum a negociação do algodão em pluma já na forma que a indústria adquire. Neste caso, o produtor contrata

⁷⁸ Cf. EMBRAPA, 2007.

um prestador de serviço para beneficiar o seu algodão e o negocia pronto para uso industrial.

Os produtores brasileiros negociavam o algodão em caroço, sem o beneficiar. O modelo brasileiro incluía a participação de intermediários que adquiriam o algodão em caroço, o beneficiavam e o vendiam para a indústria têxtil, já na forma de fardos em pluma. De acordo com Cássio Rolim:

“A comercialização do produto percorre uma longa trajetória entre o produtor (algodão em caroço) e a indústria (fardos de algodão em pluma). Esse grande número de intermediários, dos mais variados tipos, além de enfraquecer economicamente o produtor, também não tem maiores compromissos com a melhoria da qualidade do produto que vai chegar às indústrias.” (ROLIM, 1997:188)

O grande número de intermediários traz impacto negativo para toda a cadeia. Enfraquece o produtor, na medida em que os diversos atravessadores retêm parte do resultado econômico da produção. Ao mesmo tempo distancia o produtor da indústria, impedindo que desta relação surja compromisso mútuo entre as partes, o que permitiria um melhor planejamento e conseqüentemente maior estabilidade para o segmento.

Tradicionalmente, os intermediários adquiriam o algodão pagando com base em peso, sem levar em consideração qualidade. Visando aumentar sua renda, os catadores de algodão prejudicavam a qualidade do produto, chegando mesmo a adicionar galhos, pedras e terra para aumentar o peso, como afirma o Informe Setorial do BNDES:

“A busca pela maior produtividade em detrimento da qualidade fez com que o algodão colhido manualmente tivesse uma qualidade inferior ao colhido mecanicamente. Isso acontece pois o catador, no momento da colheita, não se preocupa em selecionar o material, chegando a adicionar inclusive pedras para aumentar o peso e conseguir com isso uma maior remuneração.”(BNDES, 1997:2)

O segmento do setor têxtil mais exposto ao comércio exterior, no período de abertura comercial da década de 1990, foi justamente o elo mais fraco, o produtor de algodão. Diferentemente da grande indústria que dispunha de instrumentos de pressão para induzir as autoridades a estabelecer instrumentos de proteção da concorrência internacional, o produtor do algodão não possuía acesso a estes mecanismos. Fernando Homem de Mello descrevendo as variáveis que trouxeram impacto desfavorável à agricultura, cita:

“Excessivas reduções (em vários casos) das tarifas de importação de produtos agrícolas, o algodão e o leite talvez sendo os melhores exemplos, caracterizando uma incorreta política comercial. Em nosso entendimento, essa incorreta política comercial deve-se à descon sideração das práticas protecionistas de parte dos países industrializados, práticas que deprimem os preços de equilíbrio no mercado internacional”.(HOMEM DE MELO, 1999:147)

Na década de 1990 o Brasil se tornou grande importador de algodão, em contraposição ao verificado na década de 1980 quando as importações líquidas eram insignificantes. Pode se ver na tabela que segue a evolução das importações brasileiras de algodão.

Tabela 15 – Evolução das Importações Brasileiras de Algodão

(em mil toneladas)

Ano	Importação
1990	86,1
1991	105,9
1992	167,8
1993	501,2
1994	367,3
1995	282,3
1996	472,0
1997	438,5
1998	334,4
1999	280,3

Fonte: CONAB, 2007.

A abertura ao comércio exterior experimentada na década de 1990 foi particularmente perversa para os produtores de algodão brasileiros. A partir de maio de 1988 o algodão foi incluído em um regime de abertura de mercado, tendo sua alíquota de importação reduzida de 55% para 10%⁷⁹.

No início da década de 1990 as alíquotas de importação foram eliminadas⁸⁰. A partir daí verificou-se uma aceleração no processo de redução da produção doméstica substituída pelo produto importado. A zeragem da alíquota de importação do algodão trazia um componente discriminatório. Outros produtos agrícolas continuavam sendo tributados quando importados, assim como as máquinas e insumos eventualmente importados para produzir o algodão, como enfatiza o Instituto Euvaldo Lodi:

⁷⁹ Cf. Resolução CONCEX nº 155, de 04/05/1988.

⁸⁰ Cf. Portaria MEFP nº 58, de 31/01/1991.

“Ao se zerar a tarifa de importação, cometeu-se contra o algodão uma disparidade de tratamento, uma vez que a maioria das matérias-primas agrícolas mantiveram alíquotas de 10% como foi o caso do milho, do feijão, do arroz e do café, para citar apenas algumas. Cometeu-se também, importantes distorções intersetoriais, uma vez que as colhedeiras mecânicas continuaram protegidas com alíquotas de 20%, máquinas necessárias no avanço tecnológico da colheita do algodão.” (IEL, 2000:53)

A alíquota zero de importação associada aos financiamentos oferecidos pelos países exportadores de algodão representou um forte desestímulo à produção nacional.

Esta conjuntura redundou em uma drástica redução da produção doméstica de algodão. A produção que atingiu 2.073,6 toneladas de algodão em caroço na safra 1990/1991 se viu reduzida a 874 mil toneladas na safra 1996/1997. A tabela que segue mostra a redução da produção de algodão na década de 1990.

Tabela 16 – Produção de Algodão em Caroço

(em mil toneladas)

Safra	Total
1990/91	2.073,6
1991/92	1.920,7
1992/93	1.194,5
1993/94	1.434,9
1994/95	1.534,7
1995/96	1.171,7
1996/97	874,0
1997/98	1.174,4
1998/99	1.443,9
1999/2000	1.887,7

Fonte: CONAB, 2007.

O volume das safras 1990/1991 e 1991/1992 não refletiu o impacto da abertura. Nestas safras os volumes importados ainda eram relativamente baixos em termos proporcionais, mas grandes o suficiente para forçar os preços do mercado doméstico. Associado a este fator, os vínculos de importações demandam certo prazo para se estabelecer, incluindo as negociações, o planejamento e a logística. Os dados da safra 1992/1993 já espelham o acesso dos produtores de algodão estrangeiros ao mercado doméstico.

Em termos de distribuição regional, a produção nacional migrou de todas as regiões produtoras para a região Centro-Oeste. A tabela que segue mostra a distribuição proporcional da produção.

Tabela 17 – Distribuição Regional da Produção de Algodão em Caroço

Safra	Norte Nordeste	Centro-Oeste	Sul Sudeste
1990/91	16,9%	13,7%	69,4%
1991/92	12,8%	13,7%	73,4%
1992/93	13,5%	19,3%	67,2%
1993/94	26,0%	21,5%	52,4%
1994/95	16,3%	25,2%	58,4%
1995/96	18,6%	31,1%	50,3%
1996/97	19,3%	40,5%	40,2%
1997/98	6,1%	51,9%	42,0%
1998/99	7,4%	68,4%	24,2%
1999/2000	14,3%	65,2%	20,5%

Fonte: CONAB, 2007.

Na tabela anterior se pode perceber a transferência gradual da produção para a Região Centro-Oeste, proveniente de todas as demais. Ao

final da década a reorganização geográfica estava consolidada, quando as Regiões Sul e Sudeste tinham menos de um terço da participação na produção nacional que possuíam no início da mesma década. No mesmo período a Região Centro-Oeste quintuplicou sua participação proporcional.

Os agricultores que dispunham de menos terra e não tiveram acesso às tecnologias mais modernas de produção, ou possuíam terras não mecanizáveis devido ao relevo, ficaram abaixo do ponto de equilíbrio entre receitas e despesas, e em muitos casos se viram forçados a encerrar suas atividades ou procurar outra lavoura. Como afirma José Sidnei Gonçalves:

“Os plantadores de áreas de lavouras menores e com padrão de tecnologia menos adequado não apenas alcançam margens reduzidas, como a renda bruta total das famílias impede sua sobrevivência no campo com base apenas no cultivo de algodão.”
(GONÇALVES, 1997:6)

Como reflexo, se verificou uma significativa redução na área plantada de algodão, como se vê na tabela seguinte.

Tabela 18 – Área Plantada de Algodão

(em mil hectares)

Safra	Norte Nordeste	Centro-Oeste	Sul Sudeste	Total
1990/91	833,0	170,9	934,9	1.938,8
1991/92	735,8	181,7	1.053,7	1.971,2
1992/93	521,2	134,7	621,2	1.277,1
1993/94	596,1	165,1	476,6	1.237,8
1994/95	492,7	204,2	531,6	1.228,5
1995/96	386,0	198,2	368,3	952,5
1996/97	301,5	164,7	191,3	657,5
1997/98	223,3	339,5	317,1	879,9
1998/99	156,0	361,2	176,7	693,9
1999/2000	250,3	406,2	167,3	823,8

Fonte: CONAB, 2007.

A redução da área plantada foi de maior magnitude que a redução da produção. Ao mesmo tempo em que muitos produtores abandonavam a lavoura, os remanescentes investiam pesadamente em máquinas e equipamentos. As técnicas de mecanização aumentaram a produtividade, permitindo obter maior volume de algodão por hectare produzido. A tabela que segue mostra a evolução da produtividade da lavoura de algodão na década de 1990.

Tabela 19 – Produtividade Regional da Lavoura de Algodão

(em toneladas de algodão em caroço por hectare)

Safra	Norte Nordeste	Centro-Oeste	Sul Sudeste	Total
1990/91	421	1.657	1.540	1070
1991/92	335	1.453	1.338	974
1992/93	309	1.713	1.292	935
1993/94	626	1.872	1.579	1159
1994/95	508	1.898	1.687	1249
1995/96	565	1.840	1.599	1230
1996/97	561	2.148	1.836	1329
1997/98	322	1.796	1.554	1335
1998/99	683	2.734	1.980	2081
1999/2000	1.080	3.030	2.310	2291

Fonte: CONAB, 2007. Elaboração própria.

O que se deduz da tabela anterior é o crescimento vertiginoso da produtividade, verificado em todo o país, mas com marcado destaque para a Região Centro-Oeste. O algodão produzido dentro do novo paradigma tecnológico mecanizado era competitivo com o algodão importado.

A redução da área plantada e da produção nacional de algodão não guarda qualquer relação com o consumo do insumo pela indústria nacional. O consumo total de algodão não foi reduzido no mesmo período, conforme pode se ver no tabela que segue.

Tabela 20 – Evolução do Consumo Industrial Brasileiro do Algodão

(em mil toneladas)

Ano	Consumo
1990	730,0
1991	718,1
1992	741,6
1993	829,5
1994	836,6
1995	803,7
1996	829,1
1997	798,7
1998	782,9
1999	806,5

Fonte: CONAB, 2007.

A redução da produção de algodão não estava associada a uma crise de demanda. A indústria têxtil produtora de artigos de algodão manteve uma demanda relativamente estável na década de 1990. A redução da produção era resultante da incapacidade de se produzir, dentro do padrão tecnológico mecanizado, as quantidades demandadas pela indústria.

O consumo nacional foi em proporções cada vez maiores sendo atendido pelo produto importado. A tabela que segue mostra a evolução da participação do insumo importado no consumo industrial brasileiro.

Tabela 21 – Participação do Algodão Importado no Consumo Nacional

Ano	Participação
1990	11,79%
1991	14,75%
1992	22,63%
1993	60,42%
1994	43,90%
1995	35,13%
1996	56,93%
1997	54,90%
1998	42,71%
1999	34,76%

Fonte: CONAB, 2007.

A tabela anterior reflete a relativamente baixa penetração do produto importado até 1992 e a invasão a partir de 1993, quando atinge mais de 60% do consumo nacional. Este processo coincide com a redução da produção nacional da safra 1992/1993, que foi aproximadamente 37% inferior à da safra de 1991/1992⁸¹.

A facilidade de crédito oferecida pelos exportadores estrangeiros que concediam prazos superiores a 360 dias, discriminava o algodão nacional que era pago à vista. As altas taxas de juros praticadas e a inexistência de crédito de longo prazo no mercado doméstico faziam com que o financiamento externo representasse um diferencial significativo. O Informe Setorial do BNDES (1997) explicita o impacto dos financiamentos externos:

⁸¹ Cf. Tabela 16 – Produção de Algodão em Carço.

“O rápido crescimento das compras externas foi fortemente influenciado pelas condições de financiamento tendo em vista o diferencial entre os juros internos (25% a.a.) e os externos (7% a.a.), bem como os prazos de pagamento de até 360 dias para o produto importado.” (BNDES, 1997:2)

O algodão nacional acabava nas mãos do governo, adquirido ao preço mínimo através do programa governamental de garantia de preços, pois a indústria preferia adquirir o algodão importado, que poderia ser pago em prazos dilatados, como afirma o trabalho do Instituto Euvaldo Lodi:

“Como consequência, as algodozeiras brasileiras deixaram de adquirir o algodão nacional pela simples incapacidade do produto doméstico concorrer em preço e condições de pagamento com o algodão importado. A falta de mercado acelerou o abandono dos cultivos. A fibra nacional acabou nas mãos do Governo, adquirida a preço mínimo através do programa de garantia do governo.” (IEL, 2000:34)

A tabela que segue discrimina as importações brasileiras de algodão classificadas de acordo com a forma de pagamento, mostrando a importância dos financiamentos externos associados às importações.

Tabela 22 – Distribuição das Importações de Algodão por Prazo

Ano	À vista	Até 180 dias	Acima de 180 dias
1991	53,3%	40,0%	6,7%
1992	55,9%	34,8%	9,3%
1993	21,7%	64,2%	14,1%
1994	24,7%	53,0%	22,3%
1995	17,0%	30,1%	52,9%
1996	8,2%	19,8%	72,0%

Fonte: Secretaria da Receita Federal, 2006.

Esta distorção foi reduzida em 1997, quando o Governo Federal limitou o prazo de financiamentos de importação a 180 dias⁸².

Tomando por base os coeficientes técnicos⁸³ utilizados no cálculo dos custos de produção do cultivo tradicional, a produção não mecanizada de algodão ocupa aproximadamente um trabalhador por três hectares produzidos. A tabela que segue projeta a evolução da mão de obra ocupada na produção nacional do algodão, baseada na área colhida apurada pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB:

⁸² Medida Provisória nº 1.569, de 25/03/1997, reeditada sucessivas vezes até ser convertida na Lei nº 9.817, de 23/08/1999.

⁸³ Cf. IEL, 2000:35.

Tabela 23 – Projeção do Número de Trabalhadores Ocupados no Algodão

Safra	Trabalhadores
1990/91	646.267
1991/92	657.067
1992/93	425.700
1993/94	412.600
1994/95	409.500
1995/96	317.500
1996/97	219.167
1997/98	293.300
1998/99	231.300
1999/2000	274.600

Fonte: CONAB, 2007. Elaboração própria.

A tabela anterior se baseia em uma relação de trabalho não mecanizada. Devido à mecanização desenvolvida no período, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, é razoável aceitar que a situação real de desemprego entre os produtores de algodão foi ainda mais dramática. Otávio Balsadi mensura o impacto da mecanização na mão de obra: “O impacto das novas colhedoras sobre o nível de demanda de mão-de-obra agrícola é muito significativo: na cultura do algodão, uma colhedora substitui o trabalho de 80 a 150 pessoas;” (BALSADI et al., 2002:24)

Não se pode negligenciar o impacto social desta dramática redução do volume de emprego direto na agricultura, decorrente deste movimento. A perda desses empregos traz complexas implicações para as regiões produtoras como o desaquecimento do comércio e conseqüentemente da arrecadação tributária. De acordo com o Instituto Euvaldo Lodi:

“A perda desses empregos está trazendo sérios problemas para os municípios das regiões produtoras, como o desaquecimento do comércio e da respectiva arrecadação tributária. Além do mais, acredita-se, grande parte dos agricultores sem-terra que hoje engrossam os movimentos de reivindicação de terras são egressos da cotonicultura”. (IEL, 2000:36)

Uma análise dos maiores exportadores de algodão para o Brasil na década de 1990 mostra Paraguai e Argentina como os dois principais atores. A tabela que segue mostra os principais países exportadores de algodão para o Brasil no período de 1990 a 1999.

Tabela 24 – Distribuição do Volume das Importações de Algodão

(período 1990-1999)

País	Participação percentual
Paraguai	23,6%
Argentina	20,9%
Estados Unidos	10,0%
Uzbequistão	8,9%
Benin	6,3%
Rússia	4,6%
Mali	3,2%
Outros	22,5%

Fonte: MDIC, 2007. Elaboração própria.

A diminuição da área plantada e da produção, não impactou na mesma velocidade as diversas regiões do país. Ela foi mais rapidamente percebida e acomodada em São Paulo, que substituiu o algodão por outras lavouras mais rentáveis. A região Nordeste e o Estado do Paraná sentiram a crise de forma mais drástica.

A região Centro-Oeste, em contraponto, desenvolveu sua lavoura algodoeira no período, utilizando métodos mecânicos de produção que não tem utilização intensiva de mão de obra, com detalha Otavio Balsadi:

“Nos anos noventas, principalmente no período pós-1995, a agricultura brasileira registrou fortemente a introdução de modernas tecnologias, especialmente aquelas destinadas para a colheita e pós-colheita de grandes culturas: cana-de-açúcar, café e algodão são os principais exemplos. Além das colhedoras mecânicas, também podem ser citadas as novas máquinas agrícolas “inteligentes”, controladas por programação eletrônica e transmissão via satélite”(BALSADI et al.,2002:24)

Desta forma se verificou um movimento da produção tanto do ponto de vista regional quanto na forma de organização da produção. De uma produção pulverizada em diversas regiões, envolvendo pequenos e médios produtores e um grande contingente de mão de obra, migrou-se para um modelo baseado em grandes propriedades, alta tecnologia e baixa utilização de trabalho humano. José Sidnei Gonçalves resume a conjuntura:

“Em resumo, em todos os indicadores e em todas as facetas a nova cotonicultura parece destinada a configurar-se como lavoura de grandes áreas, com alta tecnologia, perfil muito distinto da velha cotonicultura de parceiros, pequenos arrendatários e das pequenas propriedades familiares.” (GONÇALVES, 1997:19)

Este movimento de migração da produção do algodão para o Centro-Oeste ficou conhecido como a “Marcha para o Oeste”.

O ALGODÃO NO NORDESTE BRASILEIRO

A forma de produção tradicional de algodão no Nordeste é conhecida como consórcio gado-algodão. O algodão é plantado juntamente com outras culturas de subsistência. Ao ser beneficiado, tornando-se algodão

em pluma, gera como subproduto a torta, que alimenta o gado, e produz o óleo de algodão. Cássio Rolim detalha esta forma de produção:

“Os agregados das fazendas plantavam o algodão junto com outras culturas de subsistência e após a colheita o gado se alimentava da capoeira. Esse algodão ao ser beneficiado, tornando-se pluma, deixa como subprodutos a torta (que alimenta o gado) e o óleo.” (ROLIM, 1997:191)

Os produtores de algodão nordestinos foram penalizados por um período de seca entre 1979 e 1983, e por uma praga denominada bicudo entre 1983 e 1985. A liberalização comercial apanhou produtores já fragilizados pelos eventos citados da década de 1980, fazendo com que a redução da área colhida e conseqüentemente da produção fosse mais drástica que no resto do país. Cássio Rolim enumera os infortúnios enfrentados pelo produtor nordestino: “A prolongada seca entre 1979 e 1983; praga do bicudo, surgida em 1983 alastrando-se em 1984/85; a liberalização comercial a partir de 1989/90.” (ROLIM, 1997:192)

A produção de algodão no nordeste é tipicamente uma atividade de pequenos e médios produtores, sendo muitas vezes uma atividade familiar e de significativa importância social e econômica para a região.

A colheita é feita manualmente e a produtividade é muita mais baixa que a média nacional. Utiliza tecnologia rudimentar e os serviços de fomento e assistência técnica são deficientes. O acesso a equipamentos e insumos é precário. O produto obtido não apresenta padronização e estabilidade na qualidade, o que é demandado pela indústria têxtil.

O Nordeste sentiu de forma severa a retração na produção de algodão na década de 1990. A tabela que segue mostra a redução significativa da área plantada do algodão arbóreo na região nordeste durante o período.

Tabela 25 – Área Plantada de Algodão no Norte/Nordeste

(em mil hectares)

Safra	Área
1990/91	833,0
1991/92	735,8
1992/93	521,2
1993/94	596,1
1994/95	492,7
1995/96	386,0
1996/97	301,5
1997/98	223,3
1998/99	156,0
1999/2000	250,3

Fonte: CONAB, 2007.

O impacto desta redução de área plantada trouxe efeitos devastadores para a mão de obra. A tabela que segue projeta a evolução da mão de obra ocupada na produção do algodão no nordeste, baseada na área colhida apurada pela CONAB, considerando a ocupação de um trabalhador para cada três hectares colhidos.

Tabela 26 – Projeção da Ocupação na Lavoura de Algodão Nordestina

Safra	Trabalhadores
1990/91	277.667
1991/92	245.267
1992/93	173.733
1993/94	198.700
1994/95	164.233
1995/96	128.667
1996/97	100.500
1997/98	74.433
1998/99	52.000
1999/2000	83.433

Fonte: CONAB, 2007. Elaboração própria.

São números dramáticos se considerado o número de trabalhadores que perderam o emprego. Na safra 1992/1993 a lavoura de algodão da região nordeste ocupou 70.000 trabalhadores a menos que na safra anterior.

O ALGODÃO NO PARANÁ

A produção algodoeira do Paraná é tradicionalmente baseada na produção familiar e em pequenas e médias propriedades. Por ser manual, é intensiva em mão de obra, envolvendo um grande contingente de trabalhadores entre permanentes e temporários para a época da colheita. No decorrer da década de 1990, verificou-se o abandono da atividade pelos pequenos e médios produtores do Paraná e a migração da produção para a região Centro-Oeste, como explica Ely Mitie Massuda:

“O deslocamento da produção algodoeira para a região Centro-Oeste do Brasil vai ao encontro das características predominantes no Paraná que repousavam justamente sobre as pequenas e médias propriedades e no aproveitamento da mão-de-obra abundante que, no caso, estava aliada à decadência do café.” (MASSUDA, 2005:67)

A redução da área plantada foi significativa, partindo de 571,8 mil hectares na safra de 1990/1991 e encerrando a década com uma área plantada de 53,4 mil hectares na safra 1999/2000, conforme tabela que segue.

Tabela 27 – Área Plantada de Algodão no Estado do Paraná

(em mil hectares)

Safra	Área
1990/91	571,8
1991/92	709,0
1992/93	371,0
1993/94	241,0
1994/95	282,0
1995/96	197,4
1996/97	59,2
1997/98	116,6
1998/99	50,1
1999/2000	53,4

Fonte: CONAB, 2007.

O reflexo na produção foi dramático. De uma produção de 983,5 mil toneladas de algodão em caroço na safra de 1990/1991 viu-se a produção se limitar a 122,8 mil toneladas na safra 1999/2000, conforme tabela que segue.

Tabela 28 – Produção de Algodão em Caroço Estado do Paraná

(em mil toneladas)

Safra	Produção
1990/91	983,5
1991/92	957,1
1992/93	515,6
1993/94	430,2
1994/95	502,0
1995/96	341,5
1996/97	115,4
1997/98	184,2
1998/99	110,8
1999/2000	122,8

Fonte: CONAB, 2007.

Segundo dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, de um total de 400.000 bóias frias do Estado, aproximadamente 135.000 perderam sua ocupação na colheita do algodão. Adicionalmente, segundo a mesma fonte, 182.000 famílias de trabalhadores permanentes perderam suas posições⁸⁴.

Em movimento inverso, durante a década de 1990, o consumo industrial de algodão do Paraná cresceu significativamente. No ano 1992, segundo a mesma fonte, o Estado do Paraná consumiu 51.100 toneladas de algodão em pluma, o que representava aproximadamente 15% da produção própria. O excedente era vendido para indústrias têxteis dos demais Estados. Em 1999, o consumo foi de 72.800 toneladas de algodão em pluma, sendo que isto representa 187,6% da produção do Estado. Ao final da década de 1990, o

⁸⁴ Cf. Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Paraná – CLASPAR, 2006.

Paraná, que na década anterior fora um dos principais Estados produtores de algodão, era importador do produto⁸⁵.

O ALGODÃO NO CENTRO-OESTE

Em oposição ao abandono da cultura do algodão pelos pequenos e médios produtores das regiões tradicionais, grandes produtores do Centro-Oeste encontraram no algodão uma alternativa viável. De acordo com Sebastião Nogueira Jr. e Marisa Barbosa a produção sucessiva de soja levava ao esgotamento do solo e se percebeu que intercalar safras de soja com algodão conduzia ao aumento de produtividade:

“O novo cenário para a fibra [*algodão*] no Cerrado da Região Centro-Oeste começou a ser delineado a partir de 1989, quando os grandes produtores iniciaram a busca por alternativas à cultura da soja, que então apresentava baixa rentabilidade pelo uso contínuo do solo.” (NOGUEIRA Jr.; BARBOSA,2005:93)

Esta viabilidade só foi possível devido à produção baseada em grandes propriedades, onde as economias de escala remuneravam os investimentos realizados. Uma colheitadeira de algodão chegava a custar algumas centenas de milhares de dólares, sendo inviável para pequenos produtores, como afirma o Informe setorial do BNDES (1997):

“As colheitadeiras de algodão são todas importadas e podem alcançar US\$ 250 mil (modelos mais sofisticados). No mundo, são produzidas basicamente por duas firmas: Case e John Deere. O acesso a elas hoje é limitado aos produtores de grande porte que conseguem financiamento direto dos próprios fabricantes.” (BNDES, 1997:4)

⁸⁵ Cf. MASSUDA, 2005:62-63.

A região Centro-Oeste dispunha de terras mais baratas que as regiões Sul e Sudeste possibilitando a expansão da fronteira agrícola. A mecanização da produção do algodão demanda que as terras sejam planas. A topografia privilegiada da região permitiu a mecanização de todo o processo, inclusive da colheita. O clima propiciava a produção: “O clima e o relevo do Cerrado constituem fatores favoráveis à atividade. A ausência de chuvas na época da colheita - maio a julho - garante a qualidade do algodão, fundamental na formação do preço...” (NOGUEIRA Jr.; BARBOSA, 2005:93)

O algodão produzido de forma mecanizada apresenta qualidade e produtividade muito superiores ao produzido manualmente. A combinação de qualidade, produtividade, terras mais baratas e menor despesa com mão de obra criaram um diferencial competitivo. O custo de mão de obra na produção mecanizada é significativamente menor, como afirma Gervásio Rezende:

“... convém notar que existe uma diferença marcante entre as tecnologias aplicadas à lavoura do algodão nas diversas regiões do país. Enquanto nas regiões Sudeste e Sul o processo de colheita é manual, no Centro-Oeste, que é uma região de cultura mais recente, predomina amplamente a colheita mecânica. Em consequência, nas primeiras regiões o gasto com mão-de-obra temporária representa 40% do custo direto de produção do algodão, contra cerca de 3 a 4% nos casos do milho e da soja. Embora não sejam disponíveis dados equivalentes para a região Centro-Oeste, estima-se que a estrutura de custo nessa região seja semelhante à do milho e da soja, em virtude da mecanização da cultura.” (REZENDE et al., 1997:21)

Na nova cotonicultura implementada na região Centro-Oeste, os produtores passaram a beneficiar o algodão produzido e a vender a preços mais competitivos, seja diretamente à indústria ou por meio de bolsas de mercadorias, eliminando intermediários e aumentando ainda mais a vantagem competitiva em relação aos pequenos produtores das regiões tradicionais.

Dentro deste modelo, pequena e média propriedade são praticamente inviáveis. O Informe setorial do BNDES (1997) ilustra esta conjuntura:

“Nos últimos anos, com o crescimento da região Centro-Oeste tem surgido uma nova concepção da cotonicultura no Brasil. Grandes grupos (Maeda, Tadashi, Sachetti, Maggi) organizam todos os negócios feitos com o algodão, desde a sua produção, chegando até mesmo à fiação. Trata-se de uma cotonicultura competitiva, baseada no plantio em escala a partir de um elevado nível de mecanização na colheita.” (BNDES, 1997:3)

A tabela que segue mostra o crescimento da produção de algodão da região Centro-Oeste na década de 1990.

Tabela 29 – Evolução da Produção de Algodão no Centro-Oeste

(em mil toneladas)

Safra	Produção
1990/91	283,1
1991/92	264,0
1992/93	230,8
1993/94	309,1
1994/95	387,5
1995/96	364,7
1996/97	353,8
1997/98	609,7
1998/99	987,5
1999/2000	1.230,9

Fonte: CONAB, 2007.

Fazendo fronteira com a porção sul da Região Centro-Oeste fica o Paraguai, nosso maior fornecedor de algodão na década de 1990.

O ALGODÃO NO PARAGUAI

O Paraguai é beneficiado por um relevo plano e boa disponibilidade hidrográfica. Seu modelo econômico é fortemente baseado na agricultura exportadora. Em 2003, 43,8% da população vivia em áreas rurais⁸⁶, sendo que a agricultura empregava 36% da população economicamente ativa e os produtos agrícolas representaram 90% das exportações paraguaias⁸⁷. O mercado doméstico não tem capacidade de absorver a produção de algodão, de forma que 90% do algodão produzido é direcionado ao mercado externo⁸⁸. A baixa complexidade da economia paraguaia é ressaltada por Luís Caputo:

“La historia económica paraguaya muestra una economía relativamente simple, con escaso desarrollo de mercados y servicios, peculiarmente sustentada en la agricultura; siendo además importadora de manufacturas industriales e importadora neta de petróleo.” (CAPUTO, 1996:4)

A renda per capita⁸⁹ era de U\$ 1.040 em 2005. Esta baixa renda per capita é agravada pela má distribuição de renda. De acordo com a Análise Social do Paraguai, produzida pelo Banco Mundial (MARIÓ et al., 2004), com base em dados de 1998, os 10% da população de mais alta renda concentravam 43,8% da renda, enquanto os 10% de renda mais baixa

⁸⁶ Fonte: DGEEL - Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos del Paraguay, 2005.

⁸⁷ Fonte: MARIÓ, 2004:7.

⁸⁸ “Más del 90% de la producción de algodón es procesada para el mercado externo en el cual se oferta en forma de fibra, aceite, expeller y otros subproductos generando un importante ingreso de divisas a la economía nacional” (PARAGUAY, MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA, 2007:2)

⁸⁹ Fonte: World Bank, 2007. GNI per capita calculado com base no método Atlas do Banco Mundial.

detinham apenas 0,5%. A conseqüência é a disparidade na condição de vida nas diferentes regiões:

“HDI [Human Development Index, ano base 2000] disparities within Paraguay are striking. With an HDI score of 0.896, Asunción ranks in the same 22nd worldwide position as Israel, above Greece, Singapore and South Korea. A dozen of modern farming districts in Itapúa, Alto Paraná and eastern Caaguazú have HDI levels that match those of Poland, Chile, Uruguay and Costa Rica. On the other hand, the poorest municipality is comparable to 134th ranked Kenya, while 23 other districts score close to the HDI levels of India, Zimbabwe and Cambodia.” (MARIÓ et al., 2004:13)

A estrutura da produção rural paraguaia é baseada em grandes propriedades, com alta mecanização e estruturas empresariais que permitem alta produtividade e baixa alocação de mão de obra. São empresas que produzem e beneficiam o próprio algodão e dispõem de escalas para concorrer no mercado internacional. De acordo com Luís Caputo a produção de algodão é em grande parte resultado do investimento de empresas multinacionais:

“Por otra parte, la inserción de la propiedad de la tierra de los grupos económicos está muy vinculada a las empresas de tipo transnacional. En tal sentido, es preponderante la presencia de grandes establecimientos agropecuarios y forestales en la economía rural. En efecto, la estructura agropecuaria-exportadora está fuertemente dinamizada por capitales privados de corporaciones extranjeras. Así, para los caso de la soja y el algodón, el espectacular aumento de las áreas sembradas estuvo acompañada en la misma proporción por la participación de empresas transnacionales, en términos de inversión, tecnología y control de la comercialización de las exportaciones.” (CAPUTO, 1996:12)

De acordo com o IEL (2000:213), em abril de 1992, entidades de classe do segmento rural⁹⁰ encaminharam à Coordenação Técnica de Tarifas⁹¹ petição solicitando a abertura de investigação de sob a alegação de existência

⁹⁰ Organização das Cooperativas Brasileiras, Confederação Nacional da Agricultura e Sociedade Rural Brasileira.

⁹¹ Órgão governamental então responsável pelas ações de defesa comercial.

de subsídio por parte do governo paraguaio aos exportadores de algodão daquele país.

De acordo com a petição, o governo paraguaio garantia aos exportadores um preço mínimo de 0,43 guaranis por tonelada enquanto a cotação do algodão no mercado internacional convertida pela taxa de câmbio era equivalente a 0,27 guaranis por tonelada. O subsídio representava quase 60% do preço internacional.

De acordo com o IEL a Coordenação Técnica de Tarifas se mostrou incapaz de impor restrições às exportações de algodão paraguaias sob a alegação de que o dano ainda não estava realizado, e em seu parecer técnico afirma:

“De fato, a avaliação feita reflete, sobretudo, o fato de que não decorreu ainda tempo suficiente para que o alegado subsídio ao produto paraguaio pudesse ter tido algum impacto sobre as exportações ao Brasil e, conseqüentemente, sobre o desempenho da atividade produtora doméstica. [...] Consideramos oportuno aguardar informações adicionais e que ao mesmo tempo, seja realizado um acompanhamento das condições de mercado relativas ao produto em questão”. (Coordenação Técnica de Tarifas *apud* IEL, 2000:213)

Na Análise da Eficiência Econômica e da Competitividade da Cadeia Têxtil, o Instituto Euvaldo Lodi associa o crescimento da importação do algodão paraguaio à falta de intervenção da defesa comercial brasileira:

“Por não se adotarem medidas profiláticas às importações de algodão, por força do subsídio, cresceram acentuadamente em 1992. Houve, em 1992, um alto coeficiente das importações de algodão em pluma paraguaio sobre a produção e consumo doméstico, justificado no diferencial entre os preços do produto originário do Paraguai, internado, e os praticados no mercado interno.[...] Ao ser denunciado o subsídio, as entidades peticionárias pediram medidas provisórias para evitar o dano, já com os primeiros sinais de que haveria aumentos significativos nas importações do produto paraguaio. Entretanto, a autoridade investigadora julgou ‘prematura’ a adoção de medidas cautelares.” (IEL, 2000:213)

Diversos fatores beneficiavam a competitividade de custo e qualidade do algodão paraguaio em relação ao produto brasileiro:

- Uma topografia que permite a mecanização;
- Disponibilidade de terras agricultáveis;
- Um clima propício ao algodão;
- Mão de obra barata;
- Investimento e tecnologia de empresas multinacionais;
- Facilidades aduaneiras, logísticas e burocráticas decorrentes do Mercosul.

O subsídio e apoio governamental aumentaram este desequilíbrio, fazendo com que o Paraguai se tornasse o maior exportador de algodão para o Brasil na década de 1990. Considerado o período de 1990 a 1999 o Paraguai exportou para o Brasil 761.655 toneladas de algodão⁹² (uma média anual de 76.165 toneladas por ano) a um custo total superior a um bilhão de dólares.

⁹² Fonte: MDIC, 2007.

Considerando que a produtividade média do Brasil na década de 1990 foi de 4,155 toneladas por trabalhador⁹³, pode-se afirmar que devido às importações paraguaias o Brasil “exportou” 18.331 empregos⁹⁴ para o Paraguai no decorrer da década de 1990.

Ao sul do Paraguai fica o segundo maior exportador de algodão para o Brasil na década de 1990, a Argentina.

O ALGODÃO NA ARGENTINA

A produção de Algodão na Argentina se realiza na faixa compreendida entre o Trópico de Capricórnio e o paralelo 31° de latitude sul, com concentração nas Províncias de Chaco, Formosa, Santa Fé, Santiago del Estero e Corrientes.

O perfil da produção de algodão na Argentina acompanha a tendência de concentração em grandes propriedades, com mecanização e integração de produção agrícola e beneficiamento, como afirma Cristina Valenzuela:

“La producción algodonera se expandió en volumen, mediante la difusión - en las explotaciones medianas y grandes - de sistemas mecanizados de cosecha, la introducción de nuevas variedades de mayor rendimiento, calidad y precocidad en su desarrollo y la ampliación del parque industrial de primera transformación.”
(VALENZUELA,2005:5)

⁹³ A produtividade média de 4,155 toneladas por trabalhador foi calculada tomando por base o coeficiente técnico de produtividade de um trabalhador para cada três hectares, (Fonte: IEL, 2000:35.) combinado com o rendimento médio nacional de algodão em pluma para a década de 1990 de 1,385 toneladas por hectare. Fonte: CONAB, 2007.

⁹⁴ O total de 18.331 trabalhadores foi apurado pela divisão da importação média de 76.165 toneladas pela produtividade média de 4,155 toneladas por trabalhador.

De acordo com Roberto Bisang, a concentração é verificada em toda agricultura argentina, representando uma mudança do referencial produtivo em curso nas últimas décadas. Esta nova conjuntura foi caracterizada pela internacionalização por meio da difusão das tecnologias e processos de produção mais desenvolvidos estabelecendo uma nova forma de organização da produção. O uso de sementes transgênicas e a participação do capital internacional são enfatizados:

“El proceso de rápida adopción local de técnicas desarrolladas en el exterior – que rememora lo ocurrido en la sociedad local un siglo atrás – con la necesaria adaptación y aplicación a las especificidades locales está centrado en las diversas biotecnologías aplicadas a la producción primaria y tiene su epicentro, por el momento, en la difusión exponencial del uso de semillas transgénicas en cultivos de alto impacto sobre la actividad interna y el comercio internacional, bajo una lógica ahorradora de costos. Este proceso se lleva a cabo, en gran medida, a través la fuerte presencia de empresas de capital internacional ubicadas en sectores claves de los diversos tramados agroalimentarios.” (BISANG, 2005:26)

Cristina Valenzuela confirma a importância do uso de sementes geneticamente modificadas na produção do algodão argentino:

“El acelerado crecimiento de la producción argentina se apoya en la incorporación de tecnología (vía insumos) y en los cambios en las formas de organización de la producción con la difusión de los organismos genéticamente modificados.” (VALENZUELA,2005:10)

O governo argentino desenvolveu mecanismos para apoiar o acesso do produtor local aos meios de capacitação tecnológica. Entre as concessões, existia a isenção de impostos na importação de máquinas e equipamentos⁹⁵. Visando não prejudicar os fabricantes argentinos de bens de

⁹⁵ “Enmarcado en el objetivo de provocar un shock de capitalización tecnológica, ya desde inicios de los noventa se permitió la importación sin arancel de estos equipamientos, lo cual redujo sus precios relativos favoreciendo su incorporación.” (BISANG, 2005:15)

capital, o governo concedeu subsídios à indústria nacional na mesma proporção da isenção concedida nas importações de equipamentos⁹⁶.

O volume de algodão importado pelo Brasil proveniente da Argentina no período 1990/1999 superou 674.000 toneladas e custou mais de um bilhão de dólares em divisas brasileiras⁹⁷.

O SUBSÍDIO ESTADUNIDENSE

O preço do algodão no mercado internacional não pode ser considerado um preço sujeito ao livre mercado. Os Estados Unidos concedem pesados subsídios aos produtores de algodão. A rodada Uruguai do General Agreement on Tariffs and Trade – GATT fracassou na sua tentativa de reduzir estes subsídios.

A produção estadunidense de algodão, em 2002 encontrava-se distribuída em aproximadamente 25 mil fazendas, cobrindo uma área cultivada de aproximadamente 13 milhões de acres. Seu governo possui uma série de programas que tem por objetivo preservar a produção agrícola protegendo o nível de renda dos produtores em um patamar estável. Estes programas de subsídio são autorizados pelo Congresso em legislações conhecidas por *Farm Bills*. Os subsídios do algodão estadunidense existem desde a década de

⁹⁶ “Sumado a ello y a fin de no desbalancear la posición de las empresas productoras locales, se instrumentó un reintegro para la ventas que estas firmas realizaran al mercado interno por un monto equivalente a la desprotección efectiva que les ocasionaba la liberación arancelaria.” (BISANG, 2005:15)

⁹⁷ Fonte: MDIC, 2007.

1960, e de tempos em tempos tem a sua mecânica ajustada às condições de mercado⁹⁸.

O governo estadunidense oferece seis formas mais importantes de subsídio ao produtor de algodão:

- Financiamento à produção com preço ajustável (*Marketing Assistance Loan Program*);
- Os pagamentos diretos (*Direct Payments Program*);
- Os pagamentos contra cíclicos (*Counter-Cyclical Program*);
- Os seguros de safra (*Crop Insurance e Crop Disaster Payments*);
- *Upland Cotton User Marketing Certificates* também conhecido como step two;
- A garantia de crédito de exportação (*Export Credit Guarantees*).

A primeira forma de subsídio é o financiamento à produção com preço ajustável (*Marketing Assistance Loan Program*). O U.S. Department of Agriculture, o equivalente estadunidense ao Ministério da Agricultura, concede financiamentos para a comercialização da safra, permitindo que os produtores paguem suas dívidas por um valor inferior ao recebido, na hipótese do preço do algodão cair no mercado internacional.

Isto traz uma dupla segurança aos agricultores estadunidenses. Além de captar recursos a taxas de juros simbólicas, estão protegidos das oscilações de mercado. Se o produtor optar por não tomar o empréstimo

⁹⁸ Cf. WOMACH, 2004:4.

governamental ele não perde o direito de receber a compensação pela queda do preço do algodão no mercado. De acordo com Paul Westcott e Edwin Young:

“Marketing loans provide another type of coupled benefit by raising farmers’ revenues for current production when market prices are low. When commodity prices are below commodity loan rates, program benefits augment market receipts and, thus, create an incentive to produce specific crops.” (WESTCOTT, YOUNG, 2004:10)

A segunda modalidade é uma cota fixa por área plantada indiferente de condições de mercado (*Direct Payments Program*)⁹⁹. Dentro deste programa de pagamentos diretos, o produtor recebe um multiplicador em dólares aplicado sobre 85% de sua produção histórica de algodão. Estes pagamentos não são ligados à produtividade atual ou aos preços de mercado, os produtores não são nem mesmo obrigados a produzir algodão. O único limite está um teto anual de US\$ 40.000,00 por agricultor.

A terceira modalidade é um subsídio contra cíclico (*Counter-Cyclical Program*)¹⁰⁰. O agricultor recebe a diferença entre o preço de mercado e um preço alvo previamente definido pelo governo estadunidense. Os pagamentos dentro do programa contra cíclico, da mesma forma que os pagamentos diretos, não exigem que o agricultor produza efetivamente o algodão, recebendo a diferença entre o preço de mercado e um preço alvo, estabelecido pelo governo estadunidense, sobre 85% de sua produção histórica.

⁹⁹ Cf. WOMACH, 2004:19.

¹⁰⁰ Cf. PLATO et al., 2007:4.

A quarta modalidade de subsídio estadunidense ao algodão é a concessão de seguro à safra (*Crop Insurance e Crop Disaster Payments*)¹⁰¹. O governo estadunidense oferece diversas modalidades de apólices de seguro com custos subsidiados, para proteger os produtores contra adversidades. O Federal Crop Insurance Corporation – FCIC, agência do Governo estadunidense, oferece apólices de seguro contra perdas provenientes de oscilação de preços e de produtividade.

Os prêmios cobrados pelas apólices de seguro são significativamente menores que as indenizações pagas, fazendo com que o governo estadunidense suporte a carga financeira, subsidiando a produção. Este seguro, na prática, elimina toda a possibilidade de perda por parte do agricultor, na medida em que, com o estabelecimento de uma base segurada de preço mínimo e produtividade mínima, se estabelece de antemão um patamar de renda mínima para o produtor, proporcional à área plantada.

A quinta modalidade tem por objetivo oferecer competitividade nos mercados internacionais a produtos que em condições normais não teriam. O programa *Upland Cotton User Marketing Certificates*, também conhecido como *Step two* envolve o pagamento da diferença entre o preço interno do algodão e o internacional, promovendo a estabilização do preço no mercado doméstico estadunidense. O subsídio se estende aos consumidores, uma vez que indústrias têxteis que adquirem o produto estadunidense são beneficiárias do subsídio. Torna-se economicamente mais interessante comprar algodão

¹⁰¹ Cf. HARWOOD et al., 1999:48.

produzido em solo estadunidense, mesmo que o preço seja mais alto que o oferecido por um produtor de outra origem. Nas palavras de Jasper Womach: “... the subsidy payment to buyers makes higher-priced U.S. cotton competitive in the marketplace with lower-priced foreign cotton.” (WOMACH, 2004:24)

A sexta modalidade é o Programa de Crédito Garantido para Exportações (*Export Credit Guarantees*)¹⁰², que oferece financiamento para importadores de algodão estadunidense com prazos estendidos e taxas de juros subsidiadas.

Uma evidência das distorções geradas pelo subsídio estadunidense ao algodão pode ser encontrada na disputa provocada pelo Brasil junto à Organização Mundial do Comércio – OMC¹⁰³, em 2002. O Brasil apresentou uma reclamação contra o mecanismo de subsídio estadunidense, alegando que estes distorcem o preço internacional do algodão, prejudicando os produtores brasileiros e aumentando significativamente a participação dos Estados Unidos no mercado global.

A reclamação brasileira alegava que o governo estadunidense progressivamente duplicou o nível de subsídio concedido aos produtores de algodão, o que não estaria protegido pela “*peace clause*” do acordo sobre agricultura da Organização Mundial do Comércio. O “*peace clause*” protege, perante a Organização Mundial do Comércio - OMC, países que subsidiem

¹⁰² Cf. ACKERMAN et al., 1985:11.

¹⁰³ Cf. OMC – Dispute DS267, 2007.

seus produtores locais, desde que os subsídios concedidos estejam em níveis iguais ou inferiores aos de 1992.

Em 26 de abril de 2004, um painel arbitral decidiu em favor do Brasil e contra os subsídios estadunidenses, afirmando que estes efetivamente impunham prejuízos ao Brasil e deveriam ser revistos.

De acordo com Jasper Womach, no período compreendido entre 1991 e 2003, os produtores estadunidenses de algodão receberam na forma de subsídios um valor médio de aproximadamente US\$ 0,21 por libra-peso de algodão produzido. Considerando que o preço de mercado do algodão no mesmo período foi de US\$ 0,57 por libra-peso, isto implica em uma receita média de US\$ 0,78 por libra-peso¹⁰⁴. O subsídio representa aproximadamente 27% da renda do produtor e aproximadamente 37% do preço de mercado do algodão.

A tabela que segue mostra como a combinação de faturamento proveniente da venda de algodão com os subsídios efetivamente recebidos estabilizou a renda dos produtores.

¹⁰⁴ Cf. WOMACH, 2004:13.

Tabela 30 – Composição da Renda do Produtor Estadunidense

Ano	Venda	Subsídio	Renda
1991	\$0,57	\$0,15	\$0,72
1992	\$0,54	\$0,27	\$0,81
1993	\$0,58	\$0,23	\$0,81
1994	\$0,72	\$0,03	\$0,75
1995	\$0,75	\$0,02	\$0,77
1996	\$0,69	\$0,10	\$0,79
1997	\$0,65	\$0,08	\$0,73
1998	\$0,60	\$0,26	\$0,86
1999	\$0,45	\$0,39	\$0,84
2000	\$0,50	\$0,31	\$0,81
2001	\$0,30	\$0,43	\$0,73
2002	\$0,43	\$0,37	\$0,80
2003	\$0,64	\$0,10	\$0,74

Fonte: WOMACH, 2004:10.

Diversos estudos tentam mensurar o impacto dos subsídios no preço internacional do algodão e em sua produção. Utilizando diferentes metodologias, e com base em conjuntos diversos de premissas, são obtidos resultados diferentes apesar de que são unânimes em concordar que os subsídios têm impacto significativo, tanto em preço quanto nas exportações estadunidenses.

Em um estudo desenvolvido por Daniel Sumner da Universidade da Califórnia intitulado *“A quantitative simulation analysis of the impacts of the US Cotton subsidies on Cotton prices and quantities”*¹⁰⁵ estima que se os subsídios estadunidenses à produção de algodão fossem retirados em 1999 a

¹⁰⁵ Cf. SUMNER, 2003.

exportação estadunidense cairia em 41,2% e os preços, no mercado internacional, subiriam 12,6%. O governo brasileiro usou este relatório em seu processo junto à Organização Mundial do Comércio - OMC.

Louis Goreux, em um relatório usado por países africanos¹⁰⁶ questionando os subsídios estadunidenses ao algodão perante a Organização Mundial do Comércio¹⁰⁷, conclui que os preços internacionais do algodão subiriam entre 13,3 e 17,6%, na ausência de subsídios, tomando por base a safra de 2001/2002.

Indiferente do estudo escolhido, os efeitos do subsídio estadunidense sobre o algodão foram indiscutivelmente onerosos ao produtor brasileiro durante a década de 1990. No período 1990/1999 o Brasil importou mais de 300.000 toneladas de algodão estadunidense, a um custo superior a quinhentos milhões de dólares¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Benin, Burkina Faso, Chad e Mali.

¹⁰⁷ Cf. GOREUX, 2003.

¹⁰⁸ Fonte: MDIC, 2007.

CAPÍTULO IV – A INDÚSTRIA TÊXTIL

Os diversos segmentos da indústria têxtil foram impactados em graus distintos de acordo com as suas especializações. Indústrias que destinavam parte de sua produção para o mercado externo na década de 1980, apesar de terem acesso ao mercado doméstico cativo e protegido, já desenvolviam a percepção da necessidade de se manter atualizadas do ponto de vista tecnológico.

Os subsídios e facilidades concedidos aos exportadores na década de 1980 eram usados para compensar a ineficiência no processo produtivo. Cabe ressaltar que as empresas exportadoras usualmente são as de maior porte devido às escalas de produção exigidas para amortizar os custos do envolvimento com o comércio exterior.

As indústrias que possuíam foco no mercado interno, em posição confortável pelas proteções tarifárias vigentes na década de 1980, sofreram o impacto de forma direta e contundente.

“A proibição das importações durante muito tempo, por um lado, protegeu a indústria nacional, mas também contribuiu para seu atraso tecnológico, dificultando ou impedindo a importação de equipamentos de maior desempenho. Nesse quadro de extremo protecionismo, apenas (ou principalmente) as indústrias ligadas à exportação procuraram manter-se atualizadas em termos tecnológicos, investindo na atualização de seu maquinário.” (GORINI; MARTINS, 1998:2)

Considerada em seu conjunto, a década de 1990 foi positiva para o setor têxtil. Tanto os segmentos de fiação, tecelagem como o de confecção

verificaram crescimento na produção medida pelo volume físico. A tabela seguinte mostra a variação do volume produzido pelos diversos segmentos:

Tabela 31 – Evolução da Produção Física da Indústria Têxtil Brasileira

(em mil toneladas)

Segmentos	1990	1999	Var %
Fiação	1.141	1.210	6,0%
Tecelagem	803	840	4,5%
Malharia	319	414	29,7%
Confecção	935	1.142	22,1%

Fonte: IEMI, 2000. – Elaboração própria.

Os segmentos de malharia e confecção tiveram crescimento mais significativo enquanto fiação e tecelagem verificaram evolução mais moderada. Estes números contrastam com a evolução na mão de obra empregada na indústria têxtil no mesmo período. Considerado o período 1990/1999 a mão de obra do setor têxtil foi reduzida em aproximadamente 42% conforme descrito na tabela seguinte.

Tabela 32 – Evolução da Força de Trabalho da Indústria Têxtil

(em milhares de trabalhadores)

Segmentos	1990	1999	Var %
Fiação	272	89	-67,3%
Tecelagem	402	97	-75,9%
Malharia	151	112	-25,8%
Confecção	1.755	1.204	-31,4%
Total	2.580	1.502	-41,8%

Fonte: IEMI, 2000. – Elaboração própria.

Este movimento inverso, onde o volume produzido cresce e a mão de obra diminui, espelha o aumento de produtividade tanto da indústria

têxtil como um todo, assim como de seus diversos segmentos. O aumento de produtividade expresso na relação de toneladas produzidas por trabalhador está apresentado na tabela que segue:

Tabela 33 – Evolução da Produtividade da Indústria Têxtil

(em toneladas produzidas por trabalhador)

Segmentos	1990	1999	Var %
Fiação	4,19	13,60	224,1%
Tecelagem	2,00	8,66	333,5%
Malharia	2,11	3,70	74,8%
Confecção	0,53	0,95	78,0%
Média Ponderada	1,24	2,40	93,7%

Fonte: IEMI, 2000. – Elaboração própria.

Todos os segmentos verificaram crescimento de produtividade, entretanto merece destaque o segmento de tecelagem, que no ano de 1990 produzia a uma proporção de duas toneladas por trabalhador. Ao fim da década esta relação era de oito toneladas por trabalhador.

Este processo de redução da mão de obra empregada em relação ao volume produzido foi contextualizado nos diferentes segmentos por realidades distintas. Do ponto de vista da indústria têxtil como um todo se verifica de forma concreta que mais de um milhão de trabalhadores perderam suas posições em um período que a indústria apresentou crescimento de volume produzido.

A indústria têxtil possui a característica de se concentrar geograficamente, formando pólos. Esta disposição física se explica por questões de logística operacional, na medida em que a proximidade facilita as

transações de aquisição de insumos em um setor que produz em cadeia. Assim, os pólos se especializam em determinadas linhas de produtos, e se tornam reconhecidos por esta especialidade. Este capítulo analisa o comportamento dos três maiores pólos têxteis brasileiros, focando em suas especialidades. Os pólos de Americana, Santa Catarina e do Ceará possuem especialidades distintas. O de Americana tem como principal produto os tecidos provenientes de fibras químicas. O Pólo de Santa Catarina se especializou em malharia de algodão assim como na confecção de artigos de cama mesa e banho, enquanto o Pólo de Fortaleza tem seu ponto forte na fiação e tecelagem de algodão, com ênfase no índigo (jeans).

A indústria têxtil nacional é composta por empresas dos mais diversos portes e especialidades produtivas e se encontra distribuída por praticamente todo o território nacional. Dentro de cada um dos estados onde se situam os pólos, existem empresas de especialidades diferentes daquela típica tratada neste trabalho. A escolha dos três maiores pólos com ênfase em sua especialidade não pressupõe a inexistência de outros pólos ou de empresas isoladas geograficamente, nem mesmo diminui sua importância.

O PÓLO DE AMERICANA

A perda de competitividade no segmento de fibras químicas diante da abertura comercial da década de 1990 foi dramática. A situação do Pólo Têxtil de Americana reflete o impacto no segmento. De acordo com o Sindicato das Indústrias Têxteis de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara

do Oeste e Sumaré, em 1990 existiam 1.496 empresas de diversos portes. Em 1996, restavam apenas 620 empresas¹⁰⁹.

O pólo têxtil localizado no interior de São Paulo conhecido como Pólo Têxtil de Americana é responsável por aproximadamente 85%¹¹⁰ da produção brasileira de tecidos planos que utilizam fibras artificiais e sintéticas.

A origem do setor têxtil em Americana se dá em fins do século XIX quando imigrantes estadunidenses estabeleceram na região o cultivo de algodão de alta qualidade. Indústrias têxteis foram instaladas aproveitando a proximidade da produção de matéria prima. A fartura de recursos hidráulicos viabilizava a construção de hidrelétricas.

Em meados do século XX, o desenvolvimento das fibras químicas viabilizou a especialização das empresas do setor neste tipo de produto, reduzindo a importância local dos tecidos de algodão. Desde então, o Pólo Têxtil de Americana é conhecido por sua especialidade em tecelagem plana utilizando-se de fibras químicas.

Uma característica relevante do Pólo Têxtil de Americana é a grande heterogeneidade das empresas considerando seu porte. Existem desde pequenas empresas com características familiares até grupos multinacionais.

¹⁰⁹ Fonte: SINDITEC, 2007.

¹¹⁰ Fonte: BNDES, 2001:13.

O Pólo de Americana, refletindo a situação do setor têxtil nacional, se encontrava defasado do ponto de vista tecnológico. De acordo com Ana Paula Gorini e Renato Martins:

“As pequenas e médias empresas, cuja atuação se restringia ao mercado interno, normalmente limitado a uma base geográfica muito reduzida, apresentavam (e muitas ainda apresentam) um parque fabril bastante atrasado tecnologicamente. Estas empresas foram as mais atingidas pelo grande aumento das importações, principalmente de tecidos artificiais e sintéticos e de confeccionados provenientes dos países asiáticos.” (GORINI; MARTINS, 1998:2)

Com a abertura comercial da década de 1990, o Pólo de Americana sofreu um forte impacto. No início da década, o pólo produzia aproximadamente 100 milhões de metros lineares de tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas¹¹¹. Em meados da mesma década, este volume caiu pela metade, sendo o abastecimento do mercado doméstico atendido pelas importações de produtos asiáticos. Os produtos chineses eram produzidos com vantagens significativas:

- Tecnologia em estado de arte enquanto a indústria local se encontrava defasada;
- Grandes economias de escala, enquanto a indústria nacional apresentava pulverização na produção;
- Acesso a capitais a um custo incomparavelmente menor que a indústria nacional;
- Baixo custo da mão de obra chinesa comparativa com a local.

¹¹¹ Fonte: SINDITEC, 2007.

- Inexistência de encargos sociais e previdenciários contrastando com os altos encargos trabalhistas brasileiros.

O embate de Americana com os produtos chineses se verificou logo no início da década de 1990, quando foi implementado um cronograma de redução das alíquotas de imposto de importação¹¹². O tributo sobre as importações de tecidos baseados em fibras químicas foi reduzido de 70% para 18%, que era a Tarifa Externa Comum do Mercosul¹¹³.

A perda de competitividade do produto nacional era evidente. Produtos asiáticos eram importados a preços inferiores ao custo de produção nacional. Em um primeiro momento as importações se concentravam em tecidos, rapidamente evoluindo para a importação de confecções, afetando assim todo o espectro de empresas do segmento.

Os tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas, principais produtos do Pólo de Americana, foram os mais atingidos. A tabela que segue mostra a evolução das importações brasileiras de tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas.

¹¹² Cf. Portaria MEFP nº 58, de 31/01/1991.

¹¹³ Cf. Decreto nº 1.343, de 23/12/1994.

Tabela 34 – Evolução das Importações Brasileiras de Tecidos Químicos

(em toneladas)

Ano	Importações
1991	3.201
1992	2.556
1993	8.135
1994	24.413
1995	45.583
1996	31.749
1997	35.796
1998	25.105
1999	28.008

Fonte: ABRAFAS, 2007.

Com a competição dos tecidos importados da Ásia muitas empresas não tiveram condição de permanecer no mercado. As de menor porte e detentoras de menor acesso aos capitais exigidos para as adaptações necessárias foram as que sentiram este impacto de forma mais contundente.

De acordo com o BNDES:

“A região de Americana foi atingida pelas importações dos tecidos asiáticos, que chegavam ao Brasil com preços bem abaixo do custo de produção de um similar nacional, fato que deu margem a um período bastante crítico na região, principalmente por esta ser constituída de pequenas e médias empresas que se viram, em grande parte, inviabilizadas de continuarem em funcionamento.”
(BNDES, 2001:14)

Conforme a tabela que segue, pode se verificar o dramático processo de redução no número de empresas de tecelagem plana baseadas em fibras químicas do pólo de Americana.

Tabela 35 – Empresas Têxteis no Pólo de Americana

Ano	Nº Empresas
1990	1.486
1991	1.375
1992	1.223
1993	1.199
1994	830
1995	778
1996	620
1997	646
1998	665
1999	703

Fonte: SINDITEC, 2007.

Iniciou-se um processo de busca do aumento da competitividade interna do segmento, uma vez que por se tratar de um pólo industrial integrado, existe grande interdependência na produção de insumos. Cada participante do pólo se sentia ameaçado pela concorrência asiática e ao mesmo tempo usava a referência dos baixos preços dos produtos importados para pressionar seus fornecedores.

De acordo com o BNDES, a dificuldade de acesso a linhas de crédito por parte do setor têxtil foi um problema real, agravado no caso das empresas de menor porte:

“A indisponibilidade de recursos é fator preocupante, principalmente para as pequenas e médias empresas que encontram grandes dificuldades em obter financiamento, mesmo através de repasse do BNDES. Os investimentos inferiores a R\$ 7 milhões são feitos através de agentes financeiros. Naturalmente bancos repassadores de recursos do BNDES adotam uma postura extremamente cautelosa no financiamento da pequena e média empresa. Portanto, financiamentos com prazos de amortização de 4 a 6 anos tornam-se um grande risco para o agente financeiro, ainda mais em um setor que passa por dificuldades. No caso da indústria têxtil, os bancos repassadores de crédito do BNDES passaram a exigir garantias reais que inviabilizam a maioria das operações.”(BNDES, 2001:22)

As empresas de maior porte que dispuseram de capitais e capacidade de se estruturar iniciaram um processo de investimento em tecnologia e maquinário de última geração, que apesar de aumentar a sua produtividade apresentou resultados negativos no emprego. As máquinas mais modernas necessitavam de muito menos mão de obra.

Desta forma o impacto no trabalho foi negativo pelas duas abordagens. Muitas empresas fecharam suas portas ou diminuíram sua produção demitindo trabalhadores. As que sobreviveram tiveram que investir em tecnologia, trazendo como consequência menor demanda de mão de obra, redundando em mais demissões.

Todo este processo foi realizado sem coordenação ou requalificação da mão de obra dispensada. A busca do “choque de competitividade” que justificava a abertura radical da economia não foi acompanhada de mecanismos de adaptação ou acomodação.

O resultado foi um grande desarranjo da estrutura sócio econômica da região. O desemprego tomou proporções alarmantes. De acordo com dados do Sindicato das Indústrias Têxteis de Americana, Nova Odessa,

Santa Bárbara do Oeste e Sumaré – SINDITEC, os empregos diretos na região foram severamente afetados. A tabela que segue mostra que de 31.057 empregos diretos existentes em 1990, apenas 16.859 existiam em 1999.

Tabela 36 – Evolução dos Empregos da Indústria Têxtil de Americana

Ano	Empregos
1990	31.057
1991	26.698
1992	23.895
1993	20.616
1994	19.684
1995	17.743
1996	13.418
1997	14.093
1998	15.300
1999	16.859

Fonte: SINDITEC, 2007.

O desemprego nestas proporções, em uma região onde a principal atividade é a indústria têxtil, traz impacto imediato na atividade econômica. Verificou-se inadimplência generalizada, degradação do comércio local e queda na arrecadação tributária, com todas as implicações sociais resultantes.

Iniciaram-se articulações, envolvendo entidades patronais, sindicatos de trabalhadores e políticos dos âmbitos municipal, estadual e federal, buscando pressionar o Governo Federal por salvaguardas de proteção à indústria de tecidos químicos.

A articulação conseguiu visibilidade quando em 18 de maio de 1995, em manifestação, trabalhadores, representantes da indústria têxtil do Pólo de Americana e políticos locais tomaram a via Anhangüera, e paralisaram o trânsito de veículos por meia hora. A mobilização obteve o resultado de trazer a atenção da opinião pública para a crise têxtil. A edição do jornal Folha de São Paulo, do dia seguinte, descreve o ocorrido:

“Terminou em pancadaria um protesto envolvendo aproximadamente mil pessoas, ontem, entre empresários e trabalhadores do setor têxtil da região de Americana (30 km de Campinas) contra o governo federal. Os manifestantes, acompanhados de vereadores e do prefeito de Americana, Frederico Pollo Muller (PSDB), tentaram paralisar o trânsito da rodovia Anhanguera, no km 120, e acabaram entrando em confronto com a PM. [...] A manifestação foi organizada em sinal de protesto contra a negativa do governo de negociar um aumento nas alíquotas (taxas de importação) dos tecidos sintéticos importados da Ásia.” (CAMARGO, 1995:2)

Diante da pressão política, formou-se no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Suprapartidária em Defesa do Setor Têxtil, presidida pela Senadora Benedita da Silva, que descreveu os problemas apresentados pelos representantes do setor:

“A aflição da coletividade setorial nacional, envolvendo empresários e trabalhadores - estes últimos em número aproximado de 3 milhões de pessoas; o fechamento de fábricas e demissões maciças de trabalhadores, caracterizando quadro de recessão; os números assustadores de importações praticadas a partir de diversas irregularidades como: dumping, subfaturamento, subsídios e salários miseráveis foram alguns dos problemas colocados pelos representantes da indústria têxtil e de confecções, durante o encontro.” (SILVA, 1995)

De acordo com a Senadora Bendita da Silva, os pleitos do setor envolviam¹¹⁴:

- Eliminação do prazo de financiamento das importações de produtos têxteis e confecções que concorrem em situação privilegiada com o produto nacional, financiado a juros elevadíssimos;
- Racionalização da tributação e dos juros para estimular investimentos, eficiência e competitividade, visando elevar capacidade de concorrência.
- Criação de uma política setorial têxtil, capaz de promover o desenvolvimento sustentado do setor;
- Instituição de linha de crédito e financiamento para investimentos no setor, a juros de mercado internacional;
- Criação de Fundo para viabilizar as pequenas e microempresas, buscando reduzir a informalidade;
- Isenção de impostos de importação de equipamentos, máquinas, materiais e acessórios, utilizados no processo produtivo.

A repercussão do protesto atingiu o governo federal que em agosto de 1995 aumentou temporariamente a alíquota de imposto de importação¹¹⁵ de 18% para 70%. Esta alíquota era caracterizada como uma

¹¹⁴ Cf. SILVA, 1995.

¹¹⁵ Cf. Portaria MF nº 201, de 10/08/1995.

exceção temporária à Tarifa Comum do Mercosul e em 1996 retornou aos níveis de 18%.

Como compensação pelo fim da alíquota protecionista temporária, em maio de 1996, foram estipuladas cotas de importação¹¹⁶ para produtos têxteis provenientes da República Popular da China. O sistema de cotas prevaleceu até o fim da década de 1990.

O BNDES estabeleceu um Programa de Apoio ao Setor Têxtil que vigorou de 20/05/1996 a 30/06/1998, concedendo financiamentos visando a modernização tecnológica das empresas. Dentro do Programa foram concedidos créditos em montante superior a 600 milhões de reais às empresas do setor¹¹⁷.

De uma média mensal de 100 milhões de metros lineares de tecidos produzidos no período 1990/1992, o pólo atingiu o auge da crise no período de 1993/1995 produzindo uma média mensal de apenas 45 milhões de metros¹¹⁸.

A partir de 1995, a produção interna voltou a crescer. A alíquota protecionista de 70% mesmo que temporária teve efeito significativo. A dinâmica das importações exige prévio planejamento para que toda a logística

¹¹⁶ Cf. Portaria Interministerial MICT/MF nº 7, de 22/05/1996.

¹¹⁷ Cf. GORINI; MARTINS, 1998:5-6.

¹¹⁸ Fonte: SINDITEC, 2007.

de transporte seja elaborada e efetivada. A incerteza quanto à duração da alíquota elevada redirecionava as aquisições para o mercado doméstico.

Este movimento permitiu que a média mensal de produção evoluísse atingindo 65 milhões de metros em 1996, 90 milhões de metros em 1997, 130 milhões de metros em 1998 e 150 milhões de metros em 1999¹¹⁹.

Do ponto de vista da produção industrial o problema desapareceu. Grandes indústrias têxteis se tornaram maiores ainda, devido à diminuição no número de empresas do segmento. As empresas passaram por um período de intensivos investimentos em tecnologia, o que permitiu ganhos de produtividade e de escala.

A perda neste processo recaiu nas pequenas e médias empresas que foram expulsas do setor e no trabalhador da indústria têxtil. A automação dos processos posta em prática sob a pressão da ameaça das importações chinesas marcou um novo padrão industrial muito menos intensivo em mão de obra.

O nível de emprego não acompanhou a proporção do crescimento da produção. Entre 1990 e 1999 a produção de tecidos cresceu 50%, saindo de 100 milhões de metros lineares de tecidos em 1990 e atingindo 150 milhões de metros em 1999. No mesmo período, o emprego no segmento caiu de 31.057

¹¹⁹ Fonte: SINDITEC, 2007.

para 16.859, ou seja, uma redução de aproximadamente 45% da força de trabalho¹²⁰.

O PÓLO DE SANTA CATARINA

O Pólo Têxtil de Santa Catarina se localiza na região do Vale do Itajaí, abrangendo os municípios de Blumenau, Brusque, Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó. Trata-se de região colonizada por imigrantes alemães na segunda metade do século XIX.

A produção têxtil do Estado de Santa Catarina apresenta características muito diversas das encontradas no Pólo de Americana. A indústria catarinense possui duas especializações distintas: a produção de peças de vestuário baseadas em malhas de algodão e a confecção de itens de cama, mesa e banho.

O Estado de Santa Catarina já era exportador destes itens na década de 1980, o que induzia as empresas a se manterem relativamente atualizadas do ponto de vista tecnológico e administrativo. A tabela seguinte mostra a evolução das exportações catarinenses de itens de cama, mesa e banho assim como de malhas de algodão, na década de 1990.

¹²⁰ Fonte: SINDITEC, 2007.

Tabela 37 – Exportações Catarinenses de Confeccionados de Algodão

(em dólares estadunidenses)

Ano	Cama, Mesa e Banho	Peças de Vestuário
1990	139.232.490,00	87.335.687,00
1991	154.561.857,00	119.479.540,00
1992	169.061.434,00	135.351.241,00
1993	197.334.555,00	147.958.056,00
1994	178.497.446,00	114.742.810,00
1995	187.252.555,00	94.444.734,00
1996	186.524.834,00	70.056.394,00
1997	188.317.408,00	57.890.844,00
1998	153.310.114,00	51.078.874,00
1999	153.908.791,00	52.223.409,00

Fonte: MIDC, 2007. Elaboração Própria.

Dos dados apresentados na tabela anterior pode-se perceber que o segmento de cama, mesa e banho apresentou uma boa performance até o ano de 1997. No ano de 1998 foi verificado um recuo significativo. Em movimento semelhante, mas com maior intensidade, as exportações de peças do vestuário sofreram uma redução na segunda metade da década. A acirrada concorrência internacional pode ser creditada como um dos fatores para esta desaceleração no ritmo das exportações.

A exposição ao comércio exterior já existia para este segmento e a abertura comercial não foi traumática. Trata-se de um segmento eficiente, confeccionando produtos de reconhecida qualidade, de forma competitiva.

A visão do BNDES sobre o segmento de cama, mesa e banho brasileiro vai de encontro com a afirmação anterior. “Os exportadores nacionais têm grande competitividade nesse mercado, já tendo conquistado

reconhecimento entre os principais distribuidores externos pelos elevados padrões de qualidade.” (BNDES, 1998:15)

Esta posição destacada no mercado internacional foi conquistada e mantida durante a década de 1990, por um processo de constante atualização tecnológica. A pressão da concorrência internacional forçava o aumento de produtividade.

“... a produtividade média (índice de produção por empregado) cresceu no período considerado [1990-1997] em todos os segmentos, cabendo destacar que o maior incremento ocorreu no segmento cama (171%), enquanto que o menor aumento foi verificado no segmento banho (22%) no período em análise.” (BNDES, 1998:15)

O PÓLO DO CEARÁ

Empreendimentos industriais estabelecidos no Estado do Ceará gozam dos incentivos fiscais da SUDENE¹²¹, que concede entre outros benefícios a isenção de imposto de renda federal pelo prazo de até dez anos¹²².

Adicionalmente o Estado do Ceará desenvolveu a partir de 1979 um programa de atração de investimentos industriais, por meio da criação de um Fundo de Desenvolvimento Industrial¹²³ destinado a promover a industrialização do Estado.

¹²¹ Transformada em ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste pela Medida Provisória nº 2.156-005, de 24/08/2001. (Medida “Provisória” com a vigência determinada pelo Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.)

¹²² Cf. Capítulo I, página 41.

¹²³ Cf. Lei Estadual nº 10.367, de 07/12/1979.

Suportados pelo Fundo, diversos programas foram postos em prática, visando a implantação, ampliação, diversificação de produção e recuperação de empresas. Foram ainda estabelecidos incentivos específicos para as empresas industriais do setor têxtil¹²⁴.

Os benefícios oferecidos incluem:

- Diferimento do pagamento de até 75% dos impostos estaduais devidos, por prazos de até 20 anos, com três anos de carência.
- Financiamento de até 80% do investimento projetado, com até 10 anos de prazo. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional do Nordeste¹²⁵ administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil.
- Redução dos tributos municipais pelo prazo máximo permitido em legislação, extensivo aos empreiteiros e prestadores de serviço do projeto.
- Disponibilidade, por parte do governo estadual, de áreas para implantação do projeto industrial em regime de comodato.

Esta conjunção de incentivos, associada à abundância de mão de obra a baixo custo, além de uma localização geográfica estratégica para exportações aos mercados norte-americanos e europeus, atraiu o investimento de grandes empresas têxteis para o Estado.

¹²⁴ Cf. Governo do Estado do Ceará, 2007.

¹²⁵ Cf. Lei nº 7.827, de 27/09/1989.

O perfil destas empresas é de produção integrada, adquirindo o algodão, transformando em fios e posteriormente em tecido. As empresas de menor porte que se estabelecem na órbita das fiações e tecelagens integradas usualmente são confecções que adquirem o tecido diretamente do fabricante. O baixo investimento necessário na confecção incentiva a existência de empresas produzindo em escalas menores.

Muitas empresas já estabelecidas em outras regiões se transferiram para o Ceará, ou constituíram novas linhas de produção na busca dos incentivos oferecidos. Estabeleceram-se no Estado empresas de grande porte, atingindo significativas escalas de produção e especializadas na fiação de algodão e na produção de tecidos planos, de acordo com o BNDES:

“... houve um considerável aumento de participação do Nordeste na década de 90, especialmente na produção de fios e tecidos, cabendo destacar os grandes investimentos na produção em altas escalas de commodities de algodão, em plantas com operação verticalizada desde a abertura do algodão, passando pela fiação até o acabamento, produzindo tecidos planos de algodão, como, por exemplo, sarjas, indigo, tecidos para lençóis e malhas para confecção de camisetas.” (BNDES, 2000:33)

Este segmento do setor têxtil foi beneficiado pelas importações de algodão isentas de tarifa alfandegária. Muitas das fábricas são de constituição ou ampliação recente e já foram planejadas para a alta mecanização do processo produtivo e a baixa utilização de mão de obra. As empresas realizaram fortes investimentos tecnológicos e muitas delas obtiveram lucros significativos.

O Estudo do BNDES sobre o segmento têxtil que produz o Índigo cita: “Com relação à lucratividade, destacamos novamente a Vicunha Nordeste,

cujo lucro líquido cresceu à taxa acumulada de 173% entre 1995 e 1998, tendo o índice (lucro líquido/faturamento líquido) alcançado 6% em 1998” (BNDES, 1999:329)

A indústria cearense de fios e tecidos baseados no algodão conseguiu se adaptar à conjuntura da abertura comercial. A tabela seguinte mostra a evolução das exportações cearenses de fios e tecidos de algodão:

Tabela 38 – Exportações Cearenses de Fios e Tecidos de Algodão

(em dólares estadunidenses)

Ano	Exportações
1990	24.806.125,00
1991	28.501.805,00
1992	28.965.893,00
1993	34.731.304,00
1994	47.766.364,00
1995	62.322.780,00
1996	61.620.685,00
1997	42.754.012,00
1998	50.583.325,00
1999	44.616.154,00

Fonte: MIDC, 2007. Elaboração Própria.

As exportações se mantiveram em ritmo crescente até 1996, quando perderam o seu vigor e se verificou uma perda de posição. Entretanto considerando a evolução no período de 1990 a 1999, as exportações de fios e tecidos de algodão do Ceará apresentaram um crescimento de quase 80%.

CONCLUSÕES

- I. O desenvolvimento do presente trabalho confirmou a hipótese de pesquisa enunciada, na medida em que verificou a diferenciação do impacto da abertura comercial sobre os diversos segmentos do setor têxtil.

- II. De forma genérica, pode-se distinguir os segmentos do setor têxtil em dois grupos, tomando por referência a intensidade e a forma como foram impactados pela abertura comercial da década de 1990.

O primeiro grupo era composto por segmentos cuja sobrevivência foi ameaçada. Tratava-se de produtores que não possuíam tradição ou acesso ao mercado externo, e que com a abertura, perderam porção significativa de sua posição no mercado doméstico, até então cativa, devido às restrições a importações da década de 1980.

Os segmentos produtores de algodão e de tecidos baseados em fibras químicas são representantes deste primeiro grupo e assistiram significativos volumes de importações de seus produtos. Não detinham capacidade de acessar o mercado externo e não eram competitivos nem mesmo para atender a demanda doméstica, em um ambiente de liberalização do mercado. Perderam participação relativa no mercado local e foram expostos ao risco de desaparecimento, na falta de uma mudança paradigmática.

O segundo grupo era formado por segmentos que no fim da década de 1980 já possuíam tradição exportadora, assim como posição sólida no

atendimento do mercado doméstico. Os segmentos produtores de fios e tecidos de algodão representam este grupo. Não foram expostos a significativos montantes de importações com a abertura, e ainda conseguiram manter sua condição de exportadores, mesmo que sofrendo certos percalços¹²⁶. Sem menosprezar as dificuldades enfrentadas pelos representantes deste segundo grupo, não se tratava de risco de sobrevivência, mas risco de perda de fatia do mercado e rentabilidade.

III. Uma segunda distinção cabível é quanto à causalidade direta ou indireta do impacto.

Considerando o impacto direto da abertura como a perda de posição de mercado para um concorrente estrangeiro, pode-se afirmar que os segmentos com tradição exportadora se adaptaram mais rapidamente à abertura do mercado doméstico. Este foi o caso dos pólos têxteis de Santa Catarina e Fortaleza que sentiram o impacto de forma suave. Segmentos que até o início da década de 1990, direcionavam sua produção predominantemente ao mercado interno, como era o caso dos produtores de algodão e das indústrias de tecidos baseados em fibras sintéticas do Pólo de Americana, sofreram o impacto direto de forma contundente.

O impacto indireto da abertura comercial foi representado pela ameaça constante de a qualquer momento, qualquer produtor, de qualquer local do planeta, que tivesse condições de produzir de “forma mais eficiente” que o

¹²⁶ Cf. Tabela 37 (pg. 163) e Tabela 38 (pg. 167)

produtor local, inundasse o mercado doméstico com seus produtos. A perda de capacidade de atender o mercado doméstico implicaria naturalmente em falta de competitividade nas exportações.

Esta “forma mais eficiente” não significa exclusivamente o conceito *stricto sensu* de eficiência. Subsídios governamentais representam um sólido exemplo de mecanismo que distorce o conceito de eficiência. Parodiando David Ricardo: “Sob um sistema de comércio perfeitamente livre” isto não ocorreria. Mas ocorre no mundo real.

Este impacto indireto, resultado da ameaça constante, foi sentido em todos os segmentos do setor têxtil e pode ser creditado em boa dose à urgência do processo de modernização posto em prática na década de 1990 mesmo em segmentos que não percebiam com grande intensidade os impactos diretos da concorrência internacional.

IV. O novo perfil competitivo exigia acompanhar a produtividade em nível global e não local ou regional. Pelo fato de outros governos concederem subsídios aos seus produtores domésticos, para se manter no mercado, o produtor nacional teve que ser proporcionalmente mais eficiente para compensar o apoio recebido pelo concorrente estrangeiro.

A busca por eficiência e competitividade foi verificada desde o processo de produção do algodão, passando pelos processos de fiação, tecelagem e confecção. Toda a cadeia produtiva passou por uma transformação de proporções significativas.

Um processo de acelerado investimento em inovação e atualização de tecnologias e equipamentos foi implementado em todos os segmentos do setor. Na década de 1990, o aumento de produtividade do algodão, medido em toneladas produzidas por hectare, cresceu 114,1%¹²⁷ enquanto a produtividade da indústria têxtil, medida no número de toneladas produzidas por trabalhador cresceu 93,7%¹²⁸.

Seria um erro, entretanto associar o processo de modernização exclusivamente à abertura comercial, ou mesmo à exposição ao comércio internacional. O processo indutor da mecanização está associado à abertura de mercado, mas depois de posto em prática tomou vida própria e se transformou em um instrumento de maximização do lucro empresarial.

V. No tocante à política comercial externa brasileira pode-se dizer que a abertura comercial da década de 1990 significou a ruptura do modelo vigente, que até então mantinha um viés desenvolvimentista e protecionista visando à substituição de importações e, se possível, o incentivo às exportações.

O Brasil adotou o receituário do Consenso de Washington de forma radical, eliminando restrições tarifárias e não-tarifárias ao comércio internacional buscando um choque de eficiência e competitividade. O enfraquecimento do Estado resultante da longa crise econômica vivenciada na segunda metade

¹²⁷ Cf. Tabela 19 (pg. 117)

¹²⁸ Cf. Tabela 33 (pg. 149)

da década de 1980 quebrou as resistências à mudança de uma política de comércio exterior voltada ao desenvolvimento nacional para um modelo liberal.

Esta política de liberalização radical não levou em consideração que no plano das transações internacional, muitos dos parceiros comerciais do Brasil não seguiam as mesmas premissas liberais defendidas pelo Consenso. O produtor brasileiro foi exposto a concorrer com um produtor internacional que possuía tecnologias de produção muitíssimo mais avançadas, acesso a crédito a taxas de juros muito inferiores e ainda recebia subsídios governamentais.

A política comercial da década de 1990 foi marcada por falta de suporte técnico que justificasse os critérios de seleção das estratégias. A pressão política foi o instrumento de definição de quais setores seriam protegidos do comércio exterior e em que nível. A falta de clareza técnica na definição dos princípios que regem a política de comércio exterior é fator contraproducente e de incerteza. Mudanças de política externa comercial devem ser implementadas de forma planejada, anunciada e gradual para permitir que os diversos agentes se adaptem ao novo paradigma produtivo.

As políticas de comércio não devem ter por objetivo o atendimento a interesses privados, expressos na capacidade de articulação política ou em princípios teóricos, como o livre comércio ou o isolamento comercial. Devem ser estabelecidas visando o interesse nacional, indiferente de viés político ou ideológico.

A realidade do comércio internacional está longe de representar um livre mercado. Trata-se de um jogo de negociação de concessões e restrições. Para participar do jogo deve-se ceder algo, mas não mais que o necessário. Como exemplo de um ator com sucesso neste jogo tem-se a China, que usou para o seu benefício a abertura comercial de outros países, exercendo suas concessões no comércio exterior dentro de critérios que atendiam seus interesses. Não se trata de fechamento da economia, mas seletividade.

VI. O resultado concreto do conjunto de mudanças imposto ao setor têxtil brasileiro foi a eliminação de empregos, que tomou proporções dramáticas. O número de trabalhadores ocupados na produção de algodão foi reduzido em 57,5%¹²⁹ na década de 1990, enquanto na indústria a força de trabalho encolheu em 41,8%¹³⁰. São números significativos, considerando que no início da década entre a produção da fibra e a indústria, se contavam mais de três milhões de trabalhadores.

¹²⁹ Cf. Tabela 23 (pg. 122)

¹³⁰ Cf. Tabela 32 (pg. 148)

BIBLIOGRAFIA

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAFAS – Associação Brasileira de Produtores de Fibras Artificiais e Sintéticas. **Estatísticas**. Disponível em: <www.abrafas.org.br>. Acesso em: 04/01/2007.

ACKERMAN, Karen Z. et al. **Agricultural Export Programs**. Washington: United States Department of Agriculture, Agricultural Economic Report nº716, 1985.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **O Brasil e os Chamados Blocos Regionais**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, v.16, nº1, p.30-36, 2002.

ALCA – ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMERICAS. **Declaração de Princípios da Primeira Reunião de Cúpula das Américas**. 1994. Disponível em: <www.ftaa-alca.org>. Acesso em: 20/04/2007.

ALMEIDA, Paulo R. **Formação da Diplomacia Econômica do Brasil: As Relações Econômicas Internacionais do Império**. São Paulo: Senac, 2005.

BALSADI, Otavio V. et al. **Transformações Tecnológicas e a Força de Trabalho na Agricultura Brasileira no Período 1990-2000**. São Paulo: Agricultura em São Paulo, v.49, nº1, p.23-40, 2002.

BARBOSA, Rubens. **O Brasil e a Integração Regional: a ALALC e a ALADI (1960-1990)**. In: ALBUQUERQUE, José A. G. (Org.). **Sessenta anos de Política Externa Brasileira: 1930-1990. Diplomacia para o Desenvolvimento, Vol.II**. São Paulo: NUPRI, 1996.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. **Mitos da “Globalização”**. São Paulo: Estudos Avançados, v.12, nº32, p.125-186, 1998.

_____. **A ALCA e o Brasil**. São Paulo: Estudos Avançados, v.17, nº48, p.267-293, 2003.

BCB – Banco Central do Brasil. **Economia e Finanças – Séries Temporais**. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15/01/2007.

BISANG, Roberto. 2003. **Apertura Económica, Innovación y Estructura Productiva**. Buenos Aires: Desarrollo Económico. v.43, nº71, p.413-442, 2005.

BLINDER, Alan. **Is Government Too Political?** New York: Foreign Affairs, v.76, nº6, p.115-126, 1997.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Pólo de Tecelagem Plana de Fibras Artificiais e Sintéticas da Região de Americana**. Rio de Janeiro: Relatório Setorial nº2, 2001.

_____. **Panorama do Setor Têxtil no Brasil e no Mundo: Reestruturação e perspectivas**. Rio de Janeiro: BNDES Setorial nº12, 2000.

_____. **O Segmento de Índigo**. BNDES Setorial nº11, 1999.

_____. **O Setor de Cama, Mesa e Banho no Brasil**. Relato Setorial nº8, 1998.

_____. **Agroindústria**. Rio de Janeiro: Informe Setorial nº11, 1997.

_____. **Análise Conjuntural da Indústria Confeccionista Brasileira**. Rio de Janeiro: Informe Setorial nº9, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **L'essence du Néolibéralisme**. Paris : Le Monde Diplomatique, p.3, mars 1998.

- BOUZAS, Roberto. **El Mercosur Diez Años Después. ¿Proceso de Aprendizaje o Déjà Vu?** Buenos Aires: Desarrollo Económico, v.41, nº162, p.179-200, 2001.
- _____. **¿Puede Sobrevivir el MERCOSUR?** Distrito Federal, México: Perfiles Latinoamericanos - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, nº23, p.231-242, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira.** São Paulo: Revista de Administração de Empresas, nº8 p.11-27, 1963.
- _____. **O Plano Collor e a Volta da Inflação.** Porto Alegre: Indicadores Econômicos FEE, v.18 nº2, p.55-61, 1990.
- BRIGAGÃO, Clóvis; RODRIGUES, Gilberto M.A. **Política Externa Brasileira: da Independência aos Desafios do Século XXI.** São Paulo: Moderna, 2006.
- CAMARGO, Luciana. **Protesto Contra o Governo Termina em Pancadaria.** São Paulo: Folha de São Paulo: Caderno Dinheiro, p.2, Edição Nacional de 19/05/1995.
- CAPUTO, Luís. **Estimaciones y Características del Comercio Exterior en Paraguay. Implicancias para el desarrollo.** Asunción: BASE Investigaciones Sociales, Documento de Trabajo nº80, 1996.
- CERQUEIRA, Ceres Ayres. **Dívida Externa Brasileira – Processo Negocial 1983 – 1996.** Brasília: Banco Central do Brasil, 1996.
- CERVO, Amado L. **Relações Internacionais do Brasil: Um Balanço da Era Cardoso.** Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v.45 nº2 p.5-35, 2002.
- _____. **Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: Enfoque Paradigmático.** Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v.46, nº2, p.5-25, 2003.
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Central de Informações Agropecuárias.** Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: 23/01/2007.
- DELFIN NETTO, Antônio. **A Recuperação da Economia em 1980/1981.** Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1981.
- DGEEC – Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos del Paraguay. **Anuario Estadístico del Paraguay.** Asunción: 2005.
- DUPAS, Gilberto. **A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social.** São Paulo: Estudos Avançados, v.12, nº34, p.121-159, 1998.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Embrapa Algodão.** Disponível em: <www.embrapa.br>. Acesso em: 19/04/2007.
- ENGHDAHL, Frederick W. **A Century of War: Anglo-American Oil Politics and the New World Order.** London: Pluto 2004.
- ERBER, Fábio; CASSIOLATTO, José. **Política Industrial: Teoria e Prática no Brasil e na OCDE.** São Paulo: Revista de Economia Política, v.17, nº2, p.32-60, 1997.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890- 1920).** 5ª ed., São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.
- FLORENCIO, Sérgio A. L.; ARAUJO, Ernesto H.F. **Mercosul Hoje.** São Paulo: Alfa Omega, 1998.
- FMI – Fundo Monetário Internacional. **Data and Statistics.** Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: 12/04/2007.
- FU, Xiaolan. **Exports, Technical Progress and Productivity Growth in Chinese Manufacturing Industries.** Cambridge: University of Cambridge, Working Paper nº278, 2004.
- FUNCEX – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. **Base de Dados Estatísticos.** Disponível em: <www.funcex.com.br>. Acesso em: 27/11/2006.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GE, Wei. **Special Economic Zones and the Opening of the Chinese Economy: Some Lessons for Economic Liberalization**. Montreal: World Development – McGill University, v.27, nº7, p.1267-1285, 1999.

GONÇALVES, José S. **Crise do Algodão Brasileiro Pós-abertura dos Anos 90 e as Condiçõantes da Retomada da Expansão em Bases Competitivas**. São Paulo: Revista Informações Econômicas, v.27, nº3, p.7-25, março de 1997.

GOREUX, Louis. **Prejudice Caused by Industrialized Countries Subsidies to Cotton Sectors in Western and Central Africa. Background document to the submission made by Benin, Burkina Faso, Chad and Mali to the WTO**. Geneva: World Trade Organization, 2003.

GORINI, Ana P.; SIQUEIRA, Sandra H. **Tecelagem e Malharia**. Rio de Janeiro: BNDES, 1998.

_____.; _____. **O Segmento de Fiação no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.

_____.; MARTINS, Renato F. **Novas Tecnologias e Organização do Trabalho no Setor Têxtil: Uma Avaliação do Programa de Financiamentos do BNDES**. Rio de Janeiro: Revista do BNDES, nº10, 1998.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Guia do Investidor**. Disponível em: <www.ceara.gov.br>. Acesso em: 01/03/2007.

HABERMAS, Jürgen. **A Era das Transições**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003.

HARDING, Harry. **A Fragile Relationship: the United States and China Since 1972**. Washington: Brookings Institution Press, 1992.

HARWOOD, Joy et al. **Managing Risk in Farming: Concepts, Research, and Analysis**. Washington: United States Department of Agriculture, Agricultural Economic Report nº774, 1999.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

HOMEM DE MELO, Fernando. **O Plano Real e a Agricultura Brasileira: Perspectivas**. São Paulo: Revista de Economia Política, v.19, nº4, p.146-155, 1999.

HU, Zulu ;KHAN, Mohsin S. **Way Is China Growing So Fast?** Washington: IMF, 1997.

IANNI, Octávio. **As Ciências Sociais na Época da Globalização**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.13, nº37, p.33-41, Junho de 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18/01/2007.

IEL – INSTITUTO EUVALDO LODI. **Análise da Eficiência Econômica e da Competitividade da Cadeia Têxtil Brasileira**. Brasília: IEL/CNA/SEBRAE, 2000.

IEMI – Instituto de Estudos e Marketing Industrial. **O Setor Têxtil e Confeccionista Brasileiro: Perfil, Dimensões e Tendências**. São Paulo: IEMI, 2000.

IFC – INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. **China's Emerging Private Enterprises: Prospects for the New Century**. Washington, 2000.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajectoria Política do Brasil: 1500 – 1964**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

KUME, Honório. **A política de Importação no Plano Real e a Estrutura de Proteção Efetiva**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão nº423, 1996.

LAFER, Celso. **Brasil: Dilemas e Desafios da Política Externa**. São Paulo: Estudos Avançados, v.14 nº38, p.260-267, 2000.

LEVINE, Steven I. **Perception and Ideology in Chinese Foreign Police**. In: ROBINSON, Thomas W.; SHAMBAUGH, David L. (Orgs.) *Chinese Foreign Policy: Theory and Practice*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

LOPES, Mauro R. **Agricultura e Política Agrícola no Brasil e na Argentina**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Seminário Brasil - Argentina, 1997. Disponível em: <www.mre.gov.br/ipri>. Acesso em: 18/04/2007.

MARIÓ, Estanislao et al. **Paraguay: Social Development Issues for Poverty Alleviation**. Washington: World Bank, Country Social Analysis nº63, 2004.

MASSUDA, Ely M. **Transformações Recentes da Indústria Têxtil Brasileira: (1992-1999)**. Maringá: Acta Scientiarum, v.24, nº1, p.243-251, 2002.

_____. **Produção e consumo de algodão e as indústrias de fiações de algodão no Paraná**. Maringá: Acta Scientiarum, v.27, nº1, p.61-68, 2005.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Indicadores e Estatísticas**. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 11/04/2007.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Exposição de motivos nº 756 de 07/12/1998**. Disponível em: <www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 23/04/2007.

MONTEIRO FILHA, Dulce C.; CORRÊA, Abidack. **O Complexo Têxtil** In: BNDES 50 Anos - Histórias Setoriais. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

MOORE, Gordon E. **Cramming More Components Onto Integrated Circuits**, New York: Electronics Magazine, v.38 nº8, 1965.

MORAES, Antônio L. M. **A Liberalização Econômica da China e sua Importância para as Exportações do Agronegócio Brasileiro**. Brasília: EMBRAPA, 2004.

MORIN, Edgar. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOTTA VEIGA, Pedro. **Anos 90: as Transformações na Indústria e as Exportações Brasileiras**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Comércio Exterior nº60, 16 p., 1999

NIXON, Richard M. **State of the Union Address 1974**. Disponível em: <www.usa-presidents.info>. Acesso em: 04/04/2007.

NOGUEIRA Jr., Sebastião; BARBOSA, Marisa Z. **O Papel da Pesquisa e a Importância do Cerrado para a Reorganização da Cotonicultura Brasileira**. São Paulo: Agricultura em São Paulo, v.52, nº2, p.87-98, 2005.

OMC – Organização Mundial do Comércio. **Dispute DS 267**. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17/04/2007.

ORTIZ, Renato. **As Ciências Sociais e o Inglês**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.19, nº54, p.5-23, 2004.

PARAGUAY, MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA, **Programa Nacional de Algodón**. Disponível em: <www.mag.gov.py>. Acesso em: 10/01/2007.

PIANI, Guida. **Medidas Antidumping, Anti-Subsídios e de Salvaguardas: Experiência Recente e Perspectivas no Mercosul**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão nº541, 1998.

PLATO, Geraldo et al. **Valuing Counter-Cyclical Payments**. Washington: United States Department of Agriculture, Economic Research Report nº39, 2007.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

RAPOPORT, Mario. **El Plan de Convertibilidad y la Economía Argentina. (1991-1999)** Campinas: Economia e Sociedade, v.15, p.15-47, 2000.

_____. **Integración, La Argentina entre el MERCOSUR y el ALCA. La Cuestión Comercial y el Proteccionismo Norteamericano**. Buenos Aires: Revista Realidad Económica, nº191, p.24-54, 2002.

- REZENDE, Gervásio et al. **Abertura Comercial, Financiamento das Importações e o Impacto sobre o Setor Agrícola**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão nº498, 1997.
- RICARDO, David. **The Principles of Political Economy and Taxation**. London: J.M. Dent & Sons Ltd., 1933.
- RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o Dilema da Globalização**. 2ª ed., São Paulo: SENAC, 2001.
- _____. **Visões do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- ROLIM, Cássio. F. C. **Efeitos Regionais da Abertura Comercial sobre a Cadeia Produtiva do Algodão, Têxtil e Vestuário: Uma Versão Resumida**. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v. 28, p. 185-206, 1997.
- SACHS, Jeffrey. **Making the Brady Plan Work**. New York: Foreign Affairs, v.68, nº3, p.87-104, 1989.
- SALLUM Jr., Brasílio. **Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do Século XX**. São Paulo: Revista Brasileira das Ciências Sociais, v.18, nº52, p.35-55, 2003.
- SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. **Aduana e Comércio Exterior**. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em: 20/11/2006.
- SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO PARANÁ - CLASPAR. **Relatório do Algodão**. Disponível em: <www.pr.gov.br/claspar>. Acesso em: 23/11/2006.
- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DO GABINETE CIVIL. **Programa de Metas do Presidente Kubitschek: Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 30 de junho de 1958**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.
- SHAMBAUGH, David L. **Patterns of Interaction in Sino-American Relations**. In: ROBINSON, Thomas W.; SHAMBAUGH, David L. (Orgs.) *Chinese Foreign Policy: Theory and Practice*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- SILVA, Benedita. **Discurso Proferido no Senado em 10/08/1995**. Brasília: Diário do Congresso Nacional - Seção II, 11/08/1995.
- SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil: (1500/1820)**. 3ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- SINDITEC – Sindicato das Indústrias Têxteis de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara do Oeste e Sumaré. **Resumo do Setor**. Disponível em: <www.sinditec.com.br>. Acesso em: 09/01/2007.
- SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Chicago: The University of Chicago, 1978.
- STEIN, Stanley J. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850/1950**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- SUMNER, Daniel. **A Quantitative Simulation Analysis of the Impacts of U.S. Cotton Subsidies on Cotton Prices and Quantities**. 2003. Disponível em: <www.globalsubsidies.org>. Acesso em: 10/01/2007.
- THE ECONOMIST. **Moore's Law at 40 – Happy Birthday**. London: The Economist Newspaper Ltd., Edition March 26th – April 1st, 2005. Disponível em: <www.economist.com>. Acesso em: 05/04/2007.
- UNIÃO EUROPÉIA. **Tratado que institui a União Européia**. Disponível em: <www.europa.eu>. Acesso em: 23/04/2007.
- UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. **Commodity Trade Statistics Database**. Disponível em: <www.comtrade.un.org>. Acesso em: 10/01/2007.
- VALENZUELA, Cristina. **Transformaciones y Conflictos en el Agro Chaqueño Durante Los '90. Articulaciones Territoriales de una Nueva Racionalidad Productiva**. La Plata: Mundo Agrario v.5, nº10, 31p, 2005.

WESTCOTT, Paul; YOUNG, Edwin. **Farm Program Effects on Agricultural Production: Coupled and Decoupled Programs.** In: Decoupled Payments in a Changing Policy Setting. Washington: United States Department of Agriculture, Agricultural Economic Report nº838, 2004.

WILLIAMSON, John. **What Washington Means by Policy Reform.** In: John Williamson, (org.), Latin American Adjustment: How Much Has Happened? Washington: Institute for International Economics, 1990.

WOMACH, Jasper. **Cotton Production and Support in the United States.** Washington: Congressional Research Service Report for Congress, 2004.

WORLD BANK. **World Development Indicators – Quick Query.** Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 20/04/2007.

YANG, Yongzheng; ZHONG, Chuanshui. **China's Textile and Clothing Exports in a Changing World Economy.** Tokyo: The Developing Economies, v.36, nº1, p.3-23, 1998.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS E NORMATIVAS

BRASIL, **Decreto nº 376**, de 12/08/1844. Manda executar o regulamento e tarifa para as alfândegas do império. Publicado na Coleção de Leis do Brasil em 31/12/1844.

BRASIL, **Decreto nº 5.650**, de 09/01/1929. Altera as taxas compreendidas nos artigos 434 a 480, classe 15ª da atual tarifa das Alfândegas. Publicado na Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1929.

BRASIL, **Decreto nº 19.739**, de 07/03/1931. Providencia sobre a organização da estatística industrial e regula a importação de maquinismos e aparelhos para as indústrias em superprodução. Publicado na Coleção de Leis do Brasil em 31/03/1931.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 6.688**, de 13/07/1944 Declara de interesse nacional e mobilizadas as indústrias que especifica e dá outras providências. Publicado na Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1944.

BRASIL, **Lei nº 3.244**, de 14/08/1957. Dispõe sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 14/08/1957.

BRASIL, **Decreto nº 42.820**, de 16/12/1957. Regulamenta a execução do disposto nas Leis 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, relativamente às operações de câmbio e ao intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em de 16/12/1957.

BRASIL, **Lei nº 3.692**, de 15/12/1959. Institui a Superintendência do desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 16/12/1959.

BRASIL, **Decreto nº 50.656**, de 24/05/1961. Promulga o tratado que estabelece uma zona de livre comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, concluído em Montevideú, a 18 de Fevereiro de 1960, entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Publicado no Diário Oficial da União em 25/05/1961.

BRASIL, **Decreto nº 55.334**, de 31/12/1964. Regulamenta a aplicação de incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Publicado no Diário Oficial da União em 31/12/1964.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 1.137**, de 07/12/1970. Institui incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento industrial e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União em 07/12/1970.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 1.428**, de 02/12/1975. Dispõe sobre isenções de impostos na importação, cria incentivos fiscais à indústria nacional de bens de capital, regulamenta a concessão de estímulos a ampliação de produção destinada a exportação e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União em 02/12/1975.

ESTADO DO CEARÁ, **Lei nº 10.367**, de 07/12/1979. Cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do Estado em 13/12/1979.

BRASIL, **Decreto nº 87.054**, de 23/03/1982. Promulga o Tratado de Montevideu 1980. Publicado no Diário Oficial da União em 24/03/1982.

BRASIL, Conselho Monetário Nacional, **Resolução nº 1.263**, de 20/02/1987. Dispõe sobre o depósito em moeda estrangeira, junto ao Banco Central do Brasil, de valores devidos a instituições financeiras do exterior. Publicada no Diário Oficial da União em 23/02/1987.

BRASIL, Conselho de Comércio Exterior, **Resolução CONCEX nº 155**, de 04/05/1988. Libera restrições quantitativas e qualitativas às exportações de grão, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, arroz e milho e restrições quantitativas às importações de grão e farelo de soja, óleo de soja, algodão em pluma, arroz e milho. Publicada no Diário Oficial da União em 09/05/1988.

BRASIL, **Lei nº 7.827**, de 27/09/1989. Regulamenta o Artigo 159, Inciso I, Alínea C, da Constituição Federal, Institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do NORDESTE - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e dá outras providências. 28/09/1989.

BRASIL, Ministério de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, **Portaria MEFP nº 365**, de 26/06/1990. Aprova as Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior. Publicada no Diário Oficial da União de 27/06/90.

BRASIL, Ministério de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, **Portaria MEFP nº 58**, de 31/01/1991. Altera alíquotas ad valorem do imposto de importação e revoga Resoluções da Comissão de Política Aduaneira. Publicada no Diário Oficial da União de 06/02/91.

BRASIL, **Decreto nº 350**, de 21/11/1991. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado Mercosul). Publicado no Diário Oficial da União em 22/11/1991.

MERCOSUL, Conselho do Mercado Comum, **Decisão nº 5**, de 05/08/1994. Cria o regime de adequação final à união aduaneira. Incorporado no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 1.724 de 04/12/1995.

BRASIL, **Decreto nº 1.343**, de 23/12/1994. Altera a Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), para o fim da aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada no âmbito do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, e dá outras providências. 26/12/1994.

BRASIL, **Decreto nº 1.568**, de 21/07/1995. Dispõe sobre a execução do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, de 30 de dezembro de 1994. Publicado no Diário Oficial da União em 24/07/1995.

BRASIL, Ministério da Fazenda, **Portaria nº 201**, de 10/08/1995. Altera o Decreto nº 1.471, de 27 de abril de 1995, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 11/08/1995.

BRASIL, **Decreto nº 1.602**, de 23/08/1995. Regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos, relativos à aplicação de medidas antidumping. Publicado no Diário Oficial da União em 23/08/1995.

BRASIL, **Decreto nº 1.724**, de 04/12/1995. Fixa alíquotas do imposto de importação incidentes sobre produtos originários e procedentes dos Estados Partes do Mercosul, dando eficácia no plano interno ao Regime de Adequação Final à União Aduaneira. Publicado no Diário Oficial da União em 05/12/1995.

BRASIL, Ministério da Indústria Comércio e Turismo; Ministério da Fazenda. **Portaria Interministerial MICT/MF nº 7**, de 22/05/1996. Aplica salvaguardas (cotas) transitórias sobre as importações dos produtos têxteis, a partir de 01 de junho de 1996. Publicada no Diário Oficial da União em 23/05/1996.

BRASIL, **Medida Provisória nº 1.569**, de 25/03/1997. Estabelece multa em operação de importação e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 26/03/1997.

BRASIL, Banco Central. **Comunicado nº 6.565**, de 18/01/1999. Dispõe sobre o Regime Cambial. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 24/04/2007.

BRASIL, **Lei nº 9.817**, de 23/08/1999. Estabelece multa em operação de importação e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 24/08/1999.

BRASIL, **Medida Provisória nº 2.156-005**, de 24/08/2001. Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, Extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 27/08/2001.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 32**, de 11/09/2001. Altera Dispositivos dos Artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 12/09/2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)